



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 122

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 14 de setembro de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Carlos Freitas, substituído pela Deputada Isabel Teixeira no decorrer da Sessão e Deputado José Eduardo.*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, os trabalhos iniciaram-se com a apresentação dos Votos:

- Voto de Congratulação pelos 25 anos da Associação Desenvolvimento e Solidariedade Social de Salva Terra Mariense

Feita a apresentação do voto pela Sra. Deputada Joana Pombo (*PS*) e usado da palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação pelos 25 anos da Associação Desenvolvimento e Solidariedade Social de Salva Terra Mariense

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após a sua apresentação feita pelo Sr. Deputado José Pacheco (*CH*);

- Voto de Congratulação às atletas Maria Vicente e Maria Câmara

Após a leitura do voto, realizada pela Sra. Deputada Sandra Dias Faria (*PS*) e tendo usado da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), o voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação pelos 25 anos da Banda Ronda da Madrugada

Feita a sua apresentação pelo Sr. Deputado José Pacheco (*CH*) e tendo usado da palavra os Srs. Deputados João Vasco Costa (*PS*) e Elisa Sousa (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação pela eleição de Maria do Céu Patrão Neves para Academia de Ciências de Lisboa

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) e depois de terem usado da palavra os Srs. Deputados Flávio Soares (*PSD*) e José Contente (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação pela conquista do título mundial pelos jovens dos Açores

Feita a sua apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*) e tendo usado da palavra os Srs. Deputados: Joana Pombo (*PS*), Nuno Barata (*IL*) e Elisa Sousa (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

Voto de Congratulação pelos 60 anos de jornalismo de Carlos Alberto Alves da Silva

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado José Ávila (*PS*).

Voto de Congratulação pelo sucesso da Jornada Mundial da Juventude

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*) e do Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes (*PS*) ter usado da palavra, o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Saudação pela participação de jovens açorianos na Jornada Mundial da Juventude

O voto acima referido foi aprovado por unanimidade, após a sua apresentação feita pelo Sr. Deputado José Pacheco (*CH*);

- Voto de Saudação pelo centenário do falecimento de Natália Correia

Após a leitura do voto, realizada pela Sra. Deputada Marta Matos (*PS*) e tendo usado da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), o Sr. Deputado José Pacheco e a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), o voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Álvaro Gregório

O voto de pesar foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Nídia Inácio (*PSD*) e ter usado da palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*).

- Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Álvaro Gregório

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado José Ávila (*PS*) e do Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*) ter usado da palavra, o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. José Costa

Feita a sua apresentação pelo Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*) e tendo usado da palavra a Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*) e o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Conceição Melo e Cunha

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Marta Matos (*PS*) e depois de ter usado da palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Pesar pelos animais que faleceram na época tauromáquica

Feita a sua apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*) e tendo usado da palavra os Srs. Deputados: Nuno Barata (*IL*), Joana Pombo (*PS*), Luís Soares (*PSD*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*), o mesmo foi rejeitado.

Os trabalhos prosseguiram com uma **Comunicação do Governo Regional**, apresentada pelo Senhor Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

Participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as: Nuno Barata (*IL*), José Pacheco (*CH*), António Lima (*BE*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*), Carlos Furtado (*Independente*), João Bruto da Costa (*PSD*) e Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

Foi proferido um protesto e contraprotesto pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*) e pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), respetivamente.

Em seguida, foi apresenta a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XII – “Décima nona alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril, 1/2018/A, de 3 de janeiro, 6/2019/A, de 12 de fevereiro, 8/2019/A, de 9 de maio, 1/2020/A, de 8 de janeiro, 12/2020/A, de 3 de junho, 15-A/2021, de 31 de maio, 9/2022/A, de 23 de maio, e 1/2023/A, de 5 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”**, apresentada pelo Governo Regional dos Açores, pelo Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as: Alexandra Manes (*BE*), Carlos Silva (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Rui Martins (*CDS-PP*), Carlos Furtado (*Independente*) e Gustavo Alves (*PPM*).

Em votação final global, a iniciativa foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos continuaram com a apresentação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 59/XII – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores – FUNDOPESCA”**, apresentada pelo Governo Regional dos Açores pelo Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas (*Manuel São João*).

Participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as: Gustavo Alves (*PPM*), José Ávila (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), Jaime Vieira (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Mário Tomé (*PS*), Paulo Gomes (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Pacheco (*CH*), Carlos Furtado (*Independente*) e Carlos Silva (*PS*).

Após sujeito à votação, o diploma foi aprovado.

No final foram proferidas Declarações de Voto pelos Srs./as Deputados/as: António Lima (*BE*), José Ávila (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Jaime Vieira (*PSD*).

Por fim, deu-se início ao debate relativo ao **Projeto de Resolução n.º 165/XII – “A promoção do livro e da leitura na Região Autónoma dos Açores como uma das estratégias de combate à pobreza e à exclusão social”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, pela Senhora Deputada Marta Matos (*PS*).

Participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as: Nídia Inácio (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*), Célia Pereira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*Independente*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), José Pacheco (*CH*), bem como a Senhora Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 04 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Senhoras e Senhores Deputados.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra o Senhor Secretário, faz favor.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Sandra Micaela Costa Dias **Faria**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Vasco Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da **Costa** Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo Duarte **Gomes**

Ricardo Beato Gomes **Vieira**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário.

Estão presentes 51 Senhoras e Senhores Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados, esta manhã está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos, conforme deliberado pela Conferência de Líderes.

Os tempos para esta manhã de PTAP são os seguintes: o Governo dispõe de 30 minutos, o PS dispõe de 48 minutos, o PSD de 40 minutos, o CDS-PP de 16 minutos, o Bloco de Esquerda e o PPM, 12 minutos cada. As Representações parlamentares do CHEGA, IL e do PAN de 10 minutos e o Senhor Deputado Independente de 5 minutos.

Vamos dar início com os votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro voto de congratulação é pelos 25 anos da Associação de Desenvolvimento e Solidariedade Social Mariense - Salvaterra.

Tem a palavra a Senhora Deputada Joana Pombo Tavares para apresentação do voto do Partido Socialista.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 25 Anos da Associação de Desenvolvimento e Solidariedade Social Mariense - Salvaterra

Constituída a 28 de julho de 1998, a Associação de Desenvolvimento e Solidariedade Social Mariense – Salvaterra, Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), tem como sua principal missão a de promover o desenvolvimento local e rural, incentivar a formação socioprofissional da população, desenvolver atividades culturais e ações de interesse social, para proteger os cidadãos na velhice assim como salvaguardar os cidadãos mais desfavorecidos e em situação de exclusão.

Ao longo dos seus 25 anos de existência, e atendendo às necessidades que a ilha de Santa Maria apresentava, foram e são várias as valências e serviços disponibilizados por esta associação, à população mariense.

A associação iniciou a sua atividade com a criação de três Centros de Atividade de Tempos Livres – dois na freguesia de Vila do Porto e um na freguesia de Almagreira, que estiveram em funcionamento durante quatro anos.

No ano 2000, esta associação abriu o Centro de Informática de Vila do Porto, um ponto de encontro de amigos e que possibilitava a jovens com menos recursos, o acesso a computadores e todas as necessidades informáticas que pudessem necessitar, fosse para o seu percurso escolar ou para ocupação de tempos livres.

A 16 de julho de 2004 foi inaugurado o Centro de Recursos Comunitários, instalado na antiga Escola Primária de Santo António, na freguesia de Santo Espírito. O Centro foi inaugurado com quatro valências: Costura, Lavandaria, Carpintaria e Jardinagem.

Em 2005 fundou o Atelier de Sapateiro, que se encontra atualmente na Loja Social, e teve como seu mestre o Senhor José Resendes, um verdadeiro mágico na reparação do que lhe era confiado, que deixou o seu legado a quem o quis aprender e seguir, um jovem que mantém ativa a única oficina de sapateiro da ilha.

No ano de 2011 foi criado o Centro de Convívio de Idosos de Santo Espírito que, a funcionar na Escola de Santo António, permitia o convívio de vizinhos, conhecidos e amigos, de uma freguesia rural, em tardes animadas e com muitas atividades, prevenindo assim a solidão e o isolamento, fomentando relações interpessoais, assegurando a melhoria do bem-estar dos idosos.

Com o crescimento dos ateliers, e como forma de ocupação dos utentes, começaram a ser produzidas peças de artesanato e, para que as mesmas pudessem ter visibilidade e venda, foi inaugurada em 2013 a Loja Solidária em

Vila do Porto. A Loja não só permitia algum retorno económico das peças que estavam a ser produzidas, mas como passou a ser o local de venda de roupa a um preço simbólico e de produtos hortícolas e ervas aromáticas, provenientes da horta social da Salvaterra.

A Associação, é responsável pela receção de roupa e calçado que, após a triagem, promove a sua doação na ilha, para quem possa necessitar, assim como participa em campanhas internacionais, reaproveitando ainda a roupa que não se encontra em condições de ser doada, nos ateliers de costura e tecelagem.

A diversificação de atividades e aumento dos projetos efetuados pela Associação Salvaterra levou à necessidade de ampliação do Centro de Recursos e, por isso, no ano de 2016 as valências de carpintaria e jardinagem, assim como os ateliers de costura e lavandaria, passariam a funcionar na Escola Primária de Santa Bárbara. A Carpintaria, através dos projetos “Carpintaria Social” e “Protocolo Habitação” apoiam famílias carenciadas com a execução e montagem de portas, janelas, coberturas, soalhos, escadas, móveis e outras peças de madeira.

No ano 2019, e após a cedência de um Quonset hut, no parque habitacional do Aeroporto, pelo Governo Regional dos Açores de então, e após a sua recuperação, instalam-se neste edifício os ateliers de lavandaria, de costura, tecelagem e tratamento de lã de ovelha.

As artesãs da Salvaterra resgataram os saberes dos nossos antepassados no trabalho artesanal de tratamento de lã proporcionando, assim, o aproveitamento deste recurso endógeno da ilha. De forma artesanal a lã, depois da tosquia feita pelos produtores da ilha, é lavada, secada em processo natural e cardada, fiada e torcida manualmente, recorrendo apenas a ferramentas tradicionais. O fio produzido é transformado em novelo – a Ovelhinha da Ilha – que se encontra à venda na Loja Solidária e na Retrosaria Rosa Pomar, em Lisboa.

Atualmente e para além das valências de doação de roupa, a associação possui vários projetos sociais, que visam apoiar e salvaguardar quem mais necessita;

- “Banco Solidário” – recolha de móveis e eletrodomésticos possíveis de serem doados e utilizados em realojamentos ou para melhoria de habitações, promovendo a sua reutilização;

- “Banco do Bebê” – recolha e doação e de material necessário à infância, para famílias com maiores dificuldades;

- “Ajuda Alimentar de Emergência” – doação ou compra de alimentos pela associação, para auxiliar indivíduos e famílias em situação de grave carência económica;

- SOS Idoso – combate ao isolamento social, da promoção de qualidade de vida, e do bem-estar da população idosa, através do apoio ao idoso na realização de pequenas tarefas nas suas habitações, sendo que a conversação e companhia são igualmente parte integrante do projeto.

Este são projetos fundamentais e imprescindíveis para muitas famílias a que a eles recorrem, que aliados a toda a atividade da Associação a tornam num parceiro social de excelência da população mariense.

Através dos seus ateliers, ensinam, formam indivíduos, dotando-os de competências para que possam desempenhar uma profissão, promovendo assim o desenvolvimento local e rural, através das atividades sociais e culturais que desenvolvem, apoiando famílias, crianças, jovens e idosos em situação de carência e/ou em risco de exclusão social.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de setembro, a aprovação do Voto de Congratulação pelos 25 anos da Associação de Desenvolvimento e Solidariedade Social Mariense, Salvaterra.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento, à Associação de Desenvolvimento e Solidariedade Social Mariense, Salvaterra, ao Instituto da Segurança Social dos Açores, à Direção Regional da Solidariedade Social, à Assembleia Municipal de Vila do Porto e à Câmara Municipal de Vila do Porto.
Horta, Sala das Sessões, 14 de setembro de 2023

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto.

Senhora Deputada Elisa Sousa faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O PSD associa-se, com muito gosto, ao voto de congratulação pelos 25 anos da Associação de Desenvolvimento e Solidariedade Social Salvaterra.

São efetivamente 25 anos a ajudar quem mais necessita, garantindo-lhes serviços e apoios que lhes proporcionam melhores condições de vida.

E, portanto, a todos os que contribuíram para o sucesso desta associação, o nosso muito obrigada.

Muito obrigada, Senhor Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também pelos 25 anos da Salvaterra, tem um voto de congratulação o CHEGA. Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco para a sua apresentação.

Deputado José Pacheco (CH): Senhor Presidente, muito obrigado. Bom dia. Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação Pelos 25 Anos da Associação Salvaterra

Constituída a 28 de Julho de 1998, a Associação de Desenvolvimento e Solidariedade Social Mariense, Salvaterra, sempre apontou a sua missão para a área social, olhando inicialmente para os públicos mais desfavorecidos e em situação de exclusão.

Neste sentido, as primeiras valências com que a Associação Salvaterra iniciou a sua atividade foi com a criação de dois ATL's – um em Vila do Porto e outro em Almagreira.

Dois anos depois, em 2000, foi criado o Centro de Informática de Vila do Porto. Um espaço destinado a crianças e jovens mais desfavorecidos, mas que, entretanto, acabou por ser encerrado.

Sempre com vista a apoiar os públicos mais desfavorecidos, são criadas novas valências, no Centro de Recursos Comunitários que abriu portas em 2004, dando uso à antiga Escola Primária de Santo António, em Santo Espírito. Inicialmente destinadas à integração de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, as valências de costura, lavandaria, carpintaria e jardinagem, pretendiam dar ferramentas para que estas pessoas conseguissem desenvolver competências para rentabilizarem recursos próprios, mas também promovendo uma aproximação ao mercado de trabalho.

Em 2005, naquele mesmo espaço, foi criado o Ateliê de Sapateiro, que atualmente é o único espaço na ilha que proporciona serviços de arranjos de calçado.

Tendo como função inicial também proteger os cidadãos na velhice, a Associação Salvaterra criou, em 2011, o Centro de Convívio de Idosos de Santo Espírito, que funciona na Escola de Santo António. Uma resposta social de apoio a atividades sociais, recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação das pessoas idosas, residentes nas freguesias rurais.

Em 2013 foi inaugurada a Loja Social, no centro de Vila do Porto, onde se podem encontrar peças de vestuário e calçado a preços simbólicos, artesanato, e onde são comercializados produtos provenientes da horta social da Associação, como hortícolas e ervas aromáticas.

Com o aumento dos projetos e com as várias atividades que foram sendo introduzidas, a Associação Salvaterra acabou por ampliar o Centro de Recursos Comunitários e, em 2016, a valência de carpintaria e jardinagem, bem como os ateliês de costura e lavandaria passaram a funcionar na Escola Primária de Santa Bárbara.

Com a cedência de um Quonset hut, nos terrenos do parque habitacional do Aeroporto, em 2019 a Associação passou a dispor de mais um espaço para as suas valências. É neste pavilhão que agora funciona o ateliê de lavandaria, bem como os ateliês de costura, tecelagem e tratamento de lã.

É naquele espaço que é feito o tratamento de toda a roupa que é recolhida em dois contentores de reciclagem de roupa, calçado e brinquedos. Algum deste vestuário, depois de higienizado e separado, é comercializado na Loja Social. Outra parte é encaminhada para reciclagem através da confeção de trabalhos de costura e tecelagem, e ainda para doações na ilha e no exterior. Muita da roupa que chega ao ateliê é depois transformada em malas, mochilas, bolsas,

acessórios para o cabelo e para a casa, bem como em trabalhos de patchwork que são vendidos na Loja Social da Salvaterra.

Na tecelagem, as artesãs dão vida a mantas, tapetes, bem como peças com motivos de decoração tradicional. Trabalhos disponíveis na Loja Social.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelos 25 anos da Associação Salvaterra, de Santa Maria, do qual deve ser dado conhecimento à própria Associação, à Câmara Municipal de Vila do Porto, à Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 14 de setembro de 2023

O Deputado Regional.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação: As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é às atletas Maria Vicente e Maria Luísa Câmara. É um voto apresentado pelo Partido Socialista. Tem a palavra a Senhora Deputada Sandra Dias Faria.

Deputada Sandra Dias Faria (PS): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Às atletas Maria Vicente e Maria Luísa Câmara, pela conquista de 9 medalhas no Campeonato da Europa da Associação Atlética Internacional para pessoas com Síndrome de Down

As atletas do Clube Desportivo Santa Clara, Maria Vicente e Maria Luísa Câmara, integraram a comitiva portuguesa no Campeonato da Europa da Associação Atlética Internacional para pessoas com Síndrome de Down.

No campeonato decorrido entre 3 e 10 de setembro, em Pádua, na Itália, Maria Vicente, na modalidade de atletismo, alcançou 2 medalhas de ouro nos 200m e na estafeta 4x400m. Já antes havia conquistado a prata nas provas de 100m e na estafeta 4x100m. A estas 4 medalhas, a atleta açoriana do Clube Desportivo Santa Clara somou mais 3 de prata, desta feita nos 400m, salto em comprimento e triatlo, contabilizando um total de sete medalhas na prova, duas de ouro e cinco de prata.

Maria Luísa Câmara, também ela atleta do Clube Desportivo Santa Clara, também subiu ao pódio com a conquista de 2 medalhas de prata nas provas de lançamento do disco e nos 800m marcha.

As atletas açorianas conquistaram para Portugal um total de 9 medalhas, um motivo de orgulho para os Açores. Citando o Clube Desportivo Santa Clara “Maria Vicente e Maria Luísa Câmara atingiram o céu e alcançaram uma prestação memorável no campeonato europeu de síndrome de down”. O merecido reconhecimento por parte do clube representado por estas atletas, o clube que aqui também enaltecemos e parabenizamos por esta conquista.

Destacamos, ainda, os treinadores e técnicos que acompanham as atletas, cujo empenho e profissionalismo são essenciais para que estes feitos sejam uma realidade. Igualmente uma palavra de congratulação para as famílias de Maria

Vicente e Maria Luísa Câmara pelos méritos alcançados, só possíveis com o trabalho, persistência, empenho e dedicação contínuos das atletas, mas também devido ao indispensável apoio das suas famílias.

Nesta competição, Portugal foi representado por 48 atletas, que competiram em seis modalidades: atletismo, basquetebol, futsal, judo, natação e ténis de mesa.

Destaque-se o atletismo, modalidade em que os atletas portugueses arrecadaram um total de 32 medalhas: sete medalhas de ouro, 20 de prata e cinco de bronze.

O atletismo nacional somou 310 pontos e venceu coletivamente os Campeonatos da Europa - Sports Union for Athletes with Down Syndrome. Na segunda posição classificou-se a Turquia, com 243 pontos e, na terceira posição, ficou Itália, com 139 pontos.

As atletas micalenses, Maria Vicente e Maria Luísa Câmara, ao conquistarem duas medalhas de ouro e sete de prata, deram assim um brilhante contributo para o resultado alcançado pela equipa portuguesa nesta competição.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de setembro de 2023, a aprovação de um Voto de Congratulação às atletas Maria Vicente e Maria Luísa Câmara, pela conquista de 9 medalhas no Campeonato da Europa da Associação Atlética Internacional para pessoas com Síndrome de Down.

Do presente voto deve ser dado conhecimento às atletas, ao Clube Desportivo Santa Clara e à Federação Portuguesa de Atletismo.

Horta, Sala de Sessões 14 de setembro de 2023.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do PSD, naturalmente, associa-se a este voto de congratulação. Aliás, na senda do que, repetidamente, nestas Sessões Legislativas nós temos vindo a fazer quanto ao desporto adaptado e, no caso concreto, ao papel que o Clube Desportivo Santa Clara tem neste domínio.

Como Presidente da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Atletismo é com redobrado gosto que me associo a esta distinção.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação: As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de congratulação é do CHEGA, pelos 25 anos da banda Ronda da Madrugada.

Faz favor, Senhor Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 25 anos da banda Ronda da Madrugada

A banda de folk rock, Ronda da Madrugada, nasceu em Santo Espírito, Santa Maria, oficialmente em 1998, mas já antes – desde 1995 – Ernesto Sousa “Bica” procurava manter viva a música popular que sempre o apaixonou e que já fazia antes de emigrar para o Canadá, em 1990.

Regressado a Santa Maria, Ernesto Sousa “Bica” juntou-se a Roberto Freitas – vocalista e guitarrista - organizando várias noites de convívio na Casa do Povo de Santo Espírito. Estava assim lançada a génese desta banda, criada oficialmente em 1998, e que já conta com 25 anos de músicas.

A Ernesto “Bica” e Roberto Freitas junta-se depois Carlos Sousa, na guitarra elétrica, Roberto Furtado, na bateria, e Léneo Andrade, no baixo. Pedro Machado, que toca flautas e bandolim, integrou mais tarde, para substituir o flautista Sérgio Freitas, irmão de Roberto, que emigrou para a Bermuda.

Desde cedo que os Ronda da Madrugada optaram por fazer uma fusão da música tradicional açoriana com o folk rock, tendo já gravado vários trabalhos e marcado presença em diversos concertos por todo o arquipélago dos Açores, mas também em Portugal continental e nos Estados Unidos da América e Canadá. No entanto, é na mítica Maré de Agosto que os Ronda da Madrugada têm marcado presença assídua, garantindo que o próprio festival tem contribuído para a influência da sonoridade da banda.

O contacto com outras sonoridades na Maré de Agosto e a presença em vários festivais têm permitido à banda promover a fusão entre a música tradicional açoriana e os sons do mundo, que já resultaram em quatro álbuns gravados em estúdio e um ao vivo – que celebrou os 20 anos de carreira.

Com várias participações especiais em estúdio e ao vivo, com nomes sonantes da música portuguesa e açoriana, os Ronda da Madrugada têm vindo a marcar presença nas rádios, mas também na televisão, nacional e regional, quer em formato concerto, quer como banda sonora de programas. Por altura dos 20

anos dos Ronda da Madrugada, a RTP/Açores dedicou-lhes um programa contando a história desta mítica banda que se tem mantido no ativo ao longo deste quarto de século.

Em 2019 viram coroado o trabalho de todos estes anos com a distinção no International Portuguese Music Awards, enquanto “traditional performance” e o “people’s choice awards”.

Refinar a linha musical do folk rock em Portugal, promovendo a fusão da tradicionalidade da música mariense e dos Açores com os sons do mundo é o lema dos Ronda da Madrugada que prometem continuar no ativo e dar a conhecer a música tradicional açoriana.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelos 25 anos da banda Ronda da Madrugada, do qual deve ser dado conhecimento à própria banda, à Casa do Povo de Santo Espírito de Santa Maria, à Câmara Municipal de Vila do Porto, à Associação Maré de Agosto e à Direção Regional da Cultura.

Disse.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 14 de setembro de 2023

O Deputado Regional.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Senhora Deputada Elisa Sousa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se com muito gosto ao voto de congratulação pelos 25 anos da Ronda da Madrugada e aproveita para informar que terá um voto de igual teor, a apresentar na próxima Sessão Plenária.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado João Vasco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista tem muito gosto em associar-se a este voto mais que merecido a uma banda de excelência da ilha de Santa Maria, que promove a música popular misturada com o rock e com alguma fusão também da música afro, com a introdução e participação do Carlos Anel nos álbuns dos Ronda da Madrugada.

É composta por músicos marienses, à exceção do Pedro Machado que veio mais tarde a integrar a banda, engrandecendo também as suas performances e a sua sonoridade.

E, de facto, quer o Carlos Furtado, o Roberto, o Roberto Freitas e o Ernesto, inicialmente, já vem também do tempo dos Azevéro, são pessoas que naturalmente nós conhecemos, alguns deles são meus amigos pessoais e, portanto, também alguma declaração de interesse no caso pessoal e não do Partido Socialista, faço parte de um núcleo, já mais alargado, de fãs dos Ronda da Madrugada e, portanto, não é muito difícil dizer que esta banda consegue transportar a nossa cultura, misturando-a com outras sonoridades, em muitas partes do mundo onde já atuaram, e são, sem dúvida, nesta área musical uma das bandas de referência no nosso país e, portanto, os Ronda da Madrugada recomendam-se, espero que perdurem por muito mais tempo, que continuem com a criatividade que os caracteriza, dando notas de grande imaginação e qualidade naquilo que produzem e, para quem não conhece, principalmente aqui nesta Casa, sugeria que ouvissem um dos temas deles que se chama “*Modus Operandi*”.

É com muito gosto que o Partido Socialista se associa a este voto e, inclusivamente, já tinha pensado e falado com a Senhora Deputada Elisa Sousa em fazer esta associação, dando-lhe a primazia de apresentar o voto por várias razões que são conhecidas, pelo menos dos Marienses, mas cá estaremos noutra altura para também nos associarmos.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação: As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de congratulação pela eleição de Maria do Céu Patrão Neves para a Academia das Ciências de Lisboa. É apresentado pelo CDS-PP e tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de congratulação

Pela eleição de Maria do Céu Patrão Neves para a Academia das Ciências de Lisboa

Maria do Céu Patrão Neves foi eleita para a academia das Ciências de Lisboa tendo tomado posse como membro no início do mês de julho.

A Academia das Ciências de Lisboa é uma das mais antigas e prestigiadas instituições científicas nacionais. Foi fundada, no dia 24 de dezembro de 1779, durante o reinado de D. Maria I, sob o lema inspirador de um verso de Fedro: “Se não é útil o que fazemos, vã é a glória.”

A Academia mantém atividades ininterruptas de promoção, divulgação e partilha de conhecimento nos domínios das ciências e humanidades. Conserva e valoriza o riquíssimo património à sua guarda, disponibilizando as suas coleções em acesso aberto.

Inscreve na sua missão o aconselhamento científico independente em matérias cruciais para o desenvolvimento do país, como a promoção e incentivo da investigação científica, o estudo do pensamento, da literatura, da língua e demais formas de cultura nacional, o estudo da história portuguesa e suas relações com a dos outros povos, entre outras.

Maria do Céu Patrão Neves é Professora Catedrática de Ética na Universidade dos Açores, tem pós-doutoramento no Kennedy Institute of Ethics, em Georgetown University (Washington, D.C.), é Presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, Vice-Presidente do Grupo Europeu de Ética para as Ciências e Novas Tecnologias da Comissão Europeia e, agora, Membro da Academia das Ciências de Lisboa.

Foi consultora em Ética da Vida do Presidente da República Portuguesa e Membro do Conselho de Administração da Associação Internacional de Bioética.

Atualmente, leciona em diversas Universidades e é membro de várias Comissões de Ética, coordenando também projetos internacionais, nomeadamente no âmbito da parceria África-União Europeia. É perita em ética e avaliadora de projetos pela Comissão Europeia, bem como Consultora de Ética e Presidente de Conselhos Consultivos de Ética (EAC) de múltiplos projetos de investigação europeus.

É autora e/ou coordenadora de 37 livros, incluindo a coleção de 12 volumes dedicada à Ética Aplicada (2016-2018) e o Dictionary of Global Bioethics, com Henk ten Have (2021), bem como de centenas de artigos, tendo proferido mais de 400 conferências. É colunista regular em revistas regionais e nacionais.

Foi deputada ao Parlamento Europeu entre 2009 e 2014 e distinguida com a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique, atribuída pelo Presidente da República em 2016.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe a aprovação do seguinte voto de congratulação: A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida em sessão ordinária a 14/09/2023 congratula Maria do Céu Patrão Neves pela sua eleição para a Academia de Ciências de Lisboa.

Deste voto também deve ser dado conhecimento à Presidência da República, à Universidade dos Açores e à Academia das Ciências de Lisboa.

Muito obrigado.

Horta, 14 de setembro de 2023.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado Flávio Soares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Obviamente, que o PSD associa-se com gosto a este voto de congratulação pela eleição de Maria do Céu Patrão Neves para a Academia das Ciências de Lisboa. E realçar que Maria do Céu Patrão Neves tem um currículo invejável, dignifica a instituição universitária dos Açores, dignifica, a nossa Região, prestigia a nossa Região, leva o nome dos Açores não só a nível nacional, como também a nível internacional.

Maria do Céu Patrão Neves tem desenvolvido projetos de interesse público de grande importância para o nosso país e, portanto, obviamente que temos essa obrigação de nos associar a este voto e, portanto, congratulamos e desejamos os maiores sucessos à Doutora Maria do Céu Patrão Neves.

Muito obrigado.

Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Contente. Faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado José Contente** (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se também a este voto de congratulação, naturalmente, pelo percurso cívico, académico e profissional da Professora Maria do Céu Patrão Neves e também por aquilo que ela tem feito, levando o nome dos Açores a vários fóruns internacionais e nacionais, mas também regionais.

Queria lembrar que ela foi também membro da Comissão de Ética para a Saúde do Hospital de Ponta Delgada, entre 2001 e 2009 e sua consultora em 2010.

Para além disso, foi interlocutora portuguesa nas relações luso-brasileiras de bioética, aliás, uma área que ela tem desenvolvido em assuntos, às vezes bastante socio controversos e foi fundadora do Polo dos Açores do Centro de Estudos de Bioética, entre 1995 e 2012, a que pertenceu também.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelas razões que vem expressas no voto e pelo conhecimento do percurso profissional e académico da Professora Patrão Neves associa-se, naturalmente, a este voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos votar este voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo PAN, pela conquista de um título mundial pelos alunos açorianos. Faça favor, Senhor Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pela conquista mundial do 1.º LeoLatorium Space Sciences Summer

Camp por jovens alunos Açorianos

Foi a primeira vez que tal título mundial veio parar aos Açores, pois a totalidade da equipa que representou Portugal na primeira edição do LeoLatorium Space Sciences Summer Camp era açoriana.

Ao todo 7 alunos de escolas regionais, representando três ilhas e quatro Concelhos dos Açores constituíram a equipa “Team Portugal”, que representou o nosso País na 1ª edição do LeoLatorium Space Sciences Summer Camp.

As alunas Matilde Soares (ES Antero de Quental – São Miguel), Ana Duarte e Maria Braga (EBS Bento Rodrigues – Santa Maria), Matilde Silva e João Correia (ES de Lagoa – São Miguel), Marta Silveira (EBS Cardeal Costa Nunes – Madalena do Pico) e Salvador Almeida e Sousa (ES Domingos Rebelo - São Miguel), foram os obreiros do feito ao superarem com distinção maior os desafios que lhes foram impostos.

O LeoLatorium Space Sciences Summer Camp é uma atividade internacional organizada pela empresa LeoLabs (especializada em deteção e monitorização de objetos espaciais na órbita baixa da Terra) em conjunto com a NASA.

Sob orientação da teamleader Bonnie Prado Pino, os jovens alunos açorianos desenvolveram, de forma virtual, em trabalhos realizados aos sábados, entre os meses de junho e agosto, a missão a que designaram: “Spacecraft’s Earth-Moon mission design”.

Na prática, o desafio que foi lançado aos participantes deste Summer Camp visava, entre outras tarefas, o planeamento e definição de uma missão “Da Terra à Lua”, que passava pela “construção” de uma nave espacial, planeamento da quantidade de combustível necessário à viagem de realização da missão, o número de manobras a realizar pelo veículo, projeção de uma órbita (a 24.000 kms de altitude) para a nave e definição do tempo de voo para trajetória selecionada.

Feitos todos os cálculos matemáticos exigidos para encontrar a magnitude e a direção de cada manobra, bem como especificar os elementos das órbitas de partida e chegada da nave, cada equipa utilizou o software NASA GMAT (General Mission Analysis Tool) para simular a trajetória do veículo por eles idealizado.

Aos jovens das ilhas de Santa Maria, São Miguel e Pico que integravam a equipa vencedora foi também colocado o desafio de terem de projetar um satélite que estudasse a quantidade de radiação a que os astronautas, habitando uma possível base lunar, estariam expostos a longo prazo, considerando que a atmosfera da Lua é muito menos densa que a do planeta da Terra.

Assim, durante os meses de junho e julho passados, 30 alunos do ensino secundário oriundos de países como Colômbia, Costa Rica, Porto Rico, Estados Unidos da América e Portugal, tiveram formação sobre os fundamentos do desenho de trajetórias de veículos espaciais, organizaram-se em equipas por País e competiram entre si para a melhor solução no desenho desta missão de levar um veículo espacial desde uma órbita de estacionamento à volta da Terra para uma órbita específica à volta da Lua, no sentido de completar uma missão científica pré-determinada.

No dia 29 de julho, as equipas dos cinco países participantes fizeram a apresentação do projeto da sua missão a uma equipa de três jurados que premiou a equipa de Portugal, composta apenas por alunos dos Açores, como o melhor projeto da missão de transporte Terra-Lua.

Segundo a simulação de viagem da equipa vencedora, a nave espacial deixou a órbita da Terra a 29 de julho e o satélite executou a segunda manobra, entrando na órbita da Lua a 3 de agosto. Esta missão teve a duração de cinco dias e consumiu perto de 7.111 Kg de combustível.

Os alunos integrantes da equipa vencedora receberam um certificado individual internacional de participação, bem como o certificado de equipa comprovativo da sua classificação geral em 1.º lugar.

Este pequeno passo para estes jovens açorianos é sinónimo de um grande salto no nome desta Região no domínio da ciência, da investigação espacial e de uma das variantes da chamada economia do futuro.

Assim, a Representação Parlamentar do PAN, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe a aprovação do seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula de forma efusiva os jovens açorianos Matilde Soares, Ana Duarte e Maria Braga, Matilde Silva, Marta Silveira, Salvador Almeida e Sousa e João Correia pela conquista mundial do primeiro lugar do LeoLatorium Space Sciences Summer Camp, felicitando a empresa LeoLabs e os seus parceiros pelo desenvolvimento de tal projeto.

Que do presente Voto de Congratulação seja dado conhecimento aos jovens vencedores do concurso, aos Conselhos Executivos das Escolas Secundárias Antero de Quental – São Miguel, Bento Rodrigues – Santa Maria, Lagoa – São Miguel, Cardeal Costa Nunes – Madalena do Pico e Domingos Rebelo – São Miguel), à teamleader da equipa vencedora, Dra. Bonnie Prado Pino, e ao CEO da empresa LeoLabs.

Obrigado.

Horta, 14 de setembro de 2023

O Deputado Regional.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhora Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, associa-se ao voto apresentado e que demonstra, mais uma vez, todo o empenho e interesse que os alunos em contexto escolar têm para as áreas espaciais.

Trabalho este que tem sido feito e desenvolvido por anteriores governos e que foi uma grande aposta e vai no seguimento também de todos os prémios que a escola de Santa Maria também se tem associado e a este já duas alunas faziam parte da equipa vencedora e que o grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula e espera que seja mais um passo e mais um incentivo para que mais alunos vejam e sigam estas pegadas e todo este trabalho espacial que cada vez mais está em expansão.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Peço a palavra para neste voto expressar, não só o meu orgulho pessoal, mas fazer uma pequena referência à determinação que levou estes jovens a, não só abdicarem de alguns dos seus dias de férias escolares e dedicar quase 10 horas por dia de trabalho, atrás de um computador para chegarem a esta vitória.

Se algum dos Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, o Senhor Subsecretário conhece o projeto, porque o seguiu atentamente online, como eu o fiz, por razões diferentes, obviamente, mas se algum Senhores Deputados ou Membros do Governo tiver curiosidade de ver a apresentação final e a

argumentação destes alunos perante o júri, certamente sentirá um enorme orgulho.

Sentirá um orgulho por miúdos de 17 anos, alguns no 12º ano, outros já a completar o 12º, a forma, eu diria, tenaz, como defenderam o seu projeto, a forma brilhante como se expressaram, num inglês perfeito. Um inglês que eu nem conhecia que podia ser tão perfeito, daquela forma e tecnicamente, acho que não tiraram a cadeira de inglês técnico num domingo, aquele inglês técnico, acho que foi tirado à conta de muito trabalho. Eu diria que estamos perante uma geração de jovens açorianos que podem, de facto, colocar os Açores no centro da economia de futuro.

E não é pela relação que tenho com um deles, é porque segui este projeto atentamente e parece-me que são nestas situações em que a nossa ultra periferia se pode transformar em centralidade. E daí, também o meu abraço a todos os outros que estão envolvidos em projetos dessa natureza, como o CANSAT que já aqui falámos e que estão também envolvidos em projetos, que não sendo da economia do espaço, são da economia mundial e que podem, de facto, afirmar o nome dos Açores, sem que estejam sujeitos à periferia ou à outra periferia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Elisa Sousa.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O PSD associa-se, com muito gosto, ao voto de congratulação apresentado, porque ele revela, uma vez mais, a capacidade dos nossos jovens e dos nossos alunos de integrarem com sucesso os mais diversos projetos, nas mais diversas áreas e, portanto, estes prémios e a integração dos alunos em todos os projetos, quer a nível Açores, quer a nível nacional e até internacional, tem sido, sem

dúvida, um garante e um futuro mais risonho para estes alunos e para estes jovens, portanto, a todos o nosso muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao próximo voto de congratulação, pelos 60 anos de atividade do jornalista Carlos Alberto Alves Silva. Tem a palavra o Senhor Deputado José Ávila para a sua apresentação.

Deputado José Ávila (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Comemorações dos 60 anos de atividade do jornalista Carlos Alberto Alves da Silva

O jornalismo é uma das profissões mais importantes para a sociedade, pois tem como objetivo principal informar a população sobre os acontecimentos do mundo, do país e da região de modo objetivo e independente.

Além do mais, o jornalismo, através de reportagens sobre cultura, arte e desporto, pode ser, também, uma verdadeira fonte de entretenimento e de valorização pessoal.

Nos últimos anos, o mundo do jornalismo, onde se inclui o jornalismo desportivo, passou por mudanças consideráveis sobretudo devido ao surgimento

de novas tecnologias e das redes sociais, obrigando esta profissão a adaptar-se a novos métodos de distribuição de notícias e ultrapassar desafios causados pela crescente desinformação.

Carlos Alberto Alves da Silva, agora a assinalar 60 anos de carreira, passou por tudo isso e soube sempre adaptar-se às novas realidades. Das redações com cheiro a tinta, ao advento das redes sociais com as conhecidas implicações daí resultantes, o longo percurso profissional deste jornalista é o testemunho vivo das profundas alterações porque passou esta nobre atividade.

Nascido a 13 de outubro de 1943, em Angra do Heroísmo, Carlos Alberto Alves da Silva, iniciou a sua carreira de jornalista a meados dos anos sessenta do século passado, no jornal “Ecos do Marítimo”. Em Angola, onde cumpriu o serviço militar, lançou o jornal “Os Leopardos”. Aí colaborou com o jornal “O Planalto” de Nova Lisboa, como correspondente na Bela Vista.

Na ilha Terceira, foi colaborador e coordenador dos jornais “O Angrense” e “O Lusitânia”. Trabalhou, também, para os jornais “A União” e “Diário Insular”. Neste último foi impulsionador da edição desportiva das segundas-feiras que ainda se mantêm.

Na ilha do Faial assumiu a coordenação desportiva do jornal “Tribuna das Ilhas”.

Em 1991, já em S. Miguel, para onde se mudou, chefiou a redação do bissemanário “Jornal do Desporto”, tendo mantido, ainda, colaborações com os jornais “Açoriano Oriental” e “Açores”.

Colaborou nas revistas “AçorSport”, propriedade da Direção Regional de Educação Física e Desporto, “Açoriano Desportivo”, “Stadium” de Toronto e no jornal “Diário de Notícias” da Madeira.

Contribuiu em brochuras de homenagem a desportistas e foi preletor em diversas ações, entre as quais um curso de treinadores de futebol.

Foi correspondente do jornal “A Bola” nos Açores durante 20 anos e do jornal “O Record” para o grupo central dos Açores durante 6 anos, tendo ainda colaborado esporadicamente com o jornal “O Jogo”.

Participou em diversos programas radiofónicos dedicados ao desporto.

Radicou-se no Brasil e quando os amigos pensavam que se iria retirar para um merecido descanso, desenvolveu uma intensa atividade nas redes sociais, nomeadamente um blogue generalista que conta com diversas participações e onde o mote continua a ser a divulgação dos Açores e dos açorianos.

Foi e é um trabalhador incansável, dedicado, competente, profissional e sério, com o dom da escrita escorreita e independente e imbuído de um espírito de camaradagem invulgar que fez dele um exemplo para os que, a seu convite, ousaram entrar no mundo da comunicação.

Para além desta carreira dedicada ao jornalismo, foi também atleta, árbitro e treinador de futebol.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária em 12 de setembro de 2023, aprove o seguinte Voto de Congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula o jornalista Carlos Alberto Alves da Silva no início das comemorações dos sessenta anos de uma carreira de sucesso dedicada à comunicação desportiva que sempre foi a sua paixão.

O seu intenso trabalho permitiu divulgar o desporto açoriano e garantiu, também, a projeção do desporto das ilhas mais pequenas e que, durante muitos anos, não tinham voz.

Carlos Alberto Alves da Silva é um exemplo na arte de comunicar, adaptando o seu estilo de escrita às necessidades e expectativas dos seus leitores e de acordo com as normas éticas da profissão.”

Que deste voto seja dado conhecimento, além do próprio, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, à Associação de Futebol da Horta, à Associação de Futebol de Ponta Delgada e à Federação Portuguesa de Futebol.
Horta, Sala das Sessões, 14 de setembro de 2023.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos votar este voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação, pelo sucesso da Jornada Mundial da Juventude. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Senhor Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo Regional:

Voto de Congratulação

Pelo sucesso da jornada mundial da juventude

Na semana de 1 a 6 de agosto Lisboa foi a capital mundial da juventude. Católicos, mas também gente de outras religiões, e até não-crentes, esmagadoramente jovens, juntaram-se numa festa de alegria, de fraternidade, de abertura ao mundo, de esperança face às incertezas do tempo. Mais de um

milhão de jovens, vindos dos sete mares, proclamaram a igualdade, a aceitação dos outros, a dignidade de cada ser humano - quase um milhar também em representação da Região Autónoma dos Açores, comungando esta universalidade de sentimentos. Durante os dias que antecederam a Jornada Mundial da Juventude, dezenas de peregrinos, sobretudo vindos do continente americano, puderam conviver com jovens e famílias de acolhimento açorianas, em diversas ilhas, numa partilha intensa, certamente inesquecível para quantos experienciaram estes momentos de espiritualidade e relação intercultural.

A JMJ 2023 foi uma verdadeira peregrinação da alegria, da autenticidade e da coragem, impulsionada pela mensagem profunda e desafiante de Sua Santidade o Papa Francisco.

Se uns cantaram e desfilaram a sua fé, invariavelmente, com uma energia e alegria cativantes, todos partilharam valores como a paz, a fraternidade, o combate à pobreza, à precariedade e às desigualdades.

Independentemente da convicção religiosa que cada um professa ou da sua condição de não-crente, igualmente livre e respeitável, não é possível ficar indiferente à mensagem deixada pelo Papa, ao sentido de progresso e justiça social que ela venceu, assim como aos seus apelos à construção da paz, ao acolhimento digno dos migrantes, à defesa do ambiente, à rejeição do medo, ao respeito e à inclusão de “todos, todos, todos”.

A Jornada Mundial da Juventude encheu as ruas, primeiro do país e depois de Lisboa, com ondas de pessoas vindas dos quatro cantos do mundo. Foi, também por isso, um momento de afirmação da vontade cívica e capacidade de Portugal para empreender um evento à escala mundial, com eficiência e segurança por todos reconhecidas e admiradas, avultando neste domínio o trabalho das Forças de Segurança, dos profissionais de saúde e empresas de transportes e a dedicação determinante de milhares de voluntários, os grandes obreiros da JMJ 2023. Isto, naturalmente, sem esquecer o contributo das entidades públicas,

chamadas a intervir naquilo que era da sua competência para a realização do evento, sob a coordenação do Patriarcado de Lisboa.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação pelo sucesso organizativo da Jornada Mundial da Juventude 2023 e pela mensagem de esperança no futuro que dela brota, também para os jovens açorianos, igualmente empenhados na construção de mundo mais justo e solidário.

Do presente Voto deve ser dado conhecimento à Diocese de Angra e Ilhas dos Açores, à Câmara Municipal de Lisboa, ao Patriarcado de Lisboa, à Nunciatura Apostólica em Portugal e ao Governo da República.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 14 de setembro de 2023.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Vílson Ponte Gomes, faça favor.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente do Governo:

Eu peço a palavra, Senhor Presidente, para, em nome da bancada do Partido Socialista, dizer que acompanhamos o voto de congratulação apresentado.

E, neste âmbito também, saudar todos aqueles que fizeram parte da organização desta Jornada Mundial de Juventude, mas em bom lugar saudar todos os portugueses e saudar Portugal pelo acolhimento, pela organização e por tudo

aquilo que foi feito ao longo de toda a caminhada para a organização desta Jornada Mundial de Juventude. Mas, não posso deixar de referir aqui um aspeto que deve ser realçado, no que toca também àquela que foi a demonstração efetiva e a vitalidade desta geração que tanto procura respostas aos seus anseios, às suas preocupações, em inovar os domínios da nossa sociedade.

Também foi um evento que serviu para acordar os países, acordar também a Europa e acordar sobretudo todos aqueles que precisam de ouvir a voz da nossa geração, no que concerne ao combate, às desigualdades, à pobreza, também no que diz respeito, sobretudo, àquilo que é o grande drama da nossa geração e, portanto, este foi o momento oportuno, necessário também, naquele que é o apelo para que todos nós possamos erguer e unir esforços para responder às preocupações, aos anseios e às necessidades da nossa geração.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos aos votos de saudação. O primeiro também é pela participação dos jovens açorianos na jornada Mundial da Juventude. É apresentado pelo CHEGA e tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Saudação
Pela participação dos jovens açorianos
na jornada mundial da juventude 2023

De 1 a 6 de Agosto de 2023 realizou-se a Jornada Mundial da Juventude, que levou a Lisboa milhares de jovens de todo o mundo para vários encontros com o Papa Francisco.

No maior evento católico de jovens do mundo, foram vários os momentos de fé e de celebração de uma Igreja viva, com momentos de reflexão, de evangelização e de introspeção para cada um dos jovens – e menos jovens – que marcaram presença nesta semana com o Papa Francisco.

Celebrar a fé e a pertença à Igreja, é o mote de cada Jornada Mundial da Juventude que se tem evidenciado como um laboratório de fé e um instrumento de transformação da Igreja, tendo os jovens como protagonistas. A paz, a união e a fraternidade entre todos os povos do mundo, são objetivos comuns que se juntam à experiência de um novo impulso à fé, à esperança e à caridade da comunidade do país de acolhimento das Jornadas.

Momentos de oração, partilha e lazer, coroados com as celebrações que contam com a presença do Papa, como a cerimónia de acolhimento e de abertura, a Via-Sacra, a Vigília e a Missa de Envio, foram os momentos altos da Jornada Mundial da Juventude, em Lisboa, que demonstraram a fé viva dos jovens de todo o mundo.

No meio dos milhares de jovens de todo o mundo, estiveram também os jovens açorianos. Mais de mil jovens estiveram em Lisboa durante uma semana para estar em comunhão com outros jovens e com o Papa Francisco e para viverem este momento único.

Mas a Jornada Mundial da Juventude não foi só aquela semana de 1 a 6 de Agosto de 2023.

Nos Açores, durante mais de dois anos, a Diocese de Angra, através do Comité Organizador Diocesano, liderado pelo padre Norberto Brum, empenhou-se em incentivar, informar e movimentar os jovens para a preparação daquela semana. Foram organizados muitos eventos, várias catequeses, muitas ações de formação e informação e, todos os meses, a cada dia 23, as paróquias JMJ do Arquipélago assinalavam o evento.

Também a passagem dos símbolos da JMJ - a Cruz peregrina e o ícone de Nossa Senhora Salus Populi Romani - por todas as ilhas dos Açores foi outro momento marcante na Diocese de Angra e que envolveu centenas de jovens açorianos.

No cimo da montanha do Pico, o Bispo D. Armando Esteves Domingues celebrou com mais de uma centena de jovens uma missa, assim como um pacto com a natureza que foi uma iniciativa simbólica relacionada com a Jornada Mundial da Juventude.

Na semana antes do início da Jornada Mundial da Juventude, as ilhas de São Miguel e Terceira viveram os Dias na Diocese, que culminou com uma celebração diocesana, na ilha de São Miguel, - Missa do Envio para a Jornada – e que reuniu os jovens açorianos inscritos para a JMJ 2023, bem como os jovens estrangeiros que passaram pelos Açores antes de rumarem a Lisboa.

Numa experiência de fé e de celebração de uma Igreja viva, os açorianos marcaram presença na Jornada Mundial da Juventude, manifestando a sua fé e empenho em melhorar o mundo e a si próprios, mostrando que Portugal e os Açores são maioritariamente católicos e que a Igreja vive.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de saudação pela participação dos jovens açorianos na Jornada Mundial da Juventude, do qual deve ser dado conhecimento à Diocese

de Angra, ao Serviço Diocesano da Pastoral Juvenil dos Açores e à Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

Disse.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 14 de setembro de 2023

O Deputado Regional.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de saudação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de saudação pelo centenário de Natália Correia. É apresentado pelo Partido Socialista, tem a palavra a Senhora Deputada Marta Matos faça favor, Senhora Deputada.

Deputada Marta Matos (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de saudação

Pelo centenário de Natália Correia

13 de setembro de 1923. Nasce Natália Correia.

Será sempre redutor procurar definir em palavras a mulher que o escritor e amigo da autora, Fernando Dacosta, descreveu como “*um ser tocado pelo*

sagrado, um desses seres que não cabem no espaço que lhe foi destinado, nem no corpo, nem nas normas". Mas celebrá-la e homenageá-la nesta que é a Casa de todos os açorianos, assinalando os cem anos do seu nascimento, é não só da mais elementar justiça, como é igualmente um dever e uma responsabilidade.

Natália de Oliveira Correia nasceu na freguesia da Fajã de Baixo, em São Miguel. Com a decisão do pai de emigrar para o Brasil, Natália mudou-se aos 11 anos de idade para Lisboa, com a mãe e com a irmã. "*Não havia homem na casa a regular os ponteiros da nossa vida*", escreveria mais tarde referindo-se à sua educação e à importância da figura materna.

Escreve o primeiro romance em 1946, aos 22 anos - a narrativa infantil *Grandes aventuras de um pequeno herói* -, e nesse mesmo ano começa a escrever poesia. Dona de uma criatividade explosiva, e com um estilo e originalidade que não pode ser enquadrado em nenhuma escola literária, multiplicou-se por géneros variados, somando a sua obra literária quase meia centena de títulos, o último dos quais, datado do ano da sua morte – *O Sol nas Noites e o Luar nos Dias* -, reúne a sua poesia completa, incluindo todos os livros publicados e alguns poemas inéditos.

Foi poeta, dramaturga, romancista, ensaísta, tradutora, jornalista, guionista, editora. No entanto, era como poeta que se definia, defendendo a "*poesia como profecia*" e o "*poeta como profeta*".

Mulher irreverente e de ação, numa época em que essa condição chocava a sociedade, adere muito jovem aos movimentos de resistência anti-fascista, tendo participado no Movimento de Unidade Democrática e apoiado as candidaturas de Norton de Matos e de Humberto Delgado à Presidência da República. A sua atitude de resistência e a perceção da ditadura não só como violência política e social, mas também como violação da individualidade de cada um, transpõem-se para a sua obra poética: "*Penteiam-nos os crânios*

ermos/ com as cabeleiras dos avós/ para jamais nos parecermos/ connosco quando estamos sós.”

Durante a ditadura do Estado Novo, foi inclusivamente condenada a três anos de prisão, com pena suspensa, pela publicação da *Antologia da Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*, por ofensa aos costumes. Em reação a esses acontecimentos, escreveria a *Defesa do Poeta*, onde se lê: “*Sou a imprudência, a mesa posta de um verso onde o possa escrever. Ó subalimentados do sonho! A poesia é para comer.*”

Alguns anos mais tarde seria novamente processada pela publicação das *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, num processo que ficaria conhecido como *As Três Marias*.

Natália daria expressão ao seu espírito combativo e ao seu invulgar talento oratório nas tertúlias que reunia em sua casa, em Lisboa, e onde se encontravam as mais destacadas figuras das artes, das letras e da política, quer nacionais, quer internacionais e, mais tarde, no bar *Botequim*, que fundou em 1971, considerado “a última grande tertúlia de Lisboa”.

Viveu com júbilo a Revolução de abril de 74 e acabaria por ser eleita, em 1980, como deputada à Assembleia da República, cargo que acabaria por abandonar como independente, em 1991. Marcou pelas suas intervenções parlamentares polémicas, sarcásticas muitas vezes, assumindo sempre a defesa dos mais frágeis, da Cultura, da Mulher, dos Direitos Humanos.

“*Entrei na política por causa da Cultura, porque entendo que a Cultura é condicionante da política, e a política não pode ser condicionante da Cultura*”, disse em 1980.

Em 1992, liderou a criação da Frente Nacional para a Defesa da Cultura, acompanhada por José Saramago, Manuel da Fonseca e Urbano Tavares Rodrigues.

Recebeu o Grande Prémio de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores e foi-lhe atribuída a Ordem de Santiago e a Ordem da Liberdade.

Natália Correia faleceu na madrugada de 16 de março de 1993. Deixou aos Açores, terra natal pela qual manteve uma permanente paixão, o seu espólio literário e as suas próprias cinzas, sepultadas no jardim interior da Biblioteca Pública de Ponta Delgada.

Na página da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, pode ler-se a seu respeito: *“Natália Correia foi um desses seres que se adiantam ao tempo em que vivem...”*

Por todo o país, ao longo deste ano, têm sido inúmeras as iniciativas de homenagem a Natália Correia. Hoje, com o simbolismo ímpar de que se reveste esta Casa, onde estão representados todos os açorianos, homenageamos Natália e repetimos as suas palavras de louvor e exortação aos Açores:

“Para a frente, Açorianos!

Pela paz à terra unida.

Largos voos, com ardor, firmamos,

para que mais floresçam os ramos da vitória merecida.

Para a frente! Lutar, batalhar pelo passado imortal.

No futuro a luz semear, de um povo triunfal.”

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário, a aprovação de um Voto de Saudação pelo centenário de Natália Correia.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Junta de Freguesia da Fajã de Baixo, à Câmara Municipal de Ponta Delgada, ao Governo Regional dos Açores e à Assembleia da República.

Obrigada.

Horta, Sala de Sessões, 14 setembro de 2023

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Tem a palavra o Senhor Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Obviamente, que faz todo o sentido saudar esta efeméride que, rigorosamente, ontem se assinalou do centenário do nascimento de Natália Correia.

Ela, que também exerceu funções parlamentares na Assembleia da República como deputada, do então PPD e depois nas listas do PRD, como independente, motivada pela cultura, como ela própria reconheceu e também o voto, disso dá nota.

Sobre Natália, já tudo foi dito e isso é sempre pouco. Como ela própria escreveu: “Andar não custa nada, mas esses passos que dou vão alongando uma estrada que nem sequer começou”.

Natália fez e faz-se caminho na imortalidade.

Orgulho os Açores.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (PSD):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Gostaria de dizer: Obrigado, Natália!

Nunca me revi tanto numa pessoa como a Natália Correia, apesar de nem sempre estarmos do mesmo lado ideológico ou comungarmos das mesmas características, mas tal como Natália, luto contra qualquer censura. Tal como Natália, luto contra qualquer ditadura, seja ela da esquerda, seja ela da direita. Ditadura é ditadura e ela foi um exemplo inspirador e para a minha pessoa tem sido um exemplo inspirador, pela sua irreverência, pela sua forma de estar. Tive o prazer, o gosto de trabalhar com uma estudiosa de Natália Correia, Doutora Ângela Almeida, que falava-me imenso sobre esta personagem, esta figura, esta grande mulher. Um exemplo que todos os açorianos devem agradecer.

E a democracia é um pouco isto, é a Natália. Sabemos respeitar a pessoa que é, mesmo não concordando, na sua maior parte das vezes, com aquilo que ela possa dizer ideologicamente.

Isto é que faz dos Açores grande, isso é que faz todos nós grandes democratas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Obviamente, que o Bloco de Esquerda também se associa ao voto apresentado pelo Partido Socialista.

Natália Correia foi, é e será sempre uma mulher ímpar que lutou para que as pessoas a reconhecessem pelo que era enquanto mulher e não pela imagem que carregava.

Tem um percurso de vida rico de experiências. Uma mulher que em momento algum se reprimiu de se afirmar.

Num manifesto sobre o papel da mulher, a eterna poetisa declamava ser imprestável para partidos, porque só aceitava a disciplina quando ela era uma necessidade ética ou criadora.

Certamente, não estaria a gostar dos dias que hoje se vivem.

O que é certo é que Natália Correia foi uma das mais importantes pensadoras do século XX português, e demonstrou, desde cedo, que a liberdade, conquistada a sangue e cravos, deve ser defendida com palavras e atos.

Nunca se escondeu atrás de sorrisos e falsidades, e nunca deixou de deslumbrar quem por ela passou.

Deixa um grande lastro como líder, mulher, escritora, dinamizadora cultural e estratega política, que utopicamente sonhou um Portugal com lugar para todas e todos à mesa do seu botequim.

Sobre a sua vasta obra, pessoal e profissional, há muitos e bons estudos, e, portanto, tentarei não ser redundante nesta aclamação. Ainda assim, recordemos com atenção o dia em que, a respeito do aborto, não se coibiu de ensinar o deputado democrata-cristão, João Morgado, acerca da função do órgão, do varão e do truca-truca. Palavras dela, claro.

Em Natália, todas nós encontramos um exemplo de emancipação que ainda hoje se esconde muitas vezes atrás de um patriarcado que cheira a mofo.

Tenho, e temos, muito orgulho em ser das ilhas das línguas de fogo, como ela disse, como ela foi e como continuará sempre a ser. Temos brio por partilhar sangue insular com Natália e nela aprender a irreverência e a bravura que deveria ser sempre revestida nesta Casa.

O centenário de Natália Correia é um momento de grande importância, para recordar o que foi feito e o que falta fazer.

Que continuemos a batermo-nos por um futuro mais livre, tal como dizia Natália: “A liberdade é o valor mais estimável da vida.”

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de saudação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos aos votos de pesar.

O primeiro deles, apresentado pelo PSD pelo falecimento do Doutor Álvaro Gregório. Tem a palavra a Senhora Deputada Nídia Inácio.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-presidente, Senhores Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento do Dr. Álvaro Gregório

(1936/2023)

Álvaro Graco da Cunha Gregório nasceu em Santa Cruz da Graciosa, a 08 de setembro de 1936.

Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra, em 1965, após terminar os estudos liceais em Angra do Heroísmo.

Exerceu durante sete anos na sua terra natal, especializando-se, já na Ilha Terceira, em Medicina Interna e em Imunoalergologia, tendo desenvolvido a

sua atividade médica no hoje Hospital da Ilha Terceira, onde foi Diretor do Serviço de Medicina e Presidente do Conselho de Administração.

Muito antes disso, e na sequência do 25 de Abril de 1974, foi o primeiro Presidente da Comissão Administrativa da Ilha Graciosa. Manteve depois atividade política regular ligada ao Partido Socialista, onde teve vários cargos.

Na Terceira a partir de 1977, foi médico especialista em Medicina Interna e em Imunoalergologia, e responsável pelo Serviço de Luta Anti Tuberculosa em Angra do Heroísmo, sendo pioneiro nos Açores na utilização da técnica de Broncofibroscopia.

Foi também médico assistente da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo durante cerca de 20 anos, médico voluntário no Centro Comunitário de Santa Luzia em Angra do Heroísmo, médico assistente voluntário durante mais de 40 anos na Casa das Irmãs Franciscanas, médico assistente voluntário durante mais de 40 anos na Associação Cristã da Mocidade, professor convidado da Escola de Enfermagem de Angra do Heroísmo, fundador do Lyons Clube da Ilha Terceira e membro ativo do referido clube em cargos de direção.

Em 2004, e depois de aposentado, continuou a trabalhar no Centro de Oncologia dos Açores, fazendo trabalho voluntário em algumas instituições como a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, na área da Geriatria. A 28 de Maio de 2012 foi agraciado com a Insígnia Autonómica de Mérito Profissional.

Em 2016 recebeu a Medalha de Mérito Municipal, atribuída pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

Em 2017 a sua dedicação à profissão foi reconhecida, desta vez pela República Portuguesa, tendo sido agraciado com a Insígnia de Comendador da Ordem de Mérito.

Para lá de um profissionalismo e entrega de realce, também a sua personalidade afável e bem-humorada foi marca de uma vida em que deu importância máxima aos seus pacientes.

Álvaro Gregório faleceu em Angra do Heroísmo no passado dia 28 de agosto. Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de setembro de 2023, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Álvaro Graco da Cunha Gregório.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família e à Secretaria Regional da Saúde e Desporto.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 14 de setembro de 2023.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

O CDS associa-se a este voto. O senhor Doutor Álvaro Gregório exerceu uma atividade vasta profissional. Foi um exemplo cívico e, portanto, obviamente que nos associamos e enviamos as condolências à família.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Igualmente um voto de pesar pelo falecimento do Doutor Álvaro Gregório tem o Partido Socialista um voto. Para a sua apresentação tem a palavra o Senhor Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento do Dr. Álvaro Gregório

Álvaro Graco da Cunha Gregório nasceu na ilha Graciosa a 08 de setembro de 1936 e faleceu na ilha Terceira no passado dia 28 de agosto.

Médico, político, voluntário, homem de causas e valores, o Dr. Álvaro, como era carinhosamente tratado, dedicou toda a sua vida ao bem comum e deixará uma grande saudade nos corações daqueles que o conheceram e com ele lidaram.

Filho de um médico, licenciou-se também em Medicina na Universidade de Coimbra em 1965 e começou a exercer a sua missão na terra que o viu nascer.

Mais tarde transferiu-se para a ilha Terceira, onde exerceu a sua profissão durante 39 anos e depois da sua reforma não deixou, no entanto, de continuar a

dar apoio a diversas entidades, como é o caso da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e o Centro de Oncologia dos Açores.

Especialista em Medicina Interna e em Imunoalergologia, foi Diretor do Serviço de Medicina e Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Ilha Terceira.

Dedicava-se com paixão à política, tal como a causas públicas, tendo sido um destacado dirigente do Partido Socialista. Foi membro fundador do Partido Socialista na ilha Graciosa, tendo ainda sido nomeado Presidente da 1ª Comissão Administrativa do Concelho de Santa Cruz da Graciosa, logo a seguir à revolução do 25 de Abril de 1974.

Até à data do seu desaparecimento, foi Presidente da Mesa da Secção do PS de Angra do Heroísmo. Presidiu, ainda, à Mesa do Congresso do Partido Socialista Açores em 1999.

Em 2012 foi homenageado com a Insígnia Autónoma de Mérito Profissional, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 2016 foi distinguido com Medalha de Mérito Municipal em Angra do Heroísmo, classe Profissional, pelo seu relevante percurso profissional ao serviço da comunidade e em 2017 com o Grau de Comendador da Ordem de Mérito, pela Presidência da República.

Com uma carreira exemplar, este humanista convicto era de trato fácil, dotado de uma alegria contagiante e de um fino sentido humor, mas destacava-se pela preocupação constante no acompanhamento dos seus doentes, incluindo muitos Graciosenses que se deslocavam ao Hospital da Ilha Terceira para prosseguir os seus tratamentos médicos.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária a 14 de setembro de 2023, aprove o seguinte Voto de Pesar:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores lamenta o desaparecimento do Dr. Álvaro Graco da Cunha Gregório e faz votos para que a sua família e amigos encontrem forças para ultrapassar esta dor.

Foi médico com uma carreira profissional exemplar, defensor de causas, dotado de uma jovialidade imensa, de uma enorme generosidade e de um grande sentido de humor.

O Dr. Álvaro era amigo dos seus amigos. Pelas suas características pessoais, conseguia ter amigos em todos os quadrantes políticos, mas destacou-se, sobretudo, pelo cuidado que sempre colocou no tratamento e acompanhamento dos seus doentes.”

Que deste voto seja dado conhecimento à sua família e à Ordem dos Médicos.

Horta, Sala das Sessões, 14 de setembro de 2023.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Tem a palavra o Senhor Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Permita-me, Senhor Presidente, permitam-me todos que use do tempo do grupo Parlamentar do PSD para, pessoalmente ,me associar a estes votos.

O Doutor Álvaro era sobretudo, para além daquilo tudo que foi dito aqui, um exemplo como pai, como marido, como filho, como graciosense, como homem, como médico.

Toda a minha vida conheci o Doutor Álvaro Gregório. Foram os filhos que me acompanharam no crescimento e na minha infância e sei que o Senhor Deputado José Ávila, também o tinha como referência, sobretudo, não só como referência pessoal, mas familiar.

Associo-me por isso e permitam-me enviando também os meus sentimentos - já foram enviados naturalmente, mas publicamente - apesar de o fazer, no momento que não devia por ser uma questão pessoal, mas não posso deixar de enaltecer as qualidades do Doutor Álvaro e ingressar também a Doutora Fernanda, ao Luís, ao Ricardo e à Rita os meus sentimentos.

Muito obrigado.

Presidente: Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar apresentado pelo Partido Socialista, pelo falecimento do Senhor José Costa. Tem a palavra o Senhor Deputado Tiago Branco para a sua apresentação.

Deputado Tiago Branco (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de pesar

Pelo falecimento de José Rodrigues da Costa

Faleceu no passado dia 24 de julho, vítima de doença degenerativa, no Hospital da Horta, ilha do Faial, José Rodrigues da Costa.

Nascido a 16 de setembro de 1948, na freguesia de São Mateus, ilha do Pico, e filho de João Rodrigues da Costa e de Maria Eduína de Matos, foi casado ao longo de 52 anos com Maria Teresa da Silva Macedo Costa e pai de Luís Fernando Macedo da Costa e de Lena Maria Macedo da Costa.

Iniciou o seu percurso escolar na escola primária de São Mateus do Pico e aos 14 anos integrou o Curso Complementar de Pesca da Casa dos Pescadores da Horta, na freguesia das Angústias.

No seu primeiro emprego dedicou-se à pesca do atum entre 1963 e 1970, trabalhando a bordo das traineiras “Ribeira do Meio”, “Pão dos Pobres” e “Condor”, tendo interrompido a atividade para prestar o serviço militar obrigatório nas ilhas Terceira e Faial em 1968 e 1969.

De seguida trabalhou durante seis anos na antiga Estalagem de Santa Cruz, hoje designada de Pousada de Santa Cruz.

No ano de 1976, passa a integrar os quadros da então Assembleia Regional dos Açores, onde entrou como auxiliar, sendo o funcionário número um. Reformou-se como Técnico Superior na categoria de Redator Principal, em 2011. Foi presidente da Comissão de Trabalhadores da Assembleia Legislativa e participou ativamente na conquista de direitos laborais para estes.

Como autarca, durante 28 anos, integrou por três mandatos a Assembleia de Freguesia das Angústias como vogal entre 1993 e 2005. Em 2005 foi eleito Presidente a Junta de Freguesia das Angústias, cargo que desempenhou até 2017. Nesse período foi, por inerência, membro da Assembleia Municipal da Horta, da qual fez parte e foi segundo-secretário da mesa de 2017 a 2021.

O seu percurso como Presidente de Junta de Freguesia fê-lo deixar um legado de concretizações para a comunidade que serviu, do qual se destaca a reabilitação da zona das Pedreiras com a construção da Capela da Rainha Santa Isabel e a revitalização de toda a zona envolvente.

De realçar também a recuperação do forte do Reduto da Patrulha, em Porto Pim, através da construção de instalações sanitárias e de um espaço multiusos.

A sua persistência e astuta permitiu que a autarquia a que presidia recuperasse o bote baleeiro Nossa Senhora das Angústias, devolvendo àquela localidade as memórias seculares da caça à baleia. Nessa sequência, protocolou com o Governo Regional dos Açores a cedência de um edifício devoluto que a própria Junta de Freguesia recuperou e onde hoje se situa a Casa do Bote que serve de albergue à embarcação durante a invernagem e dispõe de uma exposição permanente sobre a história da caça à baleia na freguesia.

Também foram nos seus mandatos que se promoveu a reabilitação de diversas zonas devolutas como o moinho da Hortecho e a zona envolvente ao bairro do hospital.

Era filiado no Partido Socialista desde 5 de março de 1979.

Foi tesoureiro da direção da Secção da Horta do SINTAP durante dois mandatos.

A sua vida foi igualmente marcada pela forte ligação à Paróquia da freguesia das Angústias, enquanto membro da Comissão para os Assuntos Económicos, participando em momentos marcantes como a recuperação da igreja na sequência do sismo de 9 de julho de 1998. Neste campo, o trabalho que desempenhou mereceu-lhe uma homenagem pelos seus relevantes préstimos em prol da comunidade paroquial.

Integrou a Irmandade de Nossa Senhora das Angústias e participou ativamente na organização dos festejos em honra de Nossa Senhora das Angústias.

Foi membro do Conselho de Gestão da UniSénior, no ano letivo 2015/2016, e um dos impulsionadores da aprendizagem da dança da chamarrita na sua freguesia.

Não existirão palavras suficientes para caracterizar a sua dimensão humana – José Costa regeu a sua vida sob os valores da partilha, da amizade, da dignidade

e da verticalidade. Sempre pronto a ajudar os outros com o seu conhecimento e sabedoria.

Partiu, deixando um vazio enorme junto dos seus amigos e familiares, em particular os seus filhos e esposa.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 14 de setembro de 2023, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de José Rodrigues da Costa, enaltecendo o seu percurso de vida, destacando-se a longa atividade autárquica e todo o trabalho desenvolvido em prol do desenvolvimento da ilha do Faial e, em particular, da freguesia das Angústias.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família, à Junta e Assembleia de Freguesia das Angústias, à Assembleia Municipal da Horta, à Secção da Horta do Sindicato dos Trabalhadores e de Entidades com Fins Públicos, à Paróquia de Nossa Senhora das Angústias, à UniSénior, ao grupo de chamarritas “Amigos das Angústias” e ao Conselho de Ilha do Faial.

Disse.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2023.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhora Deputada Salomé Matos.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, naturalmente e com pesar ao voto apresentado aqui pelo Grupo Parlamentar do PS.

José Costa, com bem o voto retrata, deixou-nos um importante legado, fruto da sua extensa participação cívica na comunidade faialense.

Tive oportunidade de com ele privar na esfera política, mas principalmente, ao longo de muitos anos, na esfera privada e, portanto, endereço naturalmente à sua família e amigos, sentidas condolências pelo seu falecimento.

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Rui Martins, faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhor Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo: De forma muito breve, para dizer que o Grupo Parlamentar do CDS associa-se, naturalmente, a este voto de pesar porque é e fica este reconhecimento também por aquilo que foi o envolvimento cívico e político deste amigo e deste cidadão, o senhor Costa, que foi efetivamente alguém que teve uma importância na sua freguesia e na nossa comunidade e que desenvolveu sempre muito trabalho em prol do Faial e, sobretudo, obviamente, a freguesia das angústias e, por isso, associamo-nos a este voto.

Muito obrigado.

Presidente: Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar apresentado pelo Partido Socialista, pelo falecimento de Maria da Conceição de Melo Rodrigues Carvalho e Cunha. Tem a palavra a Senhora Deputada Marta Matos para a sua apresentação.

Deputada Marta Matos (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Maria da Conceição de Melo Rodrigues Carvalho e Cunha

Maria da Conceição de Melo Rodrigues Carvalho e Cunha nasceu a 21 de outubro de 1958, na freguesia da Ribeira Seca, concelho da Ribeira Grande.

Viveu em Lisboa, durante três anos, onde tirou um curso superior de Turismo, profissão que exerceu até 1986, em Ponta Delgada, altura em que deixou a atividade, para se dedicar à vida de casa. Mãe de dois filhos, a Margarida e o António, foi também vereadora do PS, na Câmara Municipal de Ponta Delgada, na presidência de João San-Bento, e colaboradora da Presidência do Governo Regional dos Açores, sobretudo, na coordenação dos Palácios, desde 1996.

Entre nós, Maria da Conceição Cunha ficou conhecida como “Maria Bifa”.

Em 1987, numa entrevista que concedeu ao programa “A Quinta dos Dois”, na RTP1, explicou a origem desta alcunha: “*começou por bife, depois passou para*

bifinha, bifa e acabou em Maria Bifa. (...) desde pequenina nunca me chamaram Conceição; era muito gordinha, os meus pais chamavam-me Patola, depois passei a ser muito reguila, passei a ser Traquina, depois passei a Bifa e, agora, Maria Bifa.”

Além da sua atividade no Teatro Académico, em Lisboa, depois do regresso aos Açores, “Maria Bifa” participou em muitas das produções da RTP/Açores, de entre as quais se destaca a famosa personagem Chica Raposa da série “Xailes Negros”, de Zeca Medeiros. Mais recentemente, participou no filme “Lobo e Cão” da autoria da realizadora Cláudia Varejão.

Sobre ela, escreveu Cláudia Varejão: *“(...) O seu papel era difícil. Um dos mais difíceis do filme. Só um ser muito atento à vida humana o poderia interpretar. Cabia-lhe o castigo e a moral social, nas palavras e nos gestos. Arrisquei, com medo, convidar a mais icónica actriz da ilha. Maria Bifa reflectiu e, no silêncio dos sábios, transformou uma cena que tinha tudo para cair na banalidade, num dos momentos mais memoráveis do Lobo e Cão (...) Nunca me esquecerei da sua escolha da oração, tão mais elevada da que eu tinha escrito no guião. Nunca me esquecerei do seu esforço para tentar transformar o horror em humanidade. Nunca me esquecerei da sua ecoada gargalhada misturada com o fumo dos seus cigarros. E a voz, a sua voz, única, telúrica, que só podia pertencer ao mistério insular. Fazer filmes traz muitos ganhos, como cruzar-me com seres raros como a Bifa.”*

Senhora de uma risada fácil, mas não a despropósito; perspicaz e de uma sensibilidade única, “Maria Bifa” é uma das maiores atrizes dos Açores. Vestiu todos os papéis, como se fossem seus. Cobriu-se de “Xailes Negros”; navegou no “Barco e o Sonho”; acompanhou o “Visitante da Noite”; foi a Mariana de “Feliz Natal Mariana”, entre tantas outras produções, sendo a mais recente o filme “Lobo e Cão”.

Termino citando Zeca Medeiros, que – por estes dias – escreveu na sua página do Facebook: “Maria Bifa, o teu talento, o teu rosto, a tua voz ficarão para sempre nos nossos corações.”

Sabemos todos que assim será.

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário, a aprovação de um Voto de Pesar pelo Falecimento de Maria da Conceição Cunha, a Maria Bifa.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família e à Presidência do Governo Regional dos Açores.

Horta, Sala de Sessões, 14 setembro de 2023

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Tem a palavra o Senhor Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Presidente e Vice-Presidente do Governo, Excelentíssimos Senhores Membros do Governo:

Logicamente que o PSD vai associar-se ao voto de pesar da Maria da Conceição Carvalho Cunha, pois trata-se de uma referência, quer no mundo da cultura, mas também no mundo artístico nos Açores.

Quem não se recorda dos episódios dos Xailes Negros ou do Barco e o Sonho, onde a atriz desempenhou, com qualidade e com grande elevação, os papéis que lhe eram destinados.

E é neste sentido que nós vamos associar-nos e que, sem margens para dúvida, será um nome para sempre recordado para todos nós.

Disse.

Presidente: Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar pelos animais que faleceram na época Tauromáquica, 2023. É apresentado pelo PAN. Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelos animais que faleceram na época tauromáquica 2023

Resulta das diversas notícias trazidas a público e amplamente divulgadas, que no passado dia 17 de Agosto do corrente ano, teve lugar, na freguesia da Agualva, concelho da Praia da Vitória, uma tourada à corda onde participaram e

faleceram quatro touros puros em circunstâncias dúbias, por envolverem situações de maus-tratos a animais. Pois, decorrer da referida tourada, alguns dos animais ficaram feridos e, inclusive, manifestaram sintomas que indiciam golpe de calor.

Em consequência, após a tourada, os animais foram encaminhados, com urgência, para o matadouro industrial da ilha Terceira para realização de eutanásia ou abate, sendo que alguns chegaram ao matadouro já cadáver.

A população relata que o primeiro touro terá destruído o casco de uma das patas no decurso da tourada à corda, ficando impossibilitado de andar e correr, sem prejuízo do natural sofrimento causado pela dor que decorre da lesão, deixando um rasto de sangue por onde passava.

Relatam, ainda, que o animal não foi imediatamente recolhido, e não lhe foi prestado qualquer auxílio médico-veterinário. Em alternativa à prestação de cuidados médico-veterinários, o animal foi encaminhado para o matadouro industrial da ilha Terceira, por decisão do tutor.

Ainda no decorrer desse evento tauromáquico, os populares contam que o segundo touro esteve largas horas a dar pontapés e cabeçadas na gaiola onde se encontrava aprisionado, exposto ao sol e ao calor sem abeberamento e comida disponíveis. Após deixar a gaiola, era observável que o animal estava desnortado, com movimentos descoordenados e tonto, impossibilitado de caminhar. O animal acabou por ser recolhido e encaminhado para o matadouro por decisão do tutor.

Já o terceiro touro após ser libertado da jaula, onde também se encontrava há largas horas em exposição ao sol, sem água e abeberamento, começou a correr e, sem que algo o justificasse ou fizesse antever, caiu ao solo, onde veio a falecer.

Por fim, existem fortes suspeitas que o quarto e último touro faleceu no interior da gaiola, após ter sido recolhido no término da sua largada, que foi de curta duração, devido às suas débeis condições físicas.

Para compor o cenário do triste fado desses animais de lide, importa referir que este dia foi um dos dias mais quentes do Verão e que a temperatura no interior das gaiolas pode, facilmente, atingir os 50 graus Celsius, dificultando a vida de qualquer animal, sobretudo a de um com as características de um touro bravo puro.

Existem, ainda, relatos que os animais foram retirados da pastagem de origem e colocados nas gaiolas durante a manhã desse dia, permanecendo aprisionados nas gaiolas durante largas horas, até à sua largada na tourada no fim desse dia.

Considerando a gravidade dos factos, levantam-se sérias dúvidas sobre as condições físicas em que os animais se encontravam - manifestadas também pelo fiscal da tourada, bem como o seu tratamento desde a saída da pastagem de origem até à largada na tourada, sem prejuízo da sua recolha e transporte até ao matadouro e prestação de auxílio e cuidados médico-veterinários.

A história relatada é uma demonstração inequívoca da violência existente nessa atividade, merecedora do repúdio desta casa, não podendo ser integrada numa ideologia de cultura.

Como pode dizer-se que o touro não sofre?!

É mais um triste episódio da história da tauromaquia, destacando-se pela consternação social causada pela violência infligida aos animais em causa.

Esperamos que a ebulição social que essa barbárie causou seja o ponto de não retorno nesta batalha pela proteção e bem-estar de todos os animais, com impacto nas futuras ações dos decisores desta casa.

Pese embora este fatídico episódio tenha gerado alarme social, não podemos esquecer-nos de todos os animais utilizados pela atividade tauromáquica que morrem no esquecimento devido às práticas anacrónicas que essa atividade

envolve, como por exemplo, serem violentamente mortos à nascença por terem características distintas daquelas a que deve obedecer um touro de lide.

É esta a composição cénica da dicotomia clássica: a civilização versus barbárie.

Por isto, apresentamos este voto de pesar pelo sacrifício de todos os animais que faleceram e que, lamentavelmente, irão padecer no decorrer desta época tauromáquica em prol daquilo a que um nicho de pessoas apelida de entretenimento, enquanto um largo espectro da sociedade civil clama de tortura pela violência infligida e com a qual não compactuamos.

Citando Lucas Seabra da Silva, Intendente Geral da Polícia, à data da abolição das touradas pela revolução liberal em 1809: *“Os combates de touros sempre foram considerados como um divertimento impróprio de humana Nação civilizada. Espetáculos desta natureza são quase sempre acompanhados de desastres (..): e estas cenas de sangue somente são capazes de inspirar ao povo grosseiro inclinação aos assassínios”*.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, a Representação Parlamentar do PAN propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação do presente voto de pesar por todos os animais que faleceram na época tauromáquica 2023.

Agradecemos que este voto seja endereçado à Associação Cantinho dos Animais dos Açores, APA - Associação Açoriana de Proteção dos Animais, Associação Animais de Rua, AFAMA - Associação Faialense dos Amigos dos Animais, Coletivo Alice Moderno, Associação Amigos dos Animais da Ilha Terceira, Associação De Animais da Ilha Graciosa, Animal, ACANIL, Observatório Nacional para a Defesa dos Animais e Interesses Difusos, Direito dos Animais, Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Médicos Veterinários, BASTA - Plataforma Basta de Touradas, Movimento Cívico Abolicionista da Tauromaquia nos Açores, MATP - Movimento pela Abolição da Tauromaquia da Portugal, ATA - Abolição da Tauromaquia nos Açores,

Graciosa Livre de Touradas, PST - Portugal Sem Touradas, Juventude anti-tourada Portugal & Mundo, CAPT - Campanha Abolicionista da tauromaquia em Portugal, AVAT - Associação de Veterinários Abolicionistas da Tauromaquia, Internacional Movement Against Bullfights, AnimaNaturalis Internacional, Marinhenses Anti-Touradas, MIDAS - Movimento Internacional para a Defesa dos Animais e Sociedade Protectora dos Animais.

Horta, 14 de setembro de 2023.

O Deputado Regional.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições.

Senhor Deputado Nuno Barata faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Pedro Neves, mesmo nutrindo enorme simpatia pela causa que v. exa. defende e reconhecendo o seu empenho na mesma, tenho, desde logo, sérias dúvidas sobre o critério de admissibilidade deste voto, como um voto de pesar.

Na minha opinião, seria um voto de protesto, por exemplo, ou, quem sabe, uma intervenção da tribuna sobre a mesma matéria. Tomar esta forma abre caminho para que amanhã tenhamos um voto de pesar pela morte dos gambos das Flores, pelos gatinhos do gatil da Lagoa, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É lamentável!

O Orador: ... ou pelos patos que morrem abandonados na Lagoa do mesmo nome, na Achada, ilha Terceira.

E é só neste sentido, Senhor Deputado Pedro Neves, não tem nada de desrespeito pela sua causa, pela causa que Vossa Excelência tão empenhadamente defende, com a qual sou, inclusivamente solidário. Acho que

já disse aqui nessa Câmara, eu já fui um aficionado da festa Brava e hoje tenho por ela algum desconforto.

E é só por isto, Senhor Deputado Pedro Neves, que não me vou poder associar a este voto e vou ter que votar contra este voto que o senhor aqui apresentou, na minha opinião, abusivamente como um voto de pesar.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem como uma das preocupações o bem estar animal de animais de companhias, errantes, mas de igual forma e grau de importância para animais de grande porte. Para estes e todas as atividades, deve ser garantido o bem-estar animal, não aceitando os maus-tratos que possam acontecer, mesmo de forma inesperada.

Apesar disto, consideramos que existem formas legais para denunciar as ocorrências de maus-tratos que possam ser efetuadas, existindo entidades competentes para apurar os factos e, conseqüentemente, autuar, mesmo para animais de grande porte, pelo que não nos podemos associar ao voto apresentado.

Presidente: Muito obrigada, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Soares.

(*) **Deputado Luís Soares(PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Este voto de pesar aqui apresentado pelo PAN – eu vou ter que suar aqui umas palavras mais fortes – é uma falta de respeito, é uma falta de consideração, até pela memória das pessoas que já foram aqui alvo de votos de pesar.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: É também uma falta de respeito e consideração por aqueles que cuidam, por aqueles que criam, por aqueles que potenciam a existência do touro.

Esta é uma tentativa absurda de humanizar animais. Esta é uma tentativa absurda de humanizar animais, ...

Deputado Pedro Neves (*PAN*): Aquilo que está a dizer dá-me a vontade de rir!

O Orador: ... ainda mais, este voto assenta num relato de factos que não são factos. Factos são factos e contra factos, não há argumentos.

O que aconteceu na Agualva não é, exatamente, aquilo que está aqui descrito. Portanto, é preciso que se olhe à verdade das coisas, é preciso que se constate, é preciso que se obtenha a prova irrefutável para se poder afirmar e trazer a esta Casa.

Não se pode vir aqui com versões dos factos para aumentar ideais, não se pode.

Deputado Pedro Neves (*PAN*): Posso, posso!

O Orador: O que aconteceu na Agualva foram realmente situações que lamentamos, situações que acontecem muito esporadicamente, muito pontualmente nas corridas, mas que não foram tal e qual como estão relatadas.

Usa-se a palavra “alguns”, “alguns chegaram ao matadouro”. Foram dois que foram para o matadouro, não foram alguns. Se um chegou já cadáver, o “alguns” desvirtua-se no um.

É verdade que há animais de tourada que sofreram ferimentos, que foram por opção soberana do Ganadero que nós respeitamos, encaminhados para o matador para o abate. É verdade que houve um animal que foi acometido de doença, mas que foi morrer à exploração. Não há animais que morreram no arraial da Agualva.

Portanto, nós, por tudo isso, iremos votar contra este voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O CDS não se revê neste voto neste voto de pesar. Desde logo, porque achamos que é uma figura abusiva para este protesto que o PAN quer trazer relativamente às touradas.

É um aproveitamento de uma circunstância que todos nós lamentamos e, portanto, obviamente que não nos revemos nesta atitude.

Não nos revemos, igualmente, no conteúdo porquanto o Senhor Deputado do PAN apelida os aficionados, os terceirenses de bárbaros, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... ao classificar de barbárie o que aconteceu na Agualva. Todos lamentamos e todos os que lá estavam lamentaram o sucedido. Ninguém que gosta de touros aprecia ou é favorável aos lamentáveis acontecimentos...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ...que ocorreram. Toda a gente lamentou o sucedido e o que aconteceu foi uma rara exceção. Portanto, foi um acidente que todos nós lamentamos e que nada tem a ver com civilização ou barbárie, que é a dicotomia que o PAN quer introduzir nos Açores. Quem é contra os touros, no entendimento do Deputado Pedro Neves, é civilizado. Quem gosta de touros é um bárbaro.

Obviamente, que nós rejeitamos, rejeitamos categoricamente esta atitude. Isto é um insulto aos açorianos e, portanto, não conta, obviamente, com o nosso voto favorável e conta, sim, com o nosso repúdio.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Paulo Estêvão, faz favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Em relação a este voto devo dizer, desde logo, como aqui já foi referenciado por alguns Senhores Deputados que a figura regimental escolhida pelo senhor deputado, de um voto de pesar pela morte de um animal, não é a figura regimental adequada.

Ponto número dois: o Senhor Deputado também aproveita estas circunstâncias para fazer um ataque à tauromaquia e, nesse sentido, o PPM tem, em relação à tauromaquia, uma visão diferente daquela que é aqui descrita por V.Exa. Por essa razão, também não podemos acompanhar este voto.

E, finalmente, em relação aos factos descritos por V. Exa., da forma como os descreve, existem outras versões e, portanto, também não posso acompanhar e validar a descrição realizada por V. Exa.

Por estas três razões, o PPM votará contra o voto apresentado pelo PAN.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto de pesar foi rejeitado com 24 votos contra do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do CH, 1 do IL.

2 votos favoráveis do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Encerrámos assim a apresentação e votação dos votos.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia e 15 minutos.

Eram 11 horas e 54 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 18 minutos.

Entramos agora nas Declarações Políticas.

Ao abrigo do artigo 75.º do nosso Regimento, o Governo Regional solicitou uma comunicação ao Parlamento, que é feita pelo Senhor Presidente do Governo, tendo prioridade sobre as outras comunicações.

Para o efeito, dou a palavra ao Senhor Presidente do Governo Regional, faça favor, Senhor Presidente.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimas e Excelentíssimos Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente do Governo, Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores Secretários Regionais:

Tomo a iniciativa, em nome do Governo Regional, de proferir, nos termos regimentais, a presente comunicação política para, assim, inscrever nos registos dos trabalhos parlamentares, em Plenário da Assembleia Legislativa, um procedimento histórico e pioneiro da democracia autonómica dos Açores.

Falo do diálogo realizado em sede da Comissão Permanente de Concertação Social, concretizador de um consenso alargado e que culminou na outorga de um Acordo de Parceria Estratégica 2023-2028, sob o lema Rendimento, Sustentabilidade e Crescimento.

Também aqui e neste contexto afirmo a minha profunda convicção: O melhor desígnio da Democracia é o de promover a participação da cidadania, que realize um verdadeiro governo do povo, pelo povo e para o povo.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Governo: Muito bem!

O Orador: E também ainda reafirmo: “A nossa democracia representativa, aliás, de provas dadas, assegura o essencial da pluralidade e da proporcionalidade representativa dos eleitores e, portanto, do nosso povo”, sem que, no entanto, exclua testados instrumentos de participação e diálogo social, propondo-se, sempre em progresso, inovar todos os estes instrumentos regulamentados de participação direta da cidadania.

E tanto assim é em abstrato, como o é em concreto, neste específico e histórico ato e registo da nossa democracia autonómica açoriana.

Um diálogo e um epílogo que, afinal, concretizam deliberação legislativa e política deste Parlamento e, portanto, da nossa democracia representativa, aliás com a sua configuração tão plural como é esta.

Por via legislativa foi o Parlamento que criou, no seio do criado Conselho Económico e Social dos Açores, a Comissão Permanente de Concertação Social, que determina, no quadro da competência executiva, e, portanto, exclusiva do Governo Regional, o diálogo, negociação e mediação sociais, entre parceiros sociais, membros exclusivos, por lei, daquela comissão permanente. Pode parecer meramente silogístico, mas para além de o ser, é também de sequência política legitimadora.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E explico.

É que para além da via legislativa, com origem no Parlamento, também pela via política o é.

Na verdade, o Acordo de Parceria Estratégica 2023-2028, sob o lema Rendimento, Sustentabilidade e Crescimento, outorgado no quadro da concertação social, não é um pressuposto, mas sim uma consequência ...

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... enriquecida pelo diálogo social do Programa do Governo e das Orientações de Médio Prazo, aprovados neste Parlamento, por uma maioria democraticamente representativa de uma nunca dantes experimentada pluralidade na nossa democracia neste Parlamento.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: É, pois, como afirmei no ato da sua subscrição, “um bom exemplo de que o processo de autonomia regional é de aprofundamento gradual e

dinâmico”, tal como preconiza o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Agregar não desresponsabiliza, antes envolve corresponsabilidades.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: E é assim que deve acontecer com a visão estratégica para os médio e longo prazos.

Em anterior comunicação política do governo, aqui também por mim proferida, evidenciei a importância decisiva e estratégica da consistência das políticas públicas, para que assim possam alcançar sustentabilidade no crescimento e desenvolvimento socioeconómicos dos Açores.

Para nós é inegável que a consistência das políticas públicas estratégicas valoriza a democracia representativa.

Valoriza o diálogo social.

Faz prevalecer o entendimento sobre os desentendimentos e o principal sobre o acessório e parcial.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

A consistência das políticas públicas estratégicas valoriza a sustentabilidade do crescimento, da produtividade e da prosperidade, de todos, em equidade.

É nosso entendimento, aliás publicamente expresso entre os parceiros sociais outorgantes, que concordam, que o Acordo de Parceria Estratégica 2023-2028, sob o lema, repito, Rendimento, Sustentabilidade e Crescimento, não se fez propriedade daqueles que o subscreveram.

É um acordo com e para os açorianos.

Deputado Rui Martins (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: Que não é hermético, mas antes aberto e plural, pois pode ser subscrito por outros parceiros que nele se revejam.

Será dinâmico e objeto de monitorização e avaliação, podendo ser revisto.

Compromete-se com um projeto de desenvolvimento e de convergência para os Açores.

Compromete-se com concretizações ativas de política de apoio social, formativa dos jovens, de sustentabilidade ambiental, de utilização ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... de fontes de energia renováveis e de valorização da função pública na administração regional autónoma.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Compromete-se com a irreversibilidade do diferencial, em vigor, das taxas nacionais de IVA, IRS e IRC, que é agora, na sua totalidade, de 30%.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Compromete-se com a manutenção da “Tarifa Açores”, que impulsionou a mobilidade entre as ilhas dos residentes e promove o valor de um mercado regional, mais coeso e dinâmico.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Compromete-se com a irreversibilidade da desoneração dos custos do orçamento familiar, designadamente o inovador acompanhamento dos idosos em casa.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Compromete-se com a irreversibilidade do fim do rateio do apoio ao rendimento dos agricultores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Sinalizo estes compromissos, porque têm, na verdade, algo de especial, face a tantos outros, incluídos no Acordo, que está entregue neste Parlamento, para conhecimento integral.

Tratando-se apenas de um acordo de cavalheiros (nem podia ser de outro modo), no quadro da concertação social, importa esclarecer politicamente o seguinte:

Estes compromissos aqui evidenciados resultam, de forma inequívoca, da alternativa de governação que nesta legislatura se afirmou, contra a vontade, designadamente do Partido Socialista, que governou a Região durante 24 anos, sem as concretizar, e votando, neste parlamento e legislatura, contra estas medidas e políticas reformadoras.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Lembro, para que a frágil memória dos que estiveram e estão contra esta visão reformista, não esqueça.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Presidente.

O Orador: A memória é um valor democrático.

A maioria que aprovou o Programa do Governo, as Opções de Médio Prazo e os sucessivos Planos e Orçamentos anuais é positivamente responsável por estas reformas e alternativa de governação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PS está e sempre votou contra esta baixa dos impostos, que na sua convicção destroem o equilíbrio das Finanças Públicas Regionais.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O PS está e votou sempre contra a Tarifa Açores, que apelidou, desde a primeira hora, como mal estudada, ilegal e sem interesse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Por mero exemplo, refiro, simbolicamente, estes dois casos, para reafirmar a importância da irreversibilidade destas medidas, a favor da consistência estratégica das mesmas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Só quem as promoveu e aprovou assegura a sua consistência e fica provada a adesão às mesmas e à sua perenidade, por parte dos parceiros sociais, que assim confiam em quem as concebeu e aprovou.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Açorianos,

Digo neste Parlamento, mas digo-o também dirigindo-me a vós e para vossa atenção.

Fica a conhecer-se a coerência e a concordância de cada um com as suas posições e votações, e a conhecer-se quem se compromete com a consistência das políticas públicas que melhoraram parte da vida do nosso povo.

Estamos a praticar o que defendemos: uma autonomia de responsabilização.

Pelos Açores

Disse!

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Senhor Presidente do Governo.

Está feita a comunicação.

Estão abertas as inscrições.

A Mesa já tem algumas inscrições.

Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente do Executivo, vem V. Exa. a esta Câmara atrasado, bastante atrasado, eu diria mesmo.

Quem tanto defendeu, e afirma ainda defender, a centralidade do Parlamento, não poderia ter remetido este documento que assinou em concertação social, primeiro aos órgãos de comunicação social, do que aos Senhores Deputados aqui presentes.

Não é uma falta de respeito por mim, não é uma falta de respeito pelo Senhor Deputado Pedro Neves, nem pelo Senhor Deputado António Lima, é uma falta de consideração pela autonomia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não apoiado!

O Orador: E ninguém se pode afirmar o grande defensor da autonomia, quando vai pedir a Lisboa que pague a saúde, quando vai pedir a Lisboa que resolvam os seus problemas e quando entrega aos órgãos de comunicação social um documento que assina em concertação social, antes de o entregar aos Deputados desta Casa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, Senhor Presidente do Governo:

O diálogo e a mediação, em sede da Comissão Permanente do CESA é, de facto, um exclusivo do Governo Regional dos Açores, ninguém lhe retira isso.

Dar conhecimento deste diálogo e dessa mediação aos Senhores Deputados, quando se defende a centralidade do Parlamento, é uma obrigação do Governo Regional dos Açores, ainda antes de informar a comunicação social.

O senhor acha que tínhamos necessidade de estar a comentar um acordo sem o conhecer? O senhor acreditou, alguma vez, que os órgãos de comunicação social no minuto a seguir não nos iam perguntar a nossa opinião sobre aquele acordo? Não, Senhor Presidente do Governo, o senhor sabia. O senhor fez

aquilo que vai na sua cabeça, que é diferente daquilo que o senhor expressa aos açorianos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Esta é que é a grande questão, mas ainda lhe digo mais, Senhor Presidente, ainda lhe digo mais e não é uma questão que eu traga de novo aqui. Este Parlamento é uma questão de convicção ideológica e que reafirmarei até ao fim dos meus dias. A nossa democracia é parlamentar, não é corporativa. Se calhar, antes de mediar com as corporações, antes de mediar, em sede da Comissão Permanente do CESA, se calhar devia ter ouvido os grupos parlamentares. Mas não, a centralidade do Parlamento foi-se!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Antes, nem uma coisa, nem outra!

O Orador: Esta não é uma conquista da autonomia, Senhor Presidente do Governo. Esta é uma conquista do estado corporativo Salazarento.

Disse!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Ainda há pedacinho, estava aqui a pensar, tanto se fala na Tarifa Açores, que eu começo a ficar preocupado e assustado, se não a vamos perder, de tanto a gastar em palavras. Tanto se fala na Tarifa Açores e na baixa de impostos que qualquer dia já não temos, gastou-se. Depois vamos ter que pedir ali ao Senhor Deputado Pedro Neves para fazermos um voto de pesar sobre tudo isso.

Eu brinco com um assunto que é sério. Eu não brinco é com ameaças. E tenho ouvido, repetidamente, ameaças que, se não for assim, será o caos. Se não for assado, será o caos.

Eu acredito na democracia e na pluralidade e uma palavra que para mim e para os açorianos é muito cara, é o diálogo. O diálogo com terceiros e que não se faz com os parceiros, algo está errado. O diálogo que se faz com os de fora, não respeitando os da Casa, está errado. E, tal como disse o Senhor Deputado há pouco, também o CHEGA foi surpreendido e, atrapalhadamente, temos que responder a uma coisa muito honestamente, e eu não sou de fingimentos, a mim não me cheira mais do que que campanha política.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi obrigado?

O Orador: A mim não me cheira mais do que isso. A um ano de eleições, andamos já aqui a pôr os cartazes na rua, coisa que nós sempre fizemos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Afinal quem está em campanha?

O Orador: Uma coisa é prestar contas. Para prestar contas, nós temos que ir fazendo alguma coisa, só palavras, não dá. E a E a questão que os açorianos levantam todos os dias, como é que vamos resolver o problema da habitação? Como é que vamos travar a subsidiopendência e a pouca-vergonha que é ter uns em casa sem trabalhar à custa dos outros que trabalham, dos muito poucos que já vão trabalhando? São questões que todos os dias nós levantamos, todos os dias.

Como é que vamos limpar as ribeiras? Como é que vamos endireitar os nossos Açores? Como é que vamos fazer o turismo? Que turistas é que queremos? Não tenho respostas e quando me perguntam digo: “não sei”. Não sei e sabem porquê, porque nunca ninguém me diz nada. E se ninguém me diz nada, é porque algo está muito errado e isto tem que ser dito com esta frontalidade. O diálogo, a meta palavra não serve para nada e a ameaça, a mim, não me mete medo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Nem o senhor mete medo a ninguém!

O Orador: Os senhores não de perceber que nós estamos aqui de peito aberto e nós vamos fazer o nosso caminho da maneira que nós achamos que devemos fazer, porque sabem quem são os nossos patrões? São aqueles senhores que estão em casa, são os açorianos. Estes é que nos dizem que caminho temos que trilhar. A nós ninguém diz, a nós ninguém condiciona. Não é assim que as coisas funcionam. Caso contrário, vou ter que pedir mais um voto de pesar pela democracia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Este acordo de parceria que o Governo Regional assinou com alguns parceiros sociais parece que não agradou a ninguém, com exceção da Coligação do Governo e dos setores que embarcaram neste acordo.

Este acordo é um primeiro ato de campanha eleitoral.

Nas palavras do Senhor Presidente do Governo, é um acordo eleiçoeiro, é um ato de mera campanha eleitoral ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isso!

O Orador: ... e não passa de um esboço do programa eleitoral da Coligação às próximas eleições. Aliás, basta ver quem subscreveu o acordo para se perceber quem é que apoiará a Coligação nas próximas eleições. Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, uma grande surpresa; Federação Agrícola, uma grande

surpresa e a UGT, liderada por um Deputado do PSD na Assembleia da República, outra grande surpresa. Sobre isto e sobre a grande conquista e a grande abrangência deste acordo está tudo dito.

Mas, este acordo é também um atropelo à democracia, porque pretende, disfarçado de acordo de cavalheiros, pretende condicionar aquela que a decisão democrática dos açorianos e açorianas nas próximas eleições.

Em primeiro lugar, atropela este Parlamento. O Parlamento é um mero recetor das grandes decisões da concertação social e do Governo e os açorianos teriam, na opinião do Governo, que referendar apenas aquele programa e não escolher sobre mais nada sobre o seu futuro, esquecendo que é o povo que decide em eleições livres, sobre o programa eleitoral de todos os partidos que se apresentam a eleições, aqueles que têm programa, porque nas últimas alguns nem tenham nem tinham programa eleitoral, como o PPM, por exemplo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

O Orador: É verdade.

Sobre o conteúdo, Senhor Presidente do Governo, aquele, para além de ser o programa eleitoral da Coligação, recauchutado das últimas eleições, é um programa de galanteio ao patronato, para agradar aos grandes interesses a que está a coligação ligada, e o PSD em particular, e não tem nenhuma solução para os Açores, nas áreas centrais que preocupam as pessoas, na habitação, nas qualificações, nos transportes. O que é que diz o senhor e aquele acordo de parceria sobre o que serão os transportes na Região para o futuro? Acordos secretos e com subsídios, muito pouco claros, com a Ryanair. Talvez seja esse o futuro que o Governo queira para os transportes dos Açores.

Esse é um acordo que não tem nenhuma credibilidade. Como sabemos, estará morto em 2024, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Agora temos um profeta!

O Orador: ... porque serão os açorianos a decidir qual é o programa de governo que querem para os Açores. Não é a concertação social e não é qualquer Governo.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Joaquim Machado, pede a palavra para?

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Protesto.

Presidente: Peço que se levante e que justifique, faz favor.

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, o protesto que eu pretendo fazer é à insinuação que o Senhor Deputado António Lima faz relativamente à circunstância de UGT Açores ser liderada por uma pessoa que é Deputado do PSD.

Com isso, querendo insinuar que uma Federação de Sindicatos ...

Presidente: Senhor Deputado, isso já é o protesto.

Tem a palavra para o protesto, então.

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo Regional: As afirmações do Deputado António Lima não podem ficar sem um veemente protesto, mas também sem o registo daquilo que é o entendimento do Bloco de Esquerda, quanto a instituições da nossa sociedade, legitimadas de forma democrática.

A UGT Açores e eu faça uma declaração de interesses, neste momento não sou sindicalizado, não tenho procuração de nenhum sindicato, muito menos da UGT Açores, mas como Presidente dos TSD Açores, como sabemos, não posso deixar de defender uma estrutura sindical que é constituída por um conjunto de sindicatos da Região que representam legitimamente os trabalhadores destas nove ilhas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que têm órgãos eleitos em cada um dos sindicatos, que depois se reúnem, como irá conhecer muito brevemente em Congresso Regional, para eleger os seus órgãos, que essa legitimidade democrática de representação de quem trabalha nesta Região, possa ser vilipendiada por circunstâncias de um debate e de interesse partidário, Senhor Deputado António Lima.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Contra os sindicatos o Bloco de Esquerda! Onde a gente chegou!

O Orador: Portanto, Senhor Presidente, era este registo.

A nível nacional, a UGT é constituída por duas tendências sindicais: a socialista e a social-democrata. A socialista sendo mais representada, tem sido, ao longo da história, aquela da qual emana o Secretário-Geral da UGT. A tendência social-democrata, por regra, também faz de si eleger ...

Presidente: Tem que terminar, Senhor Deputado.

O Orador: ... o Presidente do UGT.

Aqui na Região, parece que ser da UGT é um pecado ou tem alguma coisa que incomoda muito umas certas forças de esquerda, nomeadamente e não só o Bloco de Esquerda, mas também o Partido Socialista, que durante os seus anos de governação, sempre privilegiou ...

Presidente: Senhor Deputado, o senhor está a fazer um protesto às declarações do Bloco de Esquerda

O Orador: ... trabalhar com a CGTP, em vez da UGT.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima, tem a palavra para um contraprotesto, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Senhor Deputado Joaquim Machado lida mal com os factos e com a verdade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tem problemas com os factos!

O Orador: É um facto reconhecido por todos, inclusive pelo próprio que o Presidente do UGT é deputado na Assembleia da República, eleito pelo PSD.

Onde é que está o insulto? Onde é que está o motivo para protesto deste facto?

Se o Senhor Deputado Joaquim Machado e a bancada da Coligação estão incomodados com esse facto, olhe, pois temos pena. É a vida.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Mais um bocadinho de honestidade intelectual!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Aquilo que eu vou dizer vai ser muito similar àquilo que eu já disse também na comunicação social, numa altura em que eu estava ainda cego e surdo, porque não sabia do que é que eu estava a falar, porque não tinha qualquer documento no qual podia basear o meu argumentário e a minha interpretação, relativamente àquilo que estava a ocorrer na altura, na Ribeira Grande, mesmo ao lado da minha casa, uma assinatura histórica, nunca antes vista nos Açores, com

lobistas encapotados e o Governo dos Açores, para fazer uma concertação social, relativamente a retirar a importância deste Plenário, desta Assembleia regional, de uma forma premeditada e não dar sequer o documento aos deputados para nós sabermos o que é que estava a ser baseado uma concertação histórica. A ser sério, eu não sei se é uma interpretação, Senhor Vice-Presidente, e cabe a cada um o que é que é irrelevante e o que é que é importante e para mim foi, sem dúvida, o princípio da pré-campanha do Governo dos Açores quando começou com a rentrée política, tanto em termos dos comunicados dito por vice-presidentes do PSD, como também do resto da coligação e com esta concertação social a tentar retirar a importância do que seria definido ...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... e tem que ser definido em orçamento, onde se decide realmente aquilo que se estava, obviamente a apostar para cinco. E nós achamos que isso que foi uma deslealdade, da parte do Governo, em fazer isso da forma como fez, podia fazer de outra forma, mas escolheu premeditadamente fazer exatamente todos os passos bem definidos de como deveria ser feito a pré-campanha e de retirar a centralidade desta Assembleia.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Estevão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Já vimos aqui de tudo, do ponto de vista dos argumentos.

Temos a Iniciativa Liberal, para quem o sistema político se deve centrar exclusivamente no Parlamento, o mundo lá fora, não conta. As entidades representativas na área da agricultura na Câmara de Comércio, as entidades como os sindicatos, não contam. O Senhor Deputado Nuno Barata quer ser uma

espécie de polícia sinaleiro. Há um acordo, há uma reunião nesta sala, eu quero estar à porta. E têm que tirar o bilhete, antes de entrar na sala. É o polícia sinaleiro do regime.

E, por isso, como é evidente, esta é uma visão muito restritiva da democracia. Quando nós vemos em toda a Europa,, nos Estados Unidos, nos países mais progressistas, em que a democracia é, com certeza a democracia representativa, é com certeza a democracia representativa em que os Parlamentos são essenciais. Em relação a esta questão nenhuma dúvida, nenhum Governo Regional dos Açores privilegiou tanto o Parlamento como este Governo Regional na história dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Não tenham nenhuma dúvida em relação a esta matéria.

Mas o mundo não se esgota no Parlamento, é necessário ouvir os agentes sociais, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... os parceiros sociais também e juntar à democracia representativa também o contributo da sociedade nos diversos pontos.

Juntar à democracia representativa, a democracia participativa, a democracia de cidadania também. Isso é fundamental. É por isso que têm aumentado os referendos, ouvir diretamente a população em muitos assuntos, pedir, auscultar a população num conjunto muito grande de assuntos, nunca menosprezando o Parlamento.

Mas, não podemos é nunca politizar e estabelecer os partidos como os fiscalizadores de qualquer de qualquer movimento social, são realidades distintas em que o Parlamento tem um papel fundamental. Por isso, fez muito

bem o Senhor Presidente em conseguir este acordo com o conjunto de representantes da Comissão Permanente de Concertação Social.

Diz o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda: “Veja quem é que assinou o acordo da Comissão Permanente”. Bem, eu tenho aqui os estatutos da Comissão Permanente e quem é que assinou, quem é que faz parte? O Governo Regional assinou; a União Geral de Trabalhadores, assinou; dois representantes da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, assinou; dois representantes da Federação Agrícola dos Açores, assinou; e depois, dois representantes da CGTT, estes não assinam nada, Já sabemos todos que nunca assinam nada e, por isso, os que estão na Comissão Permanente de Concertação Social, com exclusão da CGTP, todos eles assinaram.

O Senhor Deputado do Bloco de Esquerda não leu, com certeza, a composição da Comissão Permanente de Concertação Social, porque senão, não teria feito essa intervenção.

E quero também referir o seguinte. Já que debatemos estas questões em relação ao papel que tem a democracia representativa, mas que também tem a democracia participativa e a democracia de cidadania, que não se excluem, pelo contrário, que se complementam e que aprofundam o nosso sistema democrático, nessa matéria estamos esclarecidos.

E depois temos, imaginem, o CHEGA a falar de chantagem. Um homem que se tornou conhecido no país a dar conferências de imprensa, a rasgar acordos, depois a repor acordos, depois a dizer: “ou fazem assim, ou nós acabamos com isto tudo”...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

E agora vem o CHEGA dizer: “nós não aceitamos chantagens!”. Qual chantagem, Senhor Deputado? Da parte do PPM ...

Deputado José Pacheco (CH): O PPM é peixe-miúdo!

O Orador: ... e da parte dos restantes partidos, os partidos o que tem dito é que privilegiam a estabilidade, que cumprem suas obrigações com os Açores, que estamos preocupados com o progresso dos Açores e que este é o nosso caminho. E o que é que dizemos quando me perguntam sobre a posição dos outros partidos? Cada um toma a sua, cada um assume a sua responsabilidade. A minha responsabilidade é pela estabilidade, é pelo progresso dos Açores. A responsabilidade do CHEGA será a do CHEGA.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Nenhuma ameaça, nenhuma chantagem, o senhor assumia a sua responsabilidade, nós assumimos as nossas ...

Deputado José Pacheco (CH): Quem está lá em casa sabe o que é que eu estou dizendo.

O Orador: ... e as nossas é contribuir para a estabilidade dos Açores, para o progresso dos Açores.

Termino Senhor Presidente.

Eu percebo porque é que este acordo assusta tanto, porque é um acordo ambicioso, é um acordo que não é um acordo daquilo que vamos fazer no futuro, é aquilo que já estamos a fazer, que já conseguimos fazer e que vamos continuar a fazer no futuro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

É o aumento da remuneração complementar ...

Presidente: Senhor Deputado, tem que terminar, faz favor.

O Orador: 80 euros em 2023!

Termino Senhor Presidente.

É o fim dos rateios, é o aumento do complemento regional de pensão de 5%, para 15% em 2023, é o aumento do complemento de aquisição de medicamentos dos idosos de 10%, para 15% em 2023. É um conjunto de números que aqui estão, que mostram uma forte vertente social, uma aposta no crescimento económico, uma aposta na redução dos impostos, uma aposta no futuro dos Açores, porque o futuro dos Açores só se faz com desenvolvimento económico e progresso social e nós estamos a conseguir isso e todos os números indicam que estamos a conseguir e que vamos aprofundar esta mudança nos próximos anos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente do Governo, à sua comunicação à Assembleia, eu gostaria de, em nome do Partido Socialista, dizer algo muito simples.

Em primeiro lugar, a realização de um acordo deste tipo é uma boa ideia. O que me parece, no entanto, é que, neste caso concreto, essa boa ideia foi prejudicada por uma sucessão de enganos.

Porquê? Em primeiro lugar, porque se pretende ver neste acordo uma amplitude que ele não tem.

É preciso não esquecer que, de 39 membros do Conselho Económico e Social, 24 ficam fora deste acordo e, mesmo, dentro da Comissão Permanente de Concertação Social, este acordo nem sequer consegue reunir unanimidade e, portanto, em relação a esta matéria, o consenso alargado...

(Apartes dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Senhor Presidente, os apartes são regimentais e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tinha a oportunidade de também fazer apartes à comunicação do Senhor Presidente do Governo. Podia, mas não fez, por respeito à figura institucional de Presidente do Governo e eu peço, nesta ocasião, o mesmo respeito, em relação à minha intervenção.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos permitir a intervenção do Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Mas os apartes são de respeito!

Presidente: Senhoras, peço desculpa, mas não é isso que está a acontecer. Faz favor, Senhor Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Senhor Presidente.

E, portanto, em relação a esta matéria há algo que é claro, este não é um acordo de consenso alargado. Este é um acordo que, em 39 membros do Conselho Económico e Social, deixa 24 de fora e, nem sequer, consegue reunir a totalidade dos membros da Comissão Permanente de Concertação Social.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Em segundo lugar, dizer o seguinte: não há parceiros sociais de primeira e parceiros sociais de segunda. Não há os parceiros sociais com quem se negocia um acordo e há depois os outros que, se quiserem, assinam e se não quiserem, não assinam.

Isso não funciona assim, Senhor Presidente.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Funciona sim!

O Orador: Isso não é democracia, isso não é concertação social. Isso é negociar com aqueles que, por ventura, podem estar mais próximos e depois dizer: “os outros, se quiserem, que adiram”.

Em terceiro lugar, este acordo tem uma sucessão de enganos quanto à questão da legitimidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prove!

O Orador: Já todos sabemos que, desde março, a maioria parlamentar deste Governo implodiu nesta Assembleia.

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): Faça uma moção de censura!

O Orador: O Iniciativa Liberal teve a declaração que teve, o Senhor Deputado Independente e o Senhor Deputado do CHEGA e o que o Governo pretende fazer com isso é substituir a legitimidade democrática que deriva deste Parlamento...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prove!

O Orador: ... pela legitimidade de um qualquer acordo negociado num gabinete e dizer: “nós agora temos a legitimidade”. Isso não é assim!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prove!

O Orador: Em quarto lugar, é uma sucessão de enganos em relação à realidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prove!

O Orador: Este acordo, conforme foi dito, pretende mais fazer o autoelogio daquilo que foi feito, do que propriamente apontar metas para o futuro.

Mas, mesmo em relação àquilo que diz, a realidade desmente, cruelmente, aquelas que são as afirmações deste acordo.

Os indicadores sociais?! Senhor Presidente do Governo, em relação aos indicadores sociais, os últimos dados dizem que eles estão a piorar na nossa Região. A taxa de risco de pobreza aumentou, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não verdade. É falso!

O Orador: ... a taxa de privação material severa aumentou, a taxa de abandono escolar precoce aumentou. Depois de anos a serem reduzidos, esses indicadores sociais pioraram no seu Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É falso!

O Orador: Senhor Presidente do Governo, fundos comunitários?! Os senhores fazem uma brincadeira, do ponto de vista das contas. É que, em relação à conta dos fundos comunitários dos anteriores governos, a conta que fazem é retirar da execução de fundos comunitários tudo aquilo que não era administração regional direta. Tudo o que eram empresas públicas, tudo o que era a administração regional indireta e, por isso, é que chegam aos tais 100 e tal milhões. Pior, pior! É que nas contas que fazem do seu Governo incluem aquilo que é a EDA, incluem as antecipações de fundos comunitários, que não devem ser incluídas, que está errado que sejam incluídas.

E, portanto, os senhores, este ano disseram que iam executar 300 milhões de euros de fundos comunitários. Ainda não executaram sequer 10%. Os senhores não executaram sequer 35 milhões.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não verdade!

O Orador: Mas é uma sucessão de enganos, em relação à dívida pública.

A diminuição da dívida pública?!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: Senhor Presidente do Governo, de acordo com os dados do Banco de Portugal, o seu Governo, em dois anos, aumentou a dívida pública da Região em 600 milhões de euros!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: A 31 de dezembro de 2020 ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só para pagar os juros da SATA vai metade disso!

O Orador: Não é, não é!

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados.

O Orador: A 31 de dezembro de 2020 a dívida pública da Região, de acordo com o Banco de Portugal, eram 2405 milhões de euros.

A 31 de dezembro de 2022 a dívida pública da Região são 3022 milhões de euros, são mais 617 milhões de euros em 2 anos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Se os Governos Regionais do Partido Socialista tivessem gerido o endividamento desta Região da maneira como os senhores estão a gerir a dívida pública, ao fim de 24 anos ...

(Risos do Deputado Paulo Estevão)

O Orador: Se os Governos do Partido Socialista tivessem gerido a dívida pública da maneira como os senhores estão a gerir, ao fim de 24 anos, os Açores não teriam 2400 milhões de euros de dívida. Teriam mais de 7000 milhões de euros de dívida!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E é por esse caminho que estão a levar a Região.

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: Agradece que eu termine? Eu tenho quatro minutos e 44. Não tenho cinco minutos?

Presidente: Não, houve um engano.

O Orador: O Senhor Presidente do Governo teve mais três.

Em relação ao endividamento zero, não só os senhores violaram o que essa Assembleia definiu o ano passado, endividando-se em 57 milhões de euros além daquilo que o Parlamento autorizou, e já agora, enganando o Senhor Deputado Nuno Barata, como este ano, também já não temos endividamento zero nenhum, porque já aumentaram o endividamento líquido em mais 20 milhões de euros.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E, portanto, que realidade é esta em que se baseia este acordo, esta parceria, Senhor Presidente do Governo?

Mas, eu termino, Senhor Presidente da Assembleia, indo novamente à questão da legitimidade. Já se percebeu a agitação, o nervosismo e o incómodo quanto a esta questão da legitimidade.

O Governo Regional prepara-se para, em outubro, apresentar a esta Assembleia a sua moção de confiança, que é a proposta de Orçamento Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Vote contra!

O Orador: A pergunta é simples. Vamos supor que essa moção de confiança, apresentada pelo Governo Regional, não passa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Faça uma moção de censura!

O Orador: O Senhor Presidente do Governo está disponível para devolver a palavra aos açorianos?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma interpelação, Senhor Presidente.

Presidente: Para uma interpelação, faz favor.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, uma interpelação, no sentido de transmitir à Mesa que detetei que o cronómetro parou e voltou ao zero durante a intervenção. Já tendo falado há algum tempo, voltou outra vez ao zero durante a intervenção do Senhor Deputado Vasco Cordeiro. É só para dizer, Senhor Deputado que, de facto, falou mais tempo do que aquilo que está registado, mas também quer dizer, Senhor Presidente, que não imputo, evidentemente, nenhuma responsabilidade ao Senhor Deputado Vasco Cordeiro. Já controlou tudo, mas já não controla o cronómetro.

Presidente: Senhor Deputado Paulo Estêvão, efetivamente o cronómetro parou aos 56 segundos, por isso, a Mesa alertou o Senhor Deputado Vasco Cordeiro aos quatro minutos e qualquer coisa, porque contamos os 56 segundos. Portanto, não duvide da condução dos trabalhos e da contagem do tempo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Senhor Deputado Carlos Furtado tem a palavra.

Eu depreendi que vamos acabar esta comunicação?

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Esteve mal o Governo neste acordo de concertação social, sem que esta Casa tivesse conhecimento do teor do acordo. Esteve mal o Governo, estou mal, e estão mal outros deputados dessa casa. Porque é assim: todos os anos aprova-se ou não se aprova o orçamento. Neste caso, tem-se aprovado o orçamento. Logo a seguir, à aprovação do orçamento, eu e outros deputados dessa Casa, fazem notas de imprensa, fazem artigos, andam com a comunicação social atrás para ver onde é que tem um *problemazinho*. Tiveram tempo de fazê-lo antes e, curiosamente, toda a gente tem a sua mensagem política, sem ligar ao Presidente do Governo a dizer: “acha que eu posso fazer esta comunicação ou isso fere aquilo que falámos ontem?”. Toda a gente tem o espaço político para fazer aquilo que bem entendem. Nunca dão comunicação ao governo. O Governo para assinar o acordo de concertação social tem que falar com todos os parceiros, exatamente aqueles que ontem disseram que há árvores nas estradas, que não sei o quê, que não houve progresso, que não há aquilo, nem aquele outro.

Então há deslealdade por parte do Governo? Há.

É a resposta à deslealdade dos outros, nos quais onde eu me incluo também, porque eu não sou diferente dos outros.

E agora tem que assacar responsabilidades e falta de respeito institucional. Mas, a falta de respeito institucional, nessa matéria, é o que todos fazem. Eu não vejo o que é que é diferente nisso. Eu vejo que o que o Governo fez é exatamente aquilo que os outros fazem e depois vem agora ainda pedir explicações ao Governo que assinou os acordos de concertação, que depois não há ideias das pescas, não há ideias daquilo, deste ou daquele outro. Meus senhores, nós

somos legisladores, não vimos para aqui só para a crítica. Nós vimos aqui para legislar e apresentar propostas. Se os senhores estão aqui sentados na crítica e no Facebook e não apresentam propostas credíveis, estruturadas e capazes de serem implementadas, isso é problema de cada um, mas têm a responsabilidade de apresentar propostas. Eu, no meu caso em concreto e com orgulho, digo: estou aqui há 10 anos como Deputado Independente e apresentei já 16 iniciativas nesta Assembleia, 16! Quase tantas, como todos os outros deputados independentes, somados, fizeram enquanto estiveram aqui. Quase tantas. Eu contei 17. Eu já apresentei 16, portanto, cada um faça o seu trabalho. Tenho a capacidade de apresentar o trabalho, de ser aprovado, ou não, democraticamente, nesta Casa e a partir daí tem toda a legitimidade para falar. O que não podem é também estar a pedir uma lealdade *matrimonial*, passo a expressão ao Governo, quando são os primeiros a tentar negociar nos quatinhos e nos corredores os orçamentos...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: Já terminarei.

E depois fazem as comunicações políticas a dizer que conseguiram inscrever no orçamento x, y e z e, logo no dia a seguir, já estão prontos a começar a festa outra vez, a dizer que querem e entendem.

Haja respeito, porque não me têm visto a fazer chantagem, mas há outros que dizem que não cedem a chantagem, quando o nome do partido devia ser: chantagem até dizer chega.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu nunca pensei assistir ao momento político que acabei de assistir, por parte do Deputado Vasco Cordeiro, neste Parlamento.

Ver o líder da oposição, perante um acordo histórico e pioneiro na nossa autonomia, entre um governo e parceiros sociais, mostrar todo esse rancor político, essa inveja e esse ciúme por se ter alcançado algo que ele nunca foi capaz de fazer, eu nunca pensei assistir de uma forma tão clara e cristalina, Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Aquilo que nós temos hoje é um Governo que dialoga no Parlamento na concertação social, com todos os parceiros, com todos e quaisquer elementos da nossa sociedade e instituições, com quem o Governo deve ouvir, colaborar, construir um futuro melhor e trazer a este Parlamento propostas que nos possam fazer avançar em termos do nosso desenvolvimento coletivo.

Este é um acordo histórico na nossa autonomia. Não é só uma boa ideia, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, não é só mais uma boa ideia que o senhor não teve. É uma boa ideia, que concretiza um momento único e histórico no relacionamento entre o poder político e a sociedade civil. É isso que está em causa neste acordo, é o encontro de vontades, entre aquilo que foi a concretização do programa do Governo e da aprovação do programa do Governo e que é levado na propositura do Governo e no trabalho do Governo perante a concertação social para que, efetivamente, esse programa do Governo chegue ao fim da Legislatura, com a concretização dos objetivos que nele estavam definidos e que foram maioritariamente e democraticamente aprovados nesta Casa.

É isso que está em causa no momento político que estamos a viver, não é nenhum outro fator. Estamos aqui perante apenas a concretização de uma forma coerente de atuar deste Governo Regional, deste Presidente do Governo e desta Coligação do Governo: coerência e consistência na governação.

Coerência, porque no passado quisemos e formulámos propositura para que haja este diálogo democrático com o Conselho Económico e Social e com os parceiros sociais. Coisa que no tempo dos socialistas, se bem se lembram, era por imposição e, hoje, assistimos aqui, não só a esse momento revelador de rancor e de inveja política, por parte do Deputado Vasco Cordeiro, mas de algo que eu, sinceramente, nunca pensei igualmente assistir, que foi a desconsideração e o destrato que Vossas Excelências, quando se referiram a este acordo, trataram os parceiros sociais.

Não é admissível. O Parlamento não é a Casa de poder trazer as pequenas invejas e ciúmes que se tem da sociedade e dos seus representantes e o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, ao pôr em causa a legitimidade da Comissão Permanente, que assinou este acordo, pôs em causa, dizendo que apenas aqueles que tinham subscrito e por razões que o senhor quis deixar, como que obscuras. Essa forma de destratar os parceiros sociais é bem revelador daquilo que foi o seu comportamento, enquanto Presidente do Governo e a relação que teve com a sociedade civil na nossa democracia.

Nós queremos dar nota daquilo que ficou da declaração do Senhor Presidente do Governo, como muito substantivo nesta questão, que é a palavra compromisso, que é uma palavra que cola com esta governação, é uma palavra que assenta a forma de estar do Presidente do Governo e do seu relacionamento com a concertação social, compromisso social, compromisso económico, compromisso de sustentabilidade, um compromisso que permita finalmente aos açorianos aceder ao elevador social, um compromisso que permita finalmente aos açorianos não estarem na completa e ultrajante, de gerações de

dependência, de estarem de mão estendida perante o poder. Um compromisso que, efetivamente, leva os Açores àquilo que deve ser uma sociedade desenvolvida, livre e democrática.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: E a centralidade do Parlamento em nada, em absolutamente nada, foi afetada pelo trabalho desenvolvido pelo Governo Regional em termos da ...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... concertação social e da paz social e do progresso coletivo.

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: Termina, Senhor Presidente, apenas com mais esta consideração: querer diminuir este acordo ao momento político, apenas porque dá jeito, em termos da afirmação de desestabilização, como fez aqui o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, em termos dos desafios que coloca à desestabilização da vida política açoriana, reduzir este acordo é também uma desconsideração perante os açorianos e perante aqueles que o assinaram.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Defesa da honra.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhoras senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente, eu peço a palavra para defesa da honra, porque foi-me imputado um conjunto de afirmações, por parte do Senhor Deputado João Bruto da Costa, que não correspondem à verdade.

Por questões de tempo, não as rebaterei todas, mas sobretudo a afirmação de que eu teria dito que haveria aqui interesses obscuros na celebração deste acordo e que eu teria minorizado os parceiros sociais, isso não é verdade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor manifestou essa ideia!

O Orador: Eu não disse essas palavras, eu não fiz essas afirmações.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado João Bruto da Costa, pretende dar alguma explicação?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Senhor Presidente, aquilo que eu posso dizer é que o Senhor Deputado Vasco Cordeiro sabe muito bem o que diz nas entrelinhas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

Traz-nos o Senhor Presidente do Governo, neste comunicação, aquilo que foi o momento, sem dúvida histórico e inédito na nossa Região e é certo, e também por via da comunicação, que nos tem vindo a habituar ao longo desta Legislatura e que é, sem dúvida, retrato daquilo que considera e a importância que dá a este Parlamento, todas as vezes que tem trazido, durante esta Legislatura, comunicações a esta Casa, prestar contas, digamos assim, com esta Assembleia e também queria-lhe deixar essa palavra de agrado quanto a essa sua postura que realmente reforça aquilo que é a centralidade do Parlamento na sua visão.

Mas, em boa hora traz aqui esta temática que, ao longo das diversas intervenções tentam desvalorizar aquilo que foi o momento, sem dúvida, inédito na nossa democracia, na história da nossa Região, este projeto de desenvolvimento de convergência para os Açores, em que as diversas entidades e as várias entidades representativas e também muito do que foi dito, acho que desvaloriza estas próprias entidades representativas de vários setores e que integram esta comissão permanente e isso não deve ser feito, até porque, esta própria comissão permanente foi nomeada por esta Casa a 29 de junho de 2018 e, por isso, desvalorizar agora estes que são os elementos representativos da Comissão Permanente de Concertação Social, fica mal a esta Assembleia fazê-lo.

E a verdade é que este momento resulta de um processo de diálogo, de uma democracia participativa e em que foi possível encontrar um denominador comum.

Vem o Senhor Deputado Vasco Cordeiro dizer que, não é representativo porque não resultou de uma unanimidade. Pois bem, também temos o exemplo, no caso da República, em que a CGTP, exatamente também não assina, é tradição não assinar este tipo de acordos e em nada isso beliscou, sem dúvida, o Governo da República.

Mas também dizer que, até pela sua experiência, certamente não obteve todas as vezes a unanimidade de todos os parceiros e não foi isso que o fez avançar com aquilo que entendeu que tinha que fazer.

A verdade é que isto resulta, é representativo sim ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... de todos aqueles que entenderam assinar este acordo que resulta de um processo, que já disse, de diálogo, de concertação, em que todos estes que representam a nossa sociedade, a sociedade açoriana, encontraram um denominador comum daquilo que deve ser o desenvolvimento da nossa Região, ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... daquilo que são aspetos fundamentais para o desenvolvimento da nossa Região, para que tenhamos aqueles Açores que todos almejamos...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... E foi isso o processo histórico que se passou neste Governo Regional com a apresentação e a assinatura deste acordo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Também queria dizer, quanto àquela que foi a intervenção do Senhor Deputado Vasco Cordeiro, mas também ao registo que já nos têm vindo a habituar de anunciar a grande desgraça que aí vem para a nossa Região, com todas as medidas que são implementadas pelo próprio Governo Regional. Assim foi na redução de impostos, em que o PS era contra, porque também até abrangia a classe média e que ia causar um grande grave hecatombe financeiro

nossa Região e a verdade é que tem resultado num importante apoio para as famílias, para as empresas...

Deputados Paulo Estevão (PPM) e Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... e é isso que tem resultado, na melhoria de vida dos açorianos. Mas também, como foi com a Tarifa Açores que também era ilegal, não ia ter o efeito que este Governo anunciava perante essa medida. Resultado: tem sido muito importante na coesão territorial da nossa Região, de aproximar todos os açorianos de impulso à nossa economia de cada ilha e, por isso, não foi a desgraça tão anunciada pelo Partido Socialista, na voz do Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, este é mais um momento em que registamos esse grande anúncio do Senhor Deputado Vasco Cordeiro, mas sem dúvida que não é isso que resulta deste acordo, que foi de parceria estratégica. É sim, um momento inédito, histórico para a nossa Região, de diálogo, de concertação, que é isso que esta nova realidade também parlamentar, tem sido, tem sido desenvolvida e vivemos na nossa Região um momento muito diferente, sem dúvida, daquele que vivíamos anteriormente, em que tínhamos uma maioria absoluta.

Presidente: Agradeço que termine, Senhora Deputada.

A Oradora: Terminou já, Senhor Presidente.

E essa mudança de paradigma também resulta, exatamente, desta governação. Uma governação de compromisso, de diálogo e de concertação e este é mais um exemplo, exatamente, desta governação que se está a fazer, neste momento, na Região Autónoma dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Presidente do Governo Regional, pretende encerrar a comunicação?

Faz favor. Tem cinco minutos.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Secretários Regionais:

Senhor Presidente, é regimental, eu pretendo e creio que faz toda a oportunidade encerrar este debate.

Quero, em primeiro lugar, deixar a nota de que a perturbação do debate após a leitura da comunicação política não retira o ponto de partida da serenidade do Governo e do referencial de estabilidade, que é a nossa opção política e governativa mesmo para esta Legislatura.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Fez a intervenção lendo com veemência e convicção, mas com a referência à factualidade e até a pedagogia e a valorização deste Parlamento.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Porque à saciedade, dei nota a esta Câmara de que o acordo de parceria, momento histórico e inédito, assim referenciado pelo Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores, personalidade eleita por esta Casa, que o afirmou nestes termos, porque, na verdade, não é um pressuposto, mas

sim uma consequência do que este Parlamento Central na elaboração, aprovação do programa do Governo e orientações de médio prazo e planos e orçamentos anuais deram como causa este epílogo da subscrição.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: A outra reafirmação pedagógica que ficou bem esclarecida na minha intervenção, era a de que se tratou de um procedimento e não foi um ato surpreendente, na medida em que este processo foi de negociação vária e durante meses com os parceiros sociais, que são da Comissão Permanente de Concertação Social.

Surpreende-me, negativamente, o desconhecimento básico do princípio da separação de poderes em democracia ocidental, liberal e que Portugal cumpre.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Não compreendem a separação de poder?

Então não compreendem a democracia em que vivemos.

Nunca fui a favor da governamentalização do Parlamento. Não é a inversão da parlamentarização dos poderes executivos que traz valor à democracia representativa.

Deputado Paulo Estevão (*PPM*): Muito bem!

O Orador: E isto parece não estar a ser compreendido por alguns.

Renove, no país, na democracia portuguesa, na democracia europeia, há efetivamente espaço, por opção da democracia representativa, à democracia participativa, pelo diálogo social e concertação sociais, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... sujeitas a negociação lideradas exclusivamente pelos executivos, cumprindo o princípio da separação do poder. Não há, pois, qualquer desrespeito. Há sim, incompreensão destes étimos da democracia e que não abonam a quem os ignoram.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em terceiro lugar, deixar, sobretudo também em nome do Governo e desta Coligação, que não compactuamos, não acompanhamos as referências de corporativistas aos parceiros sociais, as referências aos lobistas encapotados, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... que, na verdade, sobretudo, dão mais a imagem de cada um que afirmou ser assim, do que imputa o carisma e a realidade das entidades que foram destinatárias destas referências. Eu quero, em nome do Governo, deixar aos parceiros sociais, sim, são uma referência essencial da democracia participativa nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: O acordo de parceria celebrado com, ao contrário do que o Deputado Vasco Cordeiro diz, com os parceiros da Concertação Social da Comissão Permanente, que são quatro, foi subscrito por três, portanto, estamos a falar de $\frac{3}{4}$ dos parceiros.

É também sabido, na prática democrática do diálogo e da concertação sociais em Portugal, que nunca a CGTP subscreveu um acordo. A maioria absoluta do Partido Socialista e do Governo da República...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Presidente.

O Orador: ... recentemente, assinou um acordo de parceria. Não se tratou de uma sucessão de enganos, tratou-se e trata-se, neste acordo de parceria, de uma sucessão de entendimentos que não foi o Partido Socialista capaz de realizar na sua história.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Quanto aos resultados da governação, a mais atual é a leitura da comunicação social de hoje.

Hoje, qualquer cidadão observa recorde de passageiros em todos os aeroportos dos Açores.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Recorde de licenças emitidas para construção de edifícios, baixa da taxa de inflação.

Sobre enganos, useiro e vezeiro é o Deputado Vasco Cordeiro, porque achou que o engano que a Tarifa Açores era uma ideia mal estudada, ilegal e impossível. Engano seu. Enganou-se que seria um descalabro a diminuição dos impostos. Engano seu, não foi desta governação.

E devo dizer, incentivando e empolgando, aqueles que foram parceiros de acordo de incidência parlamentar, que são atores positivos deste resultado, de acordo de parceria...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... pela irreversibilidade das conquistas alcançadas nesta Legislatura.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Presidente do Governo.

Está encerrada esta comunicação do Governo.

Vamos fazer um intervalo para o almoço.

Relembro aos líderes que tínhamos Conferência de Líderes para as 14 horas e 30 minutos, vamos fazê-lo às 14 horas e 45 minutos.

Eram 13 horas e 32 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 05 minutos.

(Neste momento, a Deputada Isabel Teixeira substituiu o Deputado Carlos Freitas na Mesa)

Senhoras e Senhores Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Senhor Deputado António Lima, pede a palavra para.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, para uma interpelação.

Presidente: Faz favor, tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, eu vou fazer chegar à Mesa, no seguimento do debate e da comunicação do Senhor Presidente do Governo, um documento, datado de 2005, e poderia entregar muitos outros, de um acordo de concertação social que inclui diversas confederações patronais e as duas centrais sindicais, a CGTP e a UGT. Foi referido por diversos intervenientes no debate que a CGTP nunca teria subscrito nenhum acordo de concertação social, o que não é verdade. O Bloco de Esquerda não é advogado da CGTP, mas julgo que, a bem da verdade e para os registos deste Parlamento, que fique registado que este acordo, entre muitos outros, que é verdade a CGTP não subscreve há alguns anos, mas há muitos subscritos que devem ficar registados nos registos deste Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Assim que a Mesa rececionar o documento será distribuído pelas Senhoras e Senhores Deputados.

Senhoras e Senhores Deputados, o Bloco de Esquerda também acabou de dar entrada - ainda não está nos vossos e-mails - uma substituição integral da proposta de alteração que tinha feito à remuneração complementar, que é a matéria que nós íamos discutir e, como há um recurso que tem prioridade na agenda, nós precisamos de ver essa proposta de substituição integral, para ver se tem alguma implicação com o recurso apresentado. E, portanto, eu vou ter que suspender os trabalhos um bocadinho para analisarmos essa proposta, que eu ainda não despachei e suspendia os trabalhos até às 15h30.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Senhoras e Senhores Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 33 minutos.

Senhor Deputado João Bruto da Costa, pede a palavra para?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Atendendo à substituição integral, apresentada pelo Bloco de Esquerda à proposta sobre a qual a admissibilidade incidia o recurso da Coligação, naturalmente, cessando o motivo para o recurso apresentado, retiramos o recurso a admissibilidade.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos então iniciar a apresentação e o debate desta proposta.

Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XII, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”. É uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores. Tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças para a sua apresentação, faça favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Esta proposta é, ou pensávamos nós que era, uma questão quase técnica, em relação à remuneração complementar.

De facto, é a 19ª alteração e ser alterado sucessivamente, prende-se com as modificações que vão existindo, no âmbito dos vencimentos da função pública e que, como é sabido, são, por regra, a seguir à discussão orçamental na Região

Autónoma dos Açores, razão pela qual depois, em cada ano, praticamente se tem que fazer as alterações, para que ninguém saia prejudicado em relação aos escalões da remuneração complementar.

É bom recordar que esta remuneração complementar surge num contexto em que se fez por via da redução fiscal uma abordagem aos sobrecustos da insularidade e que teve várias incidências.

Por um lado, a redução fiscal, nomeadamente em sede de IRS, para aqueles trabalhadores que estão em escalão de serem atingidos por este imposto.

Por outro lado, no âmbito do complemento ao salário mínimo na Região Autónoma dos Açores, que está esse aumento em 5% e feito em sede de concertação social também e ainda através do complemento ao abono de família, complemento de reforma, de maneira a que pudessem ser abrangidos um conjunto de açorianos que apenas pela via fiscal não o eram.

Neste caso em concreto da remuneração complementar, os escalões foram definidos também tendo em conta esta situação e tendo em conta uma situação também e uma preocupação de justiça social, isto é, o aumento e o limite dos escalões foram tidos também dentro daqueles funcionários públicos que tinham remunerações mais baixas. Portanto, pensamos nós, que foi uma abordagem justa, com consciência social e isto foi detido e com sensualizado há 20 anos atrás e tem sido sucessivamente pelos vários governos e pelos vários parlamentos, tem sido sucessivamente renovada esta abordagem.

Sucedo que em 2023 não só tivemos um orçamento de estado que alterou as remunerações, como depois, em abril, tivemos também uma alteração nestas remunerações, razão pela qual aquilo que habitualmente aqui era discutido no primeiro semestre, esta alteração a esta legislação, acabou por ser discutido entrando neste Parlamento, já em maio e estamos nós a apreciar aqui em setembro. É evidente que os funcionários públicos não serão prejudicados por esta via, porque isto produzirá efeitos a 1 de janeiro de 2023 e também dou nota

que, com esta alteração que o Governo Regional propõe, vamos proteger cerca de 1300 funcionários públicos que ficariam prejudicados, se assim não o fizéssemos. De 7505, passaremos para 8755 abrangidos. É algo relativamente usual, com estas preocupações que dei nota e que os membros das estruturas sindicais e do Conselho Consultivo da Administração Pública estão a par. Aliás, renovo aqui a informação que, no âmbito do Conselho Consultivo da Administração Pública, que foi reformado e retomada a sua atividade, tivemos reuniões para preparatórios este ano para análise de conjunto de situações que interessam à função pública. Temos também já marcada, em pré-agenda, a próxima reunião do Conselho Consultivo da Administração Pública, onde há o compromisso do Governo de repensar os vários escalões da remuneração complementar. Isto não iliba, antes pelo contrário, a obrigatória negociação sindical que tem de haver pré-orçamento e, portanto, antes da apresentação do próximo orçamento, nós faremos estes trabalhos, quer no âmbito do Conselho Consultivo, quer no âmbito da negociação sindical que se impõe, como fizemos, aliás, o ano passado.

Aquilo que o Governo aqui traz a este Parlamento é, de alguma forma, a resolução técnica, que tem que ser por esta via legislativa, de uma situação para ninguém ficar prejudicado, relativamente aos aumentos que houve.

Também dou nota, e é bom lembrar, de que a renumeração complementar, nos últimos três anos, passou de 66,29€ em 2020, para 80,45 €. Portanto, um crescimento substantivo que em 2022 e 2023 atingiu o valor de 17,5% e, portanto, há aqui um esforço grande de responder a estas pessoas, de acompanhar aquilo que são as dificuldades, mas na mesma lógica que os elementos fundacionais desta abordagem tiveram de compensar, por esta via, aqueles que fiscalmente não eram beneficiados pelo diferencial que foi introduzido no âmbito da lei de finanças das regiões autónomas. Com esta solução, ficarão protegidos mais de 1300 trabalhadores que ficariam

prejudicados. Atingir-se-á cerca de 9000 trabalhadores que tem uma remuneração base, igual ou inferior, a 1386,61€ e os encargos previstos para a remuneração complementar em 2023 representam um valor de cerca de 11 milhões de euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Tem a palavra a Senhora Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A proposta que o Governo Regional nos apresenta, procura dar resposta àquela que é uma reivindicação apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, o SINTAP, em fevereiro de 2023, que exigia a revisão dos escalões de incidência da remuneração complementar instituídos pelos DLR n.º 8/2002/A, de 10 de abril, na sua redação atual, uma vez que com os aumentos de 2023, a atribuição da remuneração complementar passou a ter por base 80% e não 100% do vencimento.

A atualização dos escalões é, aliás, necessária a cada ano por via das atualizações dos vencimentos dos trabalhadores da administração pública. Peca por tardia.

A proposta, em debate, atenua a situação, mas acaba por criar escalões que não abrangerão ninguém, nomeadamente os que se referem a 90% ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Devia ter refeito o texto!

A Oradora: ... e 85%, verificável após a comparação da presente proposta com a Tabela Remuneratória única, uma vez que não haverá quem se enquadre nos 90% nem nos 85%, pois a posição 6 vai até ao valor de 817,22€, ou seja, receberá os 80% da remuneração complementar.

Para além disso, e considerando a situação atual que se vive, a proposta apresentada pelo Governo Regional deixa de fora muitas e muitos trabalhadores e para quem fala da classe média, a proposta deixa muito a desejar.

Relembra-se que a reivindicação do SINTAP pretendia, e bem, que a remuneração complementar contemplasse vencimentos até aos 2000 euros, o que não se verifica com a presente proposta, pois fica pelos 1386,61€, um aumento de 4,98% relativamente ao valor do orçamento (1320,77€).

Tal como o fizemos, em Sede de Plano o Orçamento para 2023, apresentamos uma proposta de alteração, que melhora a remuneração dos trabalhadores e trabalhadoras da função pública.

No entanto, tendo em conta a reivindicação do SINTAP, pretendemos que sejam abrangidos os níveis remuneratórios posicionados até à 29ª posição da Tabela remuneratória única, ou seja até aos 2017,58 €, ao contrário da proposta do Governo que se fica pela 17ª posição.

Para além disso, com a nossa proposta de alteração deixam de existir escalões "vazios", uma vez que para a sua construção foram atendidas as posições remuneratórias constantes na tabela remuneratória única. Assim, garantimos maior justiça e proporcionalidade na distribuição da remuneração complementar.

Ao mesmo tempo, garantimos uma maior abrangência, permitindo que a remuneração complementar chegue aos rendimentos até 2017,58€.

No entanto, perante o recurso apresentado pelos partidos da coligação para impedir a admissibilidade desta proposta do Bloco, e para evitar que a sua eventual aprovação hoje levasse a um processo de verificação da

constitucionalidade da medida, o que iria prejudicar os trabalhadores – que iam ter que esperar ainda mais por este aumento que lhes é devido – o Bloco entregou uma substituição integral da proposta de alteração que mantém os aumentos propostos pelo Governo para 2023, mas estabelece já o cumprimento do aumento reivindicado pelo SINTAP, a partir de 1 de janeiro de 2024.

Esta proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda responde de forma concreta e objetiva às reivindicações que têm sido feitas pelo SINTAP, um sindicato que – e isto é um dado relevante – é liderado por um deputado do PSD na Assembleia da República eleito pelos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o Bloco da manhã e o Bloco da tarde!

A Oradora: Queremos acreditar que as reivindicações que faz enquanto sindicalista são as mesmas que faz no interior do seu partido, e por isso, só podemos esperar o voto favorável do PSD às nossas propostas de alteração.

Não posso deixar de assinalar que, no passado, foram aprovadas alterações dos grupos parlamentares a propostas do Governo que aumentavam a despesa no ano económico em curso. No passado, perante estas situações, ninguém levantou a hipótese de suscitar a verificação da constitucionalidade por incumprimento da lei-travão, nem o governo, nem os partidos que agora foram esta coligação de direita.

Deputado António Lima (BE): Todos!

A Oradora: Isto prova que seria possível cumprir já este ano o aumento proposto quer pelo Bloco e quer pelo SINTAP. Mas isso não será possível porque os partidos da coligação ameaçaram com um bloqueio que, em última análise poderia prejudicar os trabalhadores da administração pública Regional. Disse.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O que é que fizeram?

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Informo Câmara que o Bloco de Esquerda deu entrada de uma nova substituição integral.

Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

É bom relembrar que a remuneração complementar foi uma conquista dos funcionários públicos e foi iniciada nos governos do Partido Socialista, conforme foi referido pelo Senhor Secretário Regional, com o contributo de vários partidos, é verdade, mas é factual que foi iniciada com os governos do Partido Socialista na Região e constitui um direito dos funcionários públicos e, portanto, não é apenas uma questão técnica, mas também um direito que os profissionais públicos têm e, portanto, é um direito que deve ser preservado e deve ser atualizado sempre que necessário.

E a verdade é que, se por um lado, é verdade, como disse o Secretário, que é uma atualização técnica, mas também não deixa de ser verdade que está há mais de seis meses para que seja aqui apreciada e para que entre em vigor.

E, portanto, se diz que visa proteger 1300 funcionários públicos, eles estão há mais de seis meses a aguardar que ela entre em vigor e que recebam, efetivamente, o valor da atualização, pelo menos em função daquilo que foi deliberado a nível nacional e que tem efeitos na Região e, portanto, o que se exigiria aqui também era urgência do Governo na aplicação dessa atualização, coisa que não aconteceu e poderia tê-lo feito, não o fez e com isso prejudique os tais 1300 funcionários públicos, sendo certo que, vão receber com efeitos retroativos, mas já poderiam ter recebido e esse dinheiro muita falta faz, numa altura em que os custos são elevados, aumento das taxas de juro, aumento do custo de vida, aumento do cabaz alimentar, tudo isso contribui para o aumento das dificuldades e, portanto, a reposição deste direito, atempadamente, teria

sido importante e também permitiria compensar os custos decorrentes do aumento da inflação.

Também é verdade e importa realçar que, em sede do orçamento para 2023, o Partido Socialista propôs aqui uma alteração da remuneração complementar, de forma a alargar os escalões até 2100€ e, na altura, outros partidos também fizeram proposta relativamente idêntica e, na altura, essa proposta foi rejeitada pela maioria de direita.

Se tivesse sido aplicada na altura, hoje, estariam a beneficiar os funcionários públicos e estaria também a ajudar a fazerem face ao aumento dos custos decorrentes da inflação, como as taxas de juro, como o preço da habitação, como o cabaz alimentar, o aumento de custos com o transporte, com os combustíveis. E, portanto, foi uma opção da coligação rejeitar este alargamento, coisa que já tinha sido feita no passado, em 2014, quando o Governo Regional do Partido Socialista alargou a remuneração complementar até 3000€, exatamente para compensar cortes que foram aplicados aos funcionários públicos e, portanto, foi mais uma vez uma reposição de direitos justa e legítima ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Porque é que foram aplicados cortes? Foi a Troika, não foi?

O Orador: ... e que também teria sido muito bem vinda se tivesse sido aprovada no orçamento para 2023.

Infelizmente, não foi possível, mas não abdicamos de realçar a importância que essa proposta traria na altura e de outras que serão aqui apreciadas oportunamente.

Por último, também importa realçar que, em sede de Comissão de Economia e na audição dos sindicatos, foi referido que faria todo o sentido alargar a remuneração complementar até pelo menos os 2000€, de forma a fazer face ao aumento da taxa de inflação, que neste momento ainda é relevante nos Açores

e, portanto, as dificuldades ainda existem e são significativas. Basta ver que ainda hoje o Banco Central Europeu aumento da taxa de juro em 25 pontos base e, portanto, as dificuldades continuam a registar-se e todas as medidas que possam ajudar as famílias são bem-vindas

E, portanto, reiterar, uma vez mais que, a posição dos sindicatos devia ser mais ambiciosa e não apenas ficar por um ajustamento técnico, conforme refere o Secretário das Finanças.

É possível e é desejável ir mais longe para garantir a reposição de direitos que são mais que justos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Joaquim Machado. Faça favor,

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente do Governo, Senhores Membros do Governo Regional:

A remuneração complementar, como já aqui hoje foi dito e redito, é algo que foi instituído na nossa Região com a finalidade de ajudar os trabalhadores da administração pública regional e local na superação daquilo que são os custos decorrentes da insularidade.

Uma iniciativa levada a efeito no tempo da governação do Partido Socialista e que hoje continua em vigor, dando boa nota de que aquilo que efetivamente foi bem feito, continua a existir, sem qualquer problema com a mudança de governação.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: A governação muda e trabalha naquilo que estava mal e naquilo que é preciso hoje dar como resposta aos açorianos. Aquilo que efetivamente estava bem, continua sem riscos para ninguém.

E, portanto, este sinal de segurança, segurança que é evidente nesta continuidade da remuneração complementar, não podia deixar de ser sublinhado no momento em que fazemos a apreciação da 5.^a alteração que o Governo do PSD, do CDS e do PPM faz do valor e/ou dos escalões da remuneração complementar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Reconhecendo assim, que, de facto, a importância desta medida. Fazendo alteração do limite superior e inferior dos funcionários a abranger, por forma a que 1300 trabalhadores da administração pública regional - e não sabemos quantos outros na administração pública local - ficassem excluídos da abrangência desta medida.

Ao fazê-lo, o Governo também dá nota da sua sensibilidade social, deste modo, também dando uma ajuda à superação das dificuldades que decorrem nas famílias dos Açores, como de resto nas famílias de todo o país e, infelizmente, até pela Europa fora, com as consequências da inflação.

Não deixa de ser curioso que aqui tenha sido dito que esta medida, trazida pelo Governo Regional, neste mês de setembro de 2023, venha tarde. Depende do ponto de vista.

Não esquecendo que, a medida produzirá efeitos retroativos, isto é, que os trabalhadores da administração pública regional e local irão receber, efetivamente, os valores que estão em causa desde o dia um de janeiro.

Mas, o Partido Socialista quando vem dizer que isto chega tarde, esquece que, de 2012 a 2019, por exemplo, durante sete anos, não fez a atualização do valor de referência da remuneração complementar. Durante sete anos, não foi tarde.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Porque será?

O Orador: Nove meses num ano, com efeitos retroativos, já vem daí um prejuízo para os trabalhadores. Bom, é um ponto de vista que não deixa de ser curioso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Aliás, nestes três anos incompletos da governação do PSD, do CDS e do PPM, o valor de referência da remuneração complementar já foi aumentado em 21%.

Deputado Carlos Silva (PS): E a inflação?

O Orador: Mais do que o aumento verificado nos últimos oito anos da governação do Partido Socialista, da responsabilidade de, hoje, Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

Passamos de 66€, para 80 e depois até mais uns cêntimos, tanto nos 66 como nos 80 agora. E, portanto, em menos de três anos, o valor de referência da remuneração complementar aumentou mais, muito mais, do que em 8 anos nos últimos 8 anos da governação do Partido Socialista.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: E tudo isto é, nomeadamente o que estamos agora aqui a fazer também, a consubstanciação do acordo de parceria estratégico celebrado pelo Governo Regional com os parceiros sociais.

Dando estabilidade e previsibilidade, previsibilidade, esta matéria.

Deputado Carlos Silva (PS): Deu entrada em maio!

O Orador: Eu não posso deixar, nesta primeira intervenção, de fazer de fazer mais duas notas: uma é que, há um Bloco de Esquerda de manhã e um Bloco de Esquerda à tarde.

E já agora, há um Partido Socialista até 2020 e há um Partido Socialista pós-2020.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista, que durante sete anos, não atualizou a remuneração complementar, é o que hoje acha que, não só os trabalhadores da administração pública regional e local que recebem até 1300 € devem beneficiar desta compensação aos custos de insularidade, mas que isto deve ir para 2000, 2100 e, já agora, mais uma coisinha. Há aí uma disputa entre o Bloco e o PS, de ver quem é que dá mais.

O Bloco de Esquerda da manhã insurgia-se contra a UGT Açores liderada por Francisco Pimentel.

Deputada Alexandra Manes (BE): As coisas que uma pessoa tem de ouvir!

O Orador: À tarde defende a posição do sindicato do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública do SINTAP, que é liderado pelo Senhor Deputado Francisco Pimentel. Portanto, de manhã é má, à tarde é bom. Eu acho que os açorianos vão percebendo tudo isto, todas estas contradições. Mas, para terminar, quem falava do arranque da campanha eleitoral tinha razão, mas acho que já demos a nossa partida porque o tiro, esse não sei quem é que eu deu.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Agarrando nas palavras do Senhor Deputado que me precedeu, o CHEGA de manhã e da tarde continua a ser bom, porque diz sempre o mesmo e corro aqui o risco de me repetir.

Obviamente que as pessoas estão em casa, às vezes não compreendem e até interpretam mal e insultam pessoas da administração pública e esquecem-se de quem são estas pessoas.

Há sempre uma imagem negativa, mas relembro a quem está em casa: estamos a falar dos professores, dos vossos filhos, dos enfermeiros e de uma data de outra gente que trabalha. Estes são os que trabalham e são aqueles que pagam os impostos, para que alguns não trabalhem e fiquem em casa sem fazer nada.

A administração pública, sim senhor, e nós devemos aumentar tudo o que podemos aumentar, mas falemos de algo que é o mundo que eu conheço, que é o mundo da atividade privada, que nada disto tem, com salários baixíssimos, com salários médios já iguais ou próximos daquilo que é o ordenado mínimo e estes sim, estes gritam e esperneiam.

Os tais *monstros*, como gosta às vezes, a *canhota* de dizer, dos empresários gostariam de aumentar os seus os seus funcionários, aqueles seus colaboradores, que muitas vezes são membros da família, em 50% do ordenado. Mas qual é o problema que nós temos? O problema que nós temos é que temos uma carga excessiva de impostos e de contribuições à segurança social. Se aumentássemos os ordenados nos privados nesses montantes, o mais certo é termos um grau de despedimento nos privados fora do comum, que seria uma tragédia para todos nós e nós não queremos isso. Onde é que está a solução? A solução está naquilo que muita gente não quer falar, baixar os impostos, baixar os impostos, baixar os impostos. Isto, sim, é que é preciso fazer. Por isto é que nós temos que lutar, porque tem que ser igual. Nós não podemos ter, com todo o respeito pela administração pública, serem tratados de uma forma, mas os privados estão, cada vez mais, a serem tratados da pior forma. E quando se começa a pedir aos empresários para criar impostos de trabalho, eles têm 2 problemas, um é não arranjar quem trabalhe e quando arranjam quem trabalha, quer ganhar mais ilegitimamente e o

empresários diz: “eu não posso pagar mais, porque o que eu te vou pagar, metade disto, uma grande parte disto, 1/3 disto será em impostos e obrigações sociais. Este é que é o drama, isto é o que nós andamos a varrer para debaixo do tapete constantemente e quem está em casa, quem sente isto na pele, sabe o que é que custa 30 anos de trabalho, a ganhar pouco mais de 700 euros, enquanto aquele que entrou na semana passada, pela obrigação do ordenado mínimo, e se calhar até bem, vai ganhar praticamente a mesma coisa que ele ganha. É isto que me preocupa, é isto que preocupa o CHEGA. Eu sei que me repito, mas repetir, repetir, pode ser que um dia me possam ouvir.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Rui Martins, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo: Esta proposta de decreto relativo regional que o Governo nos apresenta é, em linha com aquilo que tem vindo a ser feito todos os anos, desde que entrou em vigor em 2007, para poder haver ajustes, face àquilo que também são os aumentos salariais verificados, sobretudo o aumento do salário mínimo que, por sua vez, obriga a fazer este ajustamento.

Por causa disso é que eu devo relembrar a Senhora Deputada Alexandra Manes que deveria ter atualizado o seu discurso quando foi ali àquela tribuna, porque tanto o Senhor Secretário tinha acabado de explicar o porquê desta iniciativa subir agora em setembro, se bem se lembra, houve aumentos dos salários da administração pública em abril, que era mais ou menos a altura em que normalmente este diploma subia. Este diploma subia entre março e abril e agora subiu em setembro, porque em abril houve aumentos salariais.

Deputada Alexandra Manes (BE): E maio, não é mês?

O Orador: Esses aumentos salariais obrigaram a recalcular todos os escalões salariais, para que não houvesse funcionários que pudessem vir a ser prejudicados, ou não haver situações cinzentas em que as pessoas até subiam de escalão de IRS e acabavam por auferir menos, do que aquilo que aufeririam com um aumento, esse é um aspeto.

O segundo aspeto é que há retroatividade desta medida, ou seja, não há, um único funcionário público, que vá ser prejudicado num cêntimo que seja, naquilo que eram os valores que iria auferir neste ano.

Deputado Carlos Silva (PS): Recebem juros, recebem?

O Orador: Senhor Deputado, isso não é uma discussão séria, porque, como bem sabe, nos retroativos salariais, não me lembro de haver alguma vez, sequer até, uma proposta do Bloco de Esquerda a propor juros de mora, quando há um atraso de um dia que seja no pagamento do salário. Não me lembro de ter visto uma proposta do Bloco de Esquerda, se calhar é um novo filão que deviam explorar.

Mas estava só aqui a dizer à Senhora Deputada Alexandra Manes, que a seriedade também é importante e quando vem ali só tentar apontar o dedo ao Governo Regional, eu julgo que o Governo Regional fez o seu trabalho, trouxe o diploma, houve alterações em abril, a meio do ano, que não são normais, não costumam ocorrer e que obrigou a este tipo de alteração. Já para não dizer que o próprio diploma teve que, novamente, ser submetido, a Assembleia, foi para a Comissão, houve audições, fez-se o trabalho em Comissão e agora subiu. Foi agora que foi relatado e agora subiu. Não vejo aqui este fantasma que o Bloco de Esquerda gosta de... não é um fantasma, o esta sucessiva prática e obsessão de estar sempre a apontar o dedo ao Governo: “o Governo atrasa, é deliberado”, como se houvesse aqui um prejuízo efetivo de algum funcionário. Esse é que é o facto.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Compreendo perfeitamente! Conheço a sensação...

O Orador: Conhece a sensação? Pronto e diz muito bem, Senhor Deputado Vasco Cordeiro e eu percebo, mas a realidade é que não é em todos os diplomas, e não me parece que alguma vez tenha sido apontado o dedo ao Partido Socialista enquanto governava, por ter apresentado o diploma em maio, em vez de o ter apresentado em abril, ou de o ter apresentado em julho, neste particular.

De qualquer das formas, e para não me alongar, porque na verdade, para não me alongar, poderia subscrever aquilo que disse o Senhor Deputado Joaquim Machado, porque é exatamente aquilo que nós verificamos, é de manhã o Bloco de Esquerda lança uma aura de suspeita: “Não há novidade nenhuma, quem é que assinou o acordo de parceria estratégica? O SINTAP! Então quem é que é o presidente do SINTAP?!”

À tarde, afinal: “não, o SINTAP é uma entidade acima de qualquer suspeita, porque o SINTAP é que quer o aumento e ,ainda para mais, é liderado por alguém que é do PSD, ...

Deputada Alexandra Manes (BE): Suspeita só se para vocês!

O Orador: ... então como é que alguém do PSD propõe uma coisa e agora os senhores não querem?!” Isto é inenarrável, é inenarrável! Ou seja, isso aí só demonstra, Senhora Deputada Alexandra Manes, é que, se calhar, o líder sindical, do SINTAP até consegue separar os papéis de líder sindical e de deputado, que é assim que tem que ser.

(Apartes inaudíveis)

Mas, o líder sindical não está neste Parlamento a votar. Isso seria uma esquizofrenia. Se ele estivesse aqui neste Parlamento a votar esta proposta, se

calhar, teria esse tipo de esquizofrenia, mas ele como não está neste Parlamento, não me parece que isso possa acontecer.

E gostaria de dizer que, basicamente, também me surpreende, ou se calhar, não me surpreende nada, neste momento, não há nada que o Partido Socialista faça que acabe por me surpreender, porque aquilo que era o Partido Socialista no Governo e aquilo que é na oposição, é exatamente o seu oposto. Por isso, o Partido Socialista defender o que defende agora, acaba por não me surpreender nada.

Termino com isto, este Governo conseguiu atualizar fez o trabalho e o esforço, em concertação social, de atualizar o valor base, consecutivamente, nos três anos de governação, atualizou, subindo o valor base para a remuneração complementar, consecutivamente, nos três anos que governa. O Partido Socialista, durante oito anos, não fez qualquer atualização e vem o Senhor Deputado Carlos Silva dizer: “ah, mas agora há inflação, há guerra na Ucrânia ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Essa apologia não faz muito sentido!

O Orador: ... há guerra no Paquistão” e mais não sei o quê e agora é que as famílias precisam. Então e a Troika em 2012, as famílias não sofreram? De 2012 a 2020 não se fizeram alterações porque as não precisavam e os funcionários públicos não precisavam. Não houve crises financeiras, não houve constrangimentos para as famílias, não houve aumentos de preços.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Quer dizer, para o Partido Socialista o problema é agora, porque o problema é a guerra na Ucrânia e agora é que as famílias precisam, mas durante a Troika as famílias não precisavam.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Carlos Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Era bastante mais fácil para mim, neste momento, votar ao lado do Bloco de Esquerda.

Deputada Alexandra Manes (BE): Devia fazer isso!

O Orador: Já outra fiz duas vezes e *não veio mal nenhum ao mundo*, eu consegui dormir bem, relativamente a essa situação e se calhar hei de dormir bem, se alguma vez mais votar ao lado do Bloco de Esquerda.

Agora, a pergunta que se impõe, Senhor Secretário das Finanças, posso lhe fazer uma pergunta? Quem são os açorianos que vamos ter que “espremer” para poder cumprir aquilo que o Bloco de Esquerda pede?

Senhor Secretário das Finanças, aqueles que eles que ainda na nossa região trabalham a recibos verdes, sem proteção social, sem garantias laborais, sem garantias de aumentos salariais, são esses que vamos ter que espremer?

São esses que trabalhando por conta de outrem, em empresas privadas, com menos proteção social, com menos garantias de continuidade do seu posto de trabalho, são esses que vamos ter que espremer?

É porque, que eu saiba, o dinheiro não nasce nas árvores e a discussão que estamos aqui a ter, relativamente, a essa possibilidade do aumento da remuneração complementar, até ao teto de 1386€ ou até ao teto de 2017€, pode fazer toda a diferença.

Eu não estou a dizer que não é justo o aumento até ao 2017€, eu acho é que passa a ser injusto, a partir do momento em que isso for tirar aqueles que já ganham muito pouco, que têm menos proteção social, menos salário, menos garantias na aposentação, tirar a estes, para fazer a vontade aos outros, só para ser simpático com os outros, eu vou preferir ser menos simpático com os outros, porque acima de tudo eu tenho que estar aqui a defender aqueles que são os mais desprotegidos da sociedade.

Isso também são políticas de direita. Proteger aqueles que não têm culpa, de não ter arranjado um emprego no Estado, a ganhar acima dos 1386€.

E, por esta razão, eu vou aprovar a vossa proposta, porque até é um valor que eu acho que é justo e adequado e, se calhar, vamos deixar para e em sede de aprovação do plano orçamento, perceber se existe condições para aumentar os funcionários até aos 2017€.

Esse é um assunto que vamos perceber com os documentos orçamentais, e eu posso querer assumir essa responsabilidade, perceber quem é que, em sede de plano orçamento, entende que é preferível aumentar o endividamento da Região para resolver essa situação, ou então, porque também sério dizer, também em sede de plano e orçamento, onde é que se vai tirar dinheiro para aumentar essa remuneração complementar à dimensão que o Bloco de Esquerda defende.

Portanto, eu acho que isso é uma discussão boa de se ter, em sede de plano e orçamento. Até lá, e porque a minha consciência assim o dita, eu acho que deveremos ficar nos 1386€, como valor limite para o aumento da remuneração complementar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Alexandra Manes, faça favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Senhor Deputado Joaquim Machado e o Senhor Deputado Rui Martins, aquando das suas intervenções, falaram, falaram, fizeram uma resenha histórica, apontaram alguns números, mas esqueceram-se, propositadamente, de responder àquilo que eu disse na tribuna e que importa a estes trabalhadores e a estas trabalhadoras saber, que se prende com o facto de o Governo enganar conscientemente estas pessoas com esta proposta.

E passo já novamente a dizer: expliquem os 90% e os 85% a que trabalhadores é que vão ser pagos. É que basta pegar na tabela remuneratória única para se perceber que aquilo são dois escalões vazios, ninguém nos Açores vai receber 90% ou 85% remuneração complementar.

O que está aqui, sim, a acontecer é que passa dos 100% para os 80% e aqui o Senhor Deputado Joaquim Machado e o Senhor Deputado Rui Martins, preferiram fazer esquecer isso e passar ao número da manhã e da tarde, mas também não explicaram porque é que a proposta não abrange os 2000€, preferiram falar no número da manhã e no número da tarde. A verdade é que, nós aqui, como as pessoas que acompanham isso e como às pessoas que possam até julgar que vão receber 90%, 85% da remuneração complementar, não sabem porque é que criaram dois escalões vazios e há uma resposta muito clara para isso, para enganar conscientemente, porque ninguém recebe os 90% e os 85% deste valor da remuneração complementar. Passa automaticamente para os 80%, a não ser ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): E 100?

A Oradora: Recebe os 100%, mas passa dos 100 para os 80%. Há, claramente, aqui uma intenção clara de enganar estes trabalhadores conscientemente. Passa dos 100 para os 80%. Ninguém vai receber 90%, nem 85%, Senhor Deputado Joaquim Machado, não vale a pena pôr as mãos aos

céus, pegue na tabela e veja a tabela, compare a tabela com a proposta do Governo, faça-o, se faz favor. E, se calhar, também podíamos fazer como se faz nas escolas, distribuir a cada um dos senhores deputados e das senhoras deputadas da coligação um papelinho destes e a proposta novamente e dizer, *comparem isto com isto*.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ah! É assim que se faz nas escolas?

A Oradora: Se calhar funcionava melhor assim.

Voltando novamente aqui à questão e porque o Senhor Deputado Rui Martins e o Senhor Deputado Joaquim Machado fizeram questão do grande número para ofuscar aqui os problemas que persistem nesta proposta, é assim, não é surpreendente que a UGT assine o acordo com o Governo, porque é dirigente do PSD. Da mesma forma que achamos que o expectável era que acontecesse o mesmo em relação à remuneração complementar, ou seja, o PSD e o SINTAP estarem de acordo.

Mas afinal, existe um deputado da Assembleia da República a defender uma coisa que aqui, os deputados do mesmo partido, do PSD, não defendem a mesma coisa? A dúvida é esta! Ou então são as senhoras e os senhores deputados do próprio partido que acham que ele é irresponsável e isso são respostas que eu gostaria de ter.

Concordam, ou não concordam, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O aumento para a remuneração complementar é aceitável?

A Oradora: ... com a proposta, com a reivindicação do Senhor Deputado Francisco Pimentel, enquanto ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Seja séria! Não pode ser só para um lado!

A Oradora: Senhor Presidente...

Senhoras e Senhores Deputados, eu vou voltar ao assunto: o Senhor Deputado Francisco Pimentel, eleito pelo PSD no círculo dos Açores à Assembleia da República, não deixa de ser sindicalista e reivindicou os 2000€. E a minha pergunta é, se as Senhoras e Senhores Deputados e o Governo, se concordam, ou não, com aquela que foi a reivindicação do SINTAP para a remuneração complementar abranger até aos 2000 €? E, se sim, por que não o fazem? E já agora, também pergunto ao Senhor Secretário das Finanças, porquê os dois escalões vazios?

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Gustavo Alves, faça favor.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores apresenta a décima nona alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que revê os escalões de incidência da remuneração complementar devido à atualização do valor das remunerações da Administração Pública.

Esta alteração, ao ser realizada, fará com que os funcionários públicos açorianos não fiquem prejudicados a nível remuneratório e deverá ser sempre esse o caminho a seguir pelos decisores públicos.

A valorização remuneratória a quem dá músculo às instituições públicas e que estão em prol e ao serviço do povo, é fulcral para a motivação e empenho destes funcionários, principalmente num período como este onde atravessamos uma crise inflacionista e energética.

Neste contexto, já no ano transato, a remuneração complementar teve um acréscimo de 15%. Este desígnio foi anunciado pelo Sr. Secretário Regional das Finanças ...

Deputada Alexandra Manes (BE): Mais uma resenha histórica!

O Orador: ... e Planeamento e Administração Pública onde deixou explícito esse desejo.

Assim sendo, os trabalhadores que exerçam funções públicas na administração pública regional e local nos Açores e que recebam um montante igual ou inferior a 1.386,61 € são beneficiários da remuneração complementar regional.

É de relembrar que este mesmo diploma já foi alterado várias vezes por este Governo Regional onde foram majorados, significativamente, os apoios às famílias açorianas, como foi no caso do cheque pequenino – complemento regional de pensão – que passou de 54 € para 97 €.

O Grupo Parlamentar do PPM, convictamente, votará a favor da presente iniciativa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Uma intervenção breve, mas necessária para refutar aqui algumas afirmações que foram feitas, sobretudo pelo Deputado Rui Martins, que sinceramente revela algum desconhecimento, ou então estava distraído na altura.

Em primeiro lugar, aquilo que disse o Partido Socialista aqui hoje foi o mesmo que disse, em sede de orçamento para 2023, na altura, em 24 de novembro, quando apresentou uma proposta de alteração ao orçamento do artigo 51.º e que foi votado individualmente e que o senhor rejeitou. O senhor, o PSD, o PPM, o CHEGA, a Iniciativa Liberal e o Deputado Independente.

Os senhores rejeitaram ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Os senhores fizeram isso para ser rejeitado! Já tinham os cartazes feitos!

O Orador: ... e essa proposta previa já um alargamento até 2100 €, portanto, não estamos aqui a dizer nada de diferente, do que dissemos há um ano atrás.

(Apartes impercetíveis)

O Orador: Calma... Se me permitir, irei justificar em quem é que disse algumas inverdades.

Portanto, se há um ano era importante alargar até 2100€, hoje continua a ser importante. Qualquer um de nós aqui reconhece o impacto que a inflação ainda tem e o impacto que provoca no rendimento das famílias e nos funcionários públicos também e, a nível nacional, o Governo da República tem adotado medidas que ajudam as famílias efetivamente e aqui temos ficado aquém. E é possível fazer mais e é isso que continuamos a dizer aqui hoje. E uma segunda nota, Senhor Deputado, o Senhor Deputado disse que o Partido Socialista, quando esteve no Governo dos Açores, não aplicou aumentos na remuneração complementar. Vou-lhe dar um exemplo muito concreto. Em 2014, perante os cortes que foram aplicados aos funcionários públicos pelo seu governo, na altura CDS e o Governo PSD no continente e que aplicou cortes, quer no subsídio de Natal, quer no subsídio de férias, o Governo Regional...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Diga a história toda!

O Orador: Se me permite.

O Governo Regional, liderado por Vasco Cordeiro, na altura, alargou a remuneração complementar até 3000 €, exatamente para compensar esses cortes.

Deputada Andreia Cardoso (PS): muito bem!

O Orador: Portanto, não é verdade daquilo que o senhor disse e basta consultar o Diário das Sessões, se quiser, e verificará que isso aconteceu, exatamente,

para, numa altura difícil, compensar os funcionários públicos por pelos cortes que tinham sido aplicados e isso é factual.

Por último, Senhor Deputado Carlos Furtado, não sei se está se está na sala ou não, o Senhor Deputado perguntou: “Quem são os açorianos que temos de espremer para pagar o aumento da remuneração complementar?” Essa pergunta dá para muita coisa. Podíamos também aplicar o mesmo à Tarifa Açores, quem são os açorianos que temos que espremer ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O PS a querer revelar-se!

O Orador: ... para pagar os 15 milhões de euros, que já custou a Tarifa Açores aos açorianos. Isso não significa que a Tarifa Açores não tenha vantagens para quem utiliza, tem obviamente, mas também custa dinheiro ao erário público, custa dinheiro aos açorianos que não utilizam. Isso não retira o mérito daquilo que tem de bom, mas é preciso falar a verdade na totalidade e não vir aqui com alguma demagogia, negando aumentos aos funcionários públicos, só porque não se concorda com a medida e tenta-se arranjar aqui um *sound byte* qualquer. Se utilizarmos esse critério, estamos a pôr açorianos contra açorianos e não acho que não é isso que queremos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Secretário Regional das Finanças, tem a palavra faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Vale o que vale, mas ainda assim, Senhoras e Senhores Deputados, eu vou relembrar a cronologia deste diploma.

O decreto-lei que alterou, a nível nacional, a remuneração é de 18 de abril de 2023. A informação pública já era informação pública que o Governo da República iria alterar, portanto, estávamos todos a aguardar para saber qual seria esta alteração.

Esta alteração sai no dia 18 de abril. No primeiro Conselho do Governo, depois do dia 18 de abril, que foi no dia 27 de abril, este diploma foi aprovado em Conselho do Governo.

Deu entrada neste Parlamento, seis dias depois, no dia 3 de maio.

Foi a apreciação pública no dia 9 de junho, a minha audição no dia 21 de junho e o parecer da Comissão no dia 3 de julho.

Portanto, é factual, eu estou só a referir as datas relevantes deste processo legislativo.

Em segundo lugar, gostaria de dar nota: escalão a escalão das pessoas abrangidas, se não fizéssemos esta alteração e fazendo esta alteração. E, por exemplo, no escalão de 100% os tais de 80,45, que é mais de 20% do valor que herdamos em 2020.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: O tal que também até 2019 teve seis ou sete anos sem crescer, cresceu 21% nestes três anos. E quem recebe mais, quem recebe os 100%, se não tivesse sido esta alteração, eram só 29 trabalhadores. Sabe quantos é que passarão a receber com a aprovação deste decreto legislativo regional? 2608! Se isto não é justiça social e se isto não deveria fazer o Bloco de Esquerda pôr a mão na consciência, eu não sei que ideologias é que estamos aqui a falar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Não é agradecer ao Governo, Senhor Deputado, quem vai aprovar isto é este Parlamento, mas o senhor tem que respeitar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... aquilo que este Parlamento vai aprovar e, neste caso, é isto que lhe estou a dizer. E qual é o escalão que passa mais, no caso de 80%, para 100%? Tínhamos 2584 pessoas a receber 80%, passa para apenas 904. São estes que vão alimentar este escalão de 100%. Isto é relevante para estas pessoas. Dir-me-ão que devíamos ter aprovado isto em junho. Eventualmente, se fosse possível, ou em julho, muito bem. Ninguém vai ficar prejudicado porque vão ser retroativos a um de janeiro de 2023, mas de qualquer modo eu já dei a cronologia. O Governo aprovou no primeiro Conselho de Governo, a seguir à saída do decreto-lei a 18 de Abril e no Conselho de 27 de Abril aprovámos.

Só a finalizar, em relação de novo ao mundo sindical. A reativação do Conselho Consultivo da Administração Pública já foi um valor em si, e a sua reorganização e maior amplitude. Aquilo que tem vindo a ser discutido, em sede deste Conselho, é relevante e certamente continuará a sê-lo. Há o compromisso deste Governo de, na próxima reunião do Conselho Consultivo, esse compromisso assumido com todos, refletirmos sobre os escalões que há sindicatos que pedem um determinado aumento, outros que pedem outro aumento. Vamos ter que analisar, vamos ter que refletir em conjunto. E há outros sindicatos, como é o caso, ligados à CGTP que pedem que vá até 100€ e, portanto, tudo isto estará em causa, tudo isto será negociado, mas vamos ter que naturalmente chegar a um entendimento, porque a proposta do Bloco de

Esquerda, *per si*, representaria que, em vez de 11 milhões de euros de remuneração complementar, iríamos despende 25 milhões de euros. Iríamos passar de 11 para 25, apoiando mais aqueles que, eventualmente, menos precisariam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Alexandra Manes (BE): A classe média!

E é aí que também faz a diferença e aqui referi que, em vez de 29 pessoas a receberem os 100%, são 2608, com esta alteração que estamos aqui a fazer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Senhor Deputado Rui Martins, faça um favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Muito rapidamente e apenas para clarificar o Senhor Deputado Carlos Silva que o que eu referi foi que há um PS na oposição e um PS quando estava no Governo. Essa foi a diferença que eu disse e, por isso, é que não me surpreende. Única e exclusivamente isso. Por isso, a questão de, no orçamento para 2023 terem feito essa proposta, isso era o PS já da oposição.

Depois, relativamente à questão que diz do aumento de 2014, não é um aumento. Porquê? Porque, na verdade, o que configurou foi uma manutenção, e bem, o Partido Socialista da Região, na altura, atendendo àquilo que foram os cortes praticados pelo Governo da República, cuja responsabilidade da vinda da Troika foi do Governo de José Sócrates, que era o governo dos, agora, seus colegas, eventualmente não seria o seu governo, mas era o Governo dos, agora, seus colegas que efetivamente trouxe a Troika e, por sua vez, fez esse corte.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Ora bem!

O Orador: O Governo dos Açores, e bem, considerou que tinha disponibilidade orçamental para que nos Açores não se sentissem os mesmos impactos e então fez uma manutenção dos salários, pela via da remuneração complementar. Mas, isso não é um aumento da remuneração complementar, porque as pessoas não ficaram a ganhar mais do que o que ganhavam. Esse é que é o facto. Foi um mecanismo que o Governo dos Açores arranjou para poder mitigar aquilo que era um corte salarial. E bem, não os censuro, agora não tente é confundir as coisas. Não venha tentar dizer que houve aumentos quando, na verdade, o que houve foi manutenção de salários.

E era só.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem mais inscrições.

(Pausa)

Vamos passar à votação.

Vamos votar a proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XII, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima.

Senhor Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, não me posso escrever agora, não é?

Presidente: Não.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Portanto, já estamos na votação.

Certo.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos votar a proposta Decreto Legislativo Regional n.º 57/XII, que estabelece o regime jurídico do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional.

Votemos na generalidade:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XII foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votação e debate na especialidade.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

(Pausa)

Vamos votar o 1.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 2.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento do artigo 10-A, proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento apresentada pelo Bloco de Esquerda do artigo 11-A:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento do artigo 13-A, apresentado pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto o artigo 3.º, 4.º e 5.º do diploma?

Estão a votação o artigo 3.º, 4.º e 5.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: Os artigos terceiro, quarto e quinto foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XII foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está assim encerrado este ponto da nossa agenda. Avançamos para o ponto 8 - Proposta de decreto legislativo regional n.º 59/XII, segunda alteração ao decreto legislativo regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, que estabelece o regime jurídico do fundo de compensação salarial dos profissionais da pesca dos Açores – Fundopesca.

É uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores. Tem a palavra o Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas para a sua apresentação.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O programa do XIII Governo Regional dos Açores, sufragado nesta Casa, definiu como um dos propósitos a cumprir a reestruturação do Fundo de Pesca.

No último Conselho Regional das Pescas, que decorreu em Vila do Porto, ilha de Santa Maria, a Secretaria Regional do Mar e das Pescas, apresentou um conjunto de alterações que o Governo Regional dos Açores pretende implementar ao regime jurídico do fundo de compensação salarial, dos profissionais da pesca dos Açores.

Neste sentido, a presente proposta de decreto legislativo regional é o resultado da proposta apresentada aos conselheiros e dos seus pareceres posteriormente

rececionados, procedendo à alteração dos requisitos de acesso à compensação salarial, ao reduzir o período relevante de paragem da faina para 7 dias consecutivos e 13 interpolados, num período de 30 dias, bem como, ao ampliar o âmbito de situações suscetíveis de serem apoiadas pelo Fundo de Pesca. A nível do valor diário da compensação salarial, este será majorado em 5%, em relação ao atualmente praticado, ajustando-se em conformidade, o montante máximo de acumulação de apoios financeiros, constante do n.º 3, do artigo 7.º. A presente proposta de decreto legislativo regional, vem também estabelecer que o Conselho Administrativo reúne, sempre que convocado pelo seu Presidente, quer por sua iniciativa, quer a requerimento de 1/3 dos seus membros.

É ainda estabelecido um prazo para homologação por parte do membro do Governo Regional, com competência em matéria de pescas, das deliberações do Conselho Administrativo, no âmbito da atribuição de compensações salariais.

Quanto ao regime sancionatório propõe-se a que a inobservância das apólices de seguro de acidentes de trabalho e por incapacidade permanente absoluta ou por morte, ou a observância de um período de aplicação, diferente do período constante na declaração de remunerações do beneficiário é punida com a impossibilidade do armador candidatar-se a novos apoios financeiros, previstos em legislação regional, num período de 12 meses, após a ativação do Fundo de Pesca.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Por último, no sentido de reforçar a natureza social deste apoio, estabelece-se que é assegurado pelo Fundo de Pesca o pagamento dos montantes equivalentes às contribuições e quotizações de cada profissional de pesca para a segurança social, referentes à compensação salarial providenciada, competindo à Lotação,

S.A a transferência de tais montantes, dado que, já assegura no presente, a transferência nos termos gerais.

Atualmente, como a compensação salarial paga pelo Fundo não é objeto de descontos para a segurança social, gera-se um hiato na carreira contributiva.

Esta proposta representa uma resposta mais justa e equitativa, permitindo um aumento de mais de 100 € aos beneficiários do Fundo de Pesca.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Foi um processo moroso e que envolveu os representantes de toda a fileira e que representa mais um compromisso cumprido por este Governo.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Está apresentado o diploma.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Tem a palavra o Senhor Deputado Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Está em debate uma alteração ao projeto Decreto Legislativo Regional que estabelece o regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores, vulgarmente chamado de FUNDOPESCA.

A revisitação a este diploma parece-nos pertinente, no sentido de valorizar e dignificar cada vez mais o setor das pescas.

As propostas apresentadas pelo Governo Regional reduzem o período necessário de paragem para contemplação deste fundo, que passam de 8 para 7 dias consecutivos e de 15 para 13 dias interpolados, num período de 30 dias.

Para além deste ponto, esta alteração ao projeto Decreto Legislativo Regional também prevê um aumento do valor diário da compensação salarial, o que, obviamente, se afigura favorável para os visados do diploma.

Entre outras medidas apresentadas, vemos com bons olhos a implementação do mínimo exigido de documentação para confirmar a existência de apólices de seguro de acidentes de trabalho, de forma a salvaguardar ambas as partes.

Por último, em relação às propostas do Governo Regional, vemos como uma boa medida de valorização do setor a questão de este fundo ser utilizado para o pagamento das contribuições à segurança social quando os visados ficarem impossibilitados de realizar a sua atividade.

Os partidos da coligação apresentaram algumas propostas de alteração que visam melhorar este diploma, nomeadamente: a inclusão das gameleiras neste fundo de compensação salarial; a alteração proposta pela Federação das Pescas relativamente ao período de candidaturas, passando a ser no mês de setembro em vez de dezembro; e a maior representatividade no conselho de administração do fundo, dando assento a um representante dos sindicatos dos pescadores, um representante das associações de pescadores, um representante das associações de armadores e um representante da Federação das Pescas.

Finalizo esta intervenção saudando o Governo Regional por esta iniciativa, que no entender do Grupo Parlamentar do PPM, é de inteira justiça.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado José Ávila, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Estamos aqui a analisar a alteração ao Fundo de Pesca, que é uma proposta do Governo.

Relembro que este mecanismo de apoio tem sido fundamental para os profissionais da pesca quando estão impedidos de exercer a sua atividade.

Foram investidos entre 6 e 7 milhões de euros neste mecanismo de proteção, desde 2002, que tem o seu financiamento através das coimas, das taxas de licenciamento, onde se inclui o licenciamento da pesca lúdica, o valor transacionado em lota, ou seja, os próprios pescadores também contribuem para o Fundo de Pesca, contributos esses que representam cerca de 20% dos valores que são pagos.

Introduzida em 2002, foi clarificada em 2013 e em 2016 foi novamente aperfeiçoado com a participação de todos os partidos que estavam representados nessa altura, aqui no Parlamento, PS, PSD, CDS-PP, Bloco de Esquerda, PCP e PPM.

Lembro também que, em votação final global, este diploma, o de 2016, não teve qualquer voto contra, teve apenas duas abstenções do BE e do PCP. Tendo

votos a favor do PS, do PSD, do CDS-PP e do PPM. Esta alteração mereceu, portanto, um grande consenso dos parlamentares que estavam cá representados.

Temos consciência que é sempre possível melhorar a legislação existente e se esta alteração proposta pelo Governo trata apenas de aumentar aqui e ali, só se pode dizer que a alteração que foi feita ao regime jurídico em 2016 foi bem feita.

O que é que o Governo faz? Reduz um dia nos dias de impedimentos consecutivos e dois dias nos interpolados. Passa de oito para sete e de 15 para 13.

É bom, é melhor, mas fica muito aquém do que os partidos que apoiam este Governo propunham, por exemplo, em 2015. Três dias consecutivos e sete dias interpolados, ou em maio de 2019, cinco dias consecutivos e dez interpolados.

Isto só quer dizer que os partidos que agora compõem esta maioria chegaram à conclusão que, se calhar, as propostas que fizeram no passado recente tinham alguma coisa de irresponsabilidade.

Esta proposta também aumenta o índice para o cálculo do valor em 0,05, que pode dar mais 1,33 €, por dia, segundo o atual regime ou, aliás, mais 1,33 € do que o atual regime.

Aumenta também o índice de valor máximo a atribuir com outros apoios em 0,05, o que pode dar, no limite, pouco mais de 39€, do que atualmente.

Bem, é sempre melhor um pouco mais, mas temos de reconhecer que o aumento da retribuição mínima, por exemplo, terá tido maior impacto do que, o que está agora aqui proposto.

A novidade é passar este apoio para parcialmente social, o que levantou muitas dúvidas junto de alguns parceiros.

Como é sabido e como já foi falado aqui pelo Senhor Secretário, o programa do Governo preconiza reestruturar o Fundo de Pesca, estabelecendo regras claras de atribuição de apoios.

Ora bem, esta alteração não é uma reestruturação, nem sequer estabelece regras claras, porque elas já estavam estabelecidas na legislação anterior que mereceu, como já disse aqui há pouco, um grande consenso nesta Casa.

Portanto, o Governo se, de facto, quiser cumprir o que prometeu no seu programa, tem que fazer mais e tem que fazer melhor.

Também sabemos que não é este diploma que vai resolver os graves problemas por que passa o setor das pescas. Mudar pescadores de comunidades que passam por crises de abundância, para outras não resolve problema nenhum, aliás, cria outros problemas e eu vou passar a apresentar um que é grave.

Há um porto de pesca que tem duas tendas montadas e onde vivem pescadores. Isto é uma situação degradante e que só teve origem na mudança de políticas por parte deste Governo.

E, se formos visitar alguns portos, ainda se vê também a utilização das casas de aprestos, como residência de trabalhadores da pesca deslocados. O que se exige deste Governo é que mude as políticas, porque por este caminho, não vamos a lado nenhum.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Rui Martins, faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP)**: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Inscrevo-me para, por um lado, reforçar aquilo que...ou para não me alongar, não vou reforçar aquilo que foi dito pelo Senhor Deputado Gustavo Alves, que no fundo fez uma descrição daquilo que a proposta do Governo, neste momento, vem melhorar à aquilo que é o diploma em vigor e também já abordou aquilo que foram as nossas propostas de alteração, da coligação, que também visavam colmatar algumas reivindicações do passado, nomeadamente, numa questão até muito específica do Porto de São Mateus, que tem a ver com as gameleiras e que este diploma também abre a porta para que possa ser uma atividade, uma vez que depende também da atividade e da ida para o mar das embarcações e estas embarcações não podendo desenvolver a sua atividade, obviamente, é desnecessário estar a engambelar o aparelho e, por isso, também eram assim penalizadas e aqui há essa abertura para que esta atividade também possa vir a beneficiar do Fundo de Pesca.

Devo dizer, e o Senhor Deputado José Ávila também fez aqui uma descrição daquilo que foi o percurso do Fundo de Pesca e julgo que todos temos que reconhecer que é um mecanismo que é, não digo essencial, mas que é uma grande mais-valia para quem desenvolve a atividade pesqueira e que, desde que foi criado até agora, foi sendo sucessivamente melhorado. Ou seja, os sucessivos governos do Partido Socialista tomou essas iniciativas e teve o apoio, como disse e bem, de todos os partidos que neste momento fazem esta coligação e que, obviamente, apoiaram aquilo que foram as melhorias que sucessivamente foram sendo introduzidas, ou seja, também o Partido Socialista, na altura, assim que identificava dificuldades ou, às vezes, incoerências naquilo que era a aplicabilidade, ou que se verificava, que os pescadores de alguma

forma não estavam a obter um rendimento digno e então fizeram propostas de alteração à lei para que pudesse minimizar essa situação.

E disse bem que, em 2015, por exemplo, houve propostas, nomeadamente até do PSD, para reduzir o número de dias de interrupção de atividade, para que pudesse ser ativado o Fundo de Pesca.

Mas depois também disse que em 2016 votámos a favor da proposta do Partido Socialista, que eram os, ou seja, que eram os oito dias consecutivos e os 15 dias interpolados. Ou seja, aí também não se manteve essa exigência, de que fossem diminuídos estes dias.

Por isso também parece-me que fez a análise com correção, mas julgo que era importante dizer que as coisas foram anteriores. Ou seja, em 2015 houve uma proposta, mas em 2016 acompanhamos a proposta do Partido Socialista.

E, por isso, julgo e analisando este diploma, consideramos que há aqui uma melhoria substantiva também. São os passos que este Governo considerou ser impossível também dar neste momento.

A nossa expectativa é que este mecanismo possa também atrair mais armadores e mais pescadores para o Fundo de Pesca, para que o Fundo, em si, também seja mais robusto e que possa dar uma resposta mais robusta quando há interrupção da atividade e julgo também considerámos, até porque, entretanto, tivemos uma pandemia e também foi tido em conta que foi uma reivindicação, em que nos trabalhos em Comissão foi uma reivindicação dos parceiros e que também nas propostas de alteração que fizemos, também tentamos incluir as questões das imposições sanitárias que, obviamente, no passado era algo não estava introduzido, nunca tínhamos, talvez passado uma situação que nos fizesse pensar que também isso obrigou a uma alteração da atividade e, por sua vez, e consequentemente, a uma redução do rendimento.

Por isso, o que consideramos no CDS, é que esta proposta que o Governo Regional nos traz é um passo significativo para poder trazer maior atratividade e adesão dos pescadores ao Fundo de Pesca.

Acaba por também manter um regime em que tenta incentivar que os armadores não fujam, ou que, pelo menos, não vejam de ânimo leve as questões que se prendem com os seguros, ou seja, que os profissionais que estão no mar, que se que se mantenham segurados, porque obviamente é uma atividade com risco acrescido e é importante haver o seguro.

E há também uma salvaguarda que nos parece muito pertinente, que é o facto de não serem os pescadores nunca penalizados pela ausência de, eventualmente, não estarem no seguro. O armador, sim, porque obviamente é uma responsabilidade do armador, até porque o armador pode solicitar ao Governo Regional o apoio para a comparticipação destes seguros e, obviamente, o que o Governo pretende e que obviamente, todos nós o que pretendemos é que os trabalhadores estejam assegurados e, no caso do armador, fugir a essa responsabilidade, por algum motivo, que não seja o pescador que descontou do seu trabalho para poder ter o Fundo de Pesca e depois não ser penalizado por algum incumprimento que obviamente ele será, na maioria das vezes, para não dizer na totalidade das vezes, alheio.

E, por isso, consideramos que o Governo Regional, no fundo, no seguimento daquilo que é auscultação do setor e indo ao encontro daquilo que também são os desejos do setor, fez uma proposta que robustece este documento. É uma melhoria significativa, no nosso entender, obviamente é um diploma que certamente iremos visitar, senão nós, outros governos, outros parlamentares, certamente irão visitar este documento, porque é um documento que carece sempre dessa adaptação e também de avaliar se está a ser efetivo na salvaguarda de um rendimento para quem desenvolve esta atividade, que é uma atividade fundamental, é um setor extrativo, é um setor primário, é uma atividade

fundamental para a economia açoriana e que, obviamente, o que nós queremos é que haja cada vez maior profissionalização e maior segurança para quem desenvolve a atividade neste setor.

E, por isso, é que vemos com muito agrado esta proposta que o Governo nos traz. Tentámos dar o nosso contributo também enquanto grupos parlamentares da coligação. Tentar melhorar e salvaguardar outras situações que nos foram chegando também e que tem a ver com os nossos contactos no terreno e, por isso, é que vemos com bom grado e vamos apoiar esta proposta que o Governo Regional nos traz.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Jaime Vieira, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores e Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Membros do Governo:

Eu começo a minha intervenção respondendo um bocadinho àquilo que foi dito pelo Deputado José Ávila e afirmando que esta nova política deste novo governo, governo de coligação, só trouxe aos pescadores recordes de rendimentos.

É isso que nós temos que perceber e é esta a primeira informação que queria dar. O peixe nunca foi tão valorizado e os pescadores nunca ganharam tão bem como estão a ganhar na atualidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Outra questão que eu queria referir é que esta política também tem permitido uma maior requalificação de todos os portos de pesca dos Açores que estavam ao abandono, gruas que já não trabalhavam e que estavam com ferrugem e que, efetivamente, foi com este Governo que se deu esta requalificação.

Logicamente, Senhor Deputado, nem tudo está feito, diabo seria se efetivamente estivesse, mas uma certeza temos: tudo iremos fazer para melhorar a vida do setor das pescas.

Este é um diploma importante para os pescadores açorianos. O Fundo de Pesca é fundamental para uma parte dos pescadores, porque, efetivamente, trata-se de um fundo de compensação salarial para equilibrar a ausência de rendimento dos pescadores, em situação de mau tempo que impeça os mesmos de ir à procura do seu rendimento.

O pescador, muitas vezes, com mau tempo continua a necessitar de arriscar a vida para poder trazer rendimento.

Isto é a dificuldade que tem um pescador no seu dia a dia, por isso, é importante continuar a trabalhar para valorizar esta profissão e os seus profissionais.

E este diploma, que hoje estamos a discutir, é mais um passo deste Governo Regional, rumo àquilo que nós pretendemos, que é dignificar o setor das pescas e trazer mais respeito aos profissionais das pescas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

No entanto, meus senhores, este respeito não se apregoa com palavras, como se

fazia no passado, mas sim, com ações, como se faz no presente e este é mais um exemplo daquilo que nós andamos a fazer.

O Fundo de Pesca nunca pode ser considerado como uma esmola para os pescadores, o Fundo de Pesca é um direito que foi concedido nesta Casa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

O Fundo de Pesca, ou o subsídio de mau tempo, é uma importante ferramenta para os pescadores, principalmente, para aqueles que dependem, exclusivamente, do mar.

Atentando a este facto, sempre defendemos a importância do Fundo de Pesca, principalmente por um grupo de pescadores.

E, como tal, em 2019, trouxemos a esta Casa um documento de alteração ao Fundo de Pesca, para trazer mais-valia para o setor, no qual o Partido Socialista de maioria absoluta, chumbou. Chumbou, reprovou, sem sequer apresentar a possibilidade de apresentar uma medida de alteração. Pensando eles que iriam prejudicar o PSD, acabaram por prejudicar os pescadores açorianos. Isto foi o que os fizeram ao não aprovar o diploma de 2019.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Aquando do mau tempo os pescadores não trabalham, não é por não quererem, mas por não haver condições mínimas de segurança e uma compensação é mais do que justa e é necessária.

É justa e necessária porque existem pescadores que, sem ir ao mar, não têm outro tipo de rendimento.

É justa e necessária porque os pescadores também descontam para este fundo. No entanto, hoje aqui, todos nós temos a oportunidade de corrigir, o que já devia ter sido corrigido no passado.

Com esta alteração e como já foi referido, os dias para acionamento do Fundo de Pesca diminuíram. Não deixa de ser uma conquista, conseguimos mais do que os senhores fizeram quando estavam no poder e esta é que é a grande novidade que é preciso ser dita.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Outra medida importante, que estava a deixar alguns pescadores para trás, principalmente no mês de dezembro, é efetivamente as candidaturas serem realizadas no mês de setembro. Isto também é uma grande vitória e porquê? Porque é no mês de dezembro que acontecem as maiores tempestades e é nesta altura que os pescadores ficam impedidos de ir ao mar.

Outra grande conquista é, sem dúvida, o pendor social que essa proposta tem. Esta proposta possibilita a que os pescadores possam, na ausência de terem rendimento, serem vistos pagas as tributações para a segurança social. E esta também é mais uma grande vitória deste documento, traz mais rendimento, porque se nós contabilizarmos os descontos com a segurança social, o valor a receber pelo pescador, quase que atinge os 500 €.

Outra questão importante é composição do Conselho Administrativo do Fundo de Pesca. Este Governo permite entregar e ter mais gente do setor, ter mais pescadores, ter representantes de armadores, em vez de ter mais peso governamental.

E esta também é uma grande diferença para o atual e para o antigo projeto de decreto legislativo regional.

Vamos introduzir algumas medidas que nós consideramos importantes, mas que efetivamente não tenho dúvidas que este é mais um passo importante, rumo àquilo que nós pretendemos para a dignificação do setor das pescas e de ter o maior respeito que efetivamente esses profissionais merecem.

Neste preciso momento a *bola* está no meio desta Assembleia e esperemos que esse diploma seja aprovado para continuar a dignificar o setor das pescas.

Disse!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Nestes debates sobre as pescas, quase sempre muito acalorados, às vezes fico com aquela sensação, como quando vou a um seminário sobre economia do mar e digo sempre que só conheço um tipo de pessoa que vive bem da economia do mar, são aqueles que falam dela. Os que, de facto, trabalham nela, têm sempre algumas dificuldades.

Eu bem sei que estamos no debate na generalidade, mas eu queria pedir aqui um esclarecimento ao Governo e para depois no debate na especialidade não nos perdermos em pormenores, nomeadamente no que concerne à alínea c), do n.º 1, do artigo 4.º e alínea c), do n.º 2, do mesmo artigo, deste diploma, eu gostava de perceber por que razão o PPM, o CDS e o PSD dedicam especial consideração às gameleiras da Região Autónoma dos Açores e não dedicam a mesma atenção aos gameleiros da Região Autónoma dos Açores. Ou foi gralha e compreendemos, ou é de facto uma questão de ideologia de género, e aí já não

podemos concordar, com o devido respeito. E é este esclarecimento que eu gostava que o Senhor Secretário ou os grupos parlamentares que fizeram a proposta me esclarecessem.

Quanto ao resto ...

Diz o Senhor Deputado António Lima, que parece que é uma profissão mais dedicada às mulheres. Se calhar, não é. Se calhar há, de facto, felizmente, já muitas mulheres a fazer esse trabalho, mas, se calhar, ainda há mais gameleiros do que gameleiras e era precisamente por isso que eu queria perceber por que razão está aqui apenas o género feminino e não o género masculino.

Até por uma questão de português correto, se tivesse *gameleiros* abrangia ambos os géneros.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É gralha!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Temos uma proposta de decreto legislativo regional do Governo Regional que pretende promover um conjunto de alterações ao Fundo de Pesca, um fundo de compensação salarial que tem um carácter muito importante na Região, porque permite, ou pelo menos devia permitir, a que em situações de intempéries de mau tempo, em situações excepcionais de impossibilidade do exercício da pesca, os pescadores sejam compensados por essa mesma impossibilidade, através deste fundo que, é preciso não esquecer, para ele descontam. Ou seja, o Fundo de Pesca não é... Aliás, há aqui um caminho que temos muitas dúvidas que o Governo quer seguir, ao torná-lo um fundo parcialmente social, eu Não sei o que é isso, talvez é uma filosofia, mas este é um fundo de compensação salarial

e sendo um fundo de compensação salarial os pescadores descontam para ele, têm direito a ele. Não é um apoio social que seja requerido por algum tipo de impossibilidade de exercício da profissão, é um fundo que existe e que deve ser ativado em determinadas situações que estão previstas na lei. Não será por esta redação que o Governo quer introduzir, ao dizer que é um fundo de natureza parcialmente social, que muda efetivamente alguma coisa no articulado e nas suas regras de execução, mas é um caminho que nos deixa algumas dúvidas.

Posto isto, este diploma tem sido alvo de várias alterações, ao longo dos anos. Já foi aqui citada aquela que foi a última, na qual o Bloco de Esquerda, em 2013, participou, não votou favoravelmente, absteve-se, mas essa proposta teve avanços e teve limitações que nós apontamos à data e que já mais tarde também viemos a apontar, até no decorrer da aplicação do Fundo de Pesca, ao longo dos anos e percebe-se depois os problemas que são gerados pela redação em vigor, problemas que subsistem.

Ora, o Governo Regional desde o início da Legislatura sempre disse que iria promover uma revisão do Fundo de Pesca. Nós ficámos expectantes, até porque conhecíamos a proposta do PSD da anterior Legislatura, que teve o nosso voto favorável, nós tínhamos uma proposta mais direcionada a um único assunto para resolver um problema mais direcionado, mas nós acompanhamos na Legislatura passada a proposta do PSD.

Tínhamos, efetivamente, alguma esperança que o PSD replicasse no essencial a proposta que apresentou na Legislatura passada. Para nossa surpresa e já não vou falar na proposta de que o Senhor Deputado José Ávila falou e que já tem muitos anos, mas aquela que vem de 2019. O PSD propunha, em 2019, que a ativação do Fundo de Pesca se fizesse com paragens de cinco dias consecutivos ou dez interpolados.

O PSD de 2023 já não quer os cinco dias. Já quer sete dias consecutivos e 13 interpolados. Quando o que está em vigor são oito dias consecutivos e 15 interpolados.

Nós tínhamos esperança que o PSD mantivesse a sua posição e que nos parecia equilibrada. E tanto nos parecia equilibrada que nós votamos favoravelmente a proposta do PSD na Legislatura passada, porque considerávamos que ela, eventualmente com melhorias na especialidade, melhorava substancialmente aquilo que existia.

Ora, nós, naturalmente, lamentamos que tenham recuado nesse pormenor que não é um pormenor, que é muito importante, no que diz respeito aos dias.

Também há outros aspetos que a proposta procura resolver e introduz uma questão que é importante. Sabemos da aplicação do Fundo de Pesca ao longo dos anos que a questão dos seguros na pesca é um problema, ou seja, a aplicação tem sido ao longo dos anos um problema. Há muitos trabalhadores da pesca, pescadores que efetivamente e que no e não deveria acontecer, de modo algum os seguros em dia e, por isso, como o Fundo de Pesca exige a apresentação dos seguros, ficam de fora devido à ausência desses seguros.

Não só correm um risco superior por não ter esse seguro em dia, como ainda são penalizados por algo que não é da sua responsabilidade, como todos sabemos, é a entidade patronal que tem que garantir os seguros de trabalho.

Ora, esta proposta tem um aspeto positivo: procura penalizar quem não cumpre a lei, por ausência de seguro, mas é omissa num aspeto que não é claro, com a redação que aqui está, que os pescadores devido à não apresentação do seguro, continuem a reter direito ao fundo de pesca, por isso é preciso clarificar isso na legislação. Por isso é que nós fazemos duas propostas de alteração que pretendem, por um lado, ajudar o PSD a ser coerente. Estamos cá para ajudar o PSD.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP e PPM)

Só na sua coerência! Espero que não retirem essa frase do contexto, porque pode ser mal interpretada.

Mas, fazemos uma proposta de alteração, tirando a brincadeira, que efetivamente retoma aquela que foi a redação apresentada em 2019 pelo Grupo Parlamentar do PSD e que nos parece equilibrada. porque também é preciso dizer que um dos problemas do Fundo de Pesca também está na sua gestão, porque muitas vezes, apesar de eventualmente até os critérios estarem, mais ou menos conseguidos, o Fundo de Pesca raramente é ativado na sua totalidade e os pescadores nunca recebem o salário mínimo na sua totalidade. Ou seja, um dos problemas está na aplicação prática da lei.

Isso tem acontecido ao longo dos anos. Não se resolve apenas com esta proposta, mas resolve-se com a gestão.

A outra proposta de alteração que fazemos é clarificar que os pescadores não podem ser penalizados no acesso ao Fundo de Pesca por uma falha que não é da sua responsabilidade, é da sua entidade patronal, que é o armador e nós procuramos clarificar isso, porque não está efetivamente claro, pode ser esse o espírito da proposta do Governo, mas a interpretação não vive de espíritos., vive da redação que está na legislação, em concreto.

Nesta primeira intervenção e não sei se serão muitas mais, mas gostaria também de me pronunciar, já agora que se abriu um bocado o debate sobre a especialidade, sobre alguns aspetos que têm a proposta de alteração da coligação, que nos parece que introduz alguns aspetos que não vêm, de modo algum, melhorar a proposta, principalmente no que diz respeito à composição do Conselho Administrativo do Fundo de Pesca.

Sabemos que há representantes dos pescadores, dos sindicatos, dos armadores. A coligação pretende fazer um conjunto de alterações aqui e não vou me

debruçar sobre os pormenores, sobre se deve ser um daquele setor, ou outro, quantos devem ser, se deve ser um ou dois. O que nos preocupa, essencialmente, aqui é que a coligação altera a redação existente, deixando de ser, por exemplo, um representante de um sindicato, deixando de ser indicado pelo próprio sindicato e passando a uma redação que prevê que o Governo ausculte o sindicato, mas decida quem é.

(Aparte impercetível)

É assim, é o que está aqui. Vou ler, Senhor Deputado Paulo Estevão: “ Os membros referidos nas alíneas d) a g), ou seja, representantes de sindicatos, associações de pescadores, associações de armadores são designados por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria das pescas, mediante auscultação dos sindicatos de pescadores e da Federação das Pescas, respetivamente.”

Ou seja, não é a Federação, nem os sindicatos a indicarem quem deve ser o seu representante, é o Governo a decidir, após ouvir, mas houve audições há muitas, nós sabemos como é que funcionam: ouve-se e decide-se, como se bem entende.

Ora, isto é uma proposta muito pouco democrática. Diria até, Senhor Deputado Paulo Estêvão, que gosta desses termos, eu não gosto, mas começo é sua a proposta: *é estalinista*.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Duas vezes esta semana!

O Orador: Porque é o Governo a decidir sobre quem os sindicatos devem indicar.

Nós não acompanharemos, de modo algum, esta proposta de alteração e, julgo eu, que la piora substancialmente e cerceia a liberdade das organizações

patronais da pesca ou das organizações de trabalhadores da pesca de indicarem quem os deve representar, que, naturalmente, têm de ser os próprios indicar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

O Senhor Deputado Mário Tomé tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores e Senhores Deputados:

Meu estimado colega e amigo Jaime Vieira, antes de entrar concretamente no ponto do diploma, não poderia deixar de fazer alguns considerandos e, de facto, o que o colega disse relativamente aos rendimentos dos pescadores, felizmente, são dos maiores de sempre nos últimos anos, mas, quer o colega, quer todos nós aqui, temos que ter algum cuidado nesta matéria, porque, como sabe, e isso, digamos, foi ocultado, é que o atum tem um impacto brutal no rendimento global da pesca na ordem dos 12 milhões. Se reparar até, este ano, por exemplo, nós estamos com um decréscimo, comparativamente, ao ano passado de quase quatro milhões e isso deve-se a uma menor captura do goraz.

Mas, quanto à política que falou deste Governo, o que é que temos constatado? Primeiro perdemos quota dos beryx, imperador e alfonsim. Redução de quota de 20%. Estávamos nos 134 toneladas, neste momento são noventas. Sujeitamo-nos a perder uma quota de 20% do goraz, porque não foram entregues ou facultados os dados ao ICES (International Council for the Exploration of the Sea) relativamente à sustentabilidade deste recurso na Região Autónoma dos Açores.

Poderíamos ter ido mais longe, quando temos passado por uma crise que afetou os fatores de produção, o combustível e outros, como fez o Governo da República com a fileira da pesca e o Governo da Madeira, em que o Governo da República abriu uma linha de crédito, no âmbito das pescas para que, de facto

se pudesse compensar os pescadores pelos custos da produção. O que é que fizemos? Não fizemos nada. O que é que se fez com os profissionais das lapas, os lapeiros dos Açores? Criou-se instabilidade, mudou-se os trâmites de licenciamento em que não permitem, de facto, que eles tenham outra atividade, a não ser, o uso exclusivo das lapas. A isso chama política de pescas. Eu a isto chamo uma falta de estratégia, relativamente a este setor.

Depois, já muito foi dito sobre a questão do diploma e nós pensamos que, de facto, tudo o que venha contribuir para melhorar este diploma é bem-vindo, porque é muito peculiar e trata-se de situação de intempéries, mas naturalmente, o grupo parlamentar do PS em coerência com o seu passado e com o que fez neste setor, que tem muito orgulho do que foi feito, em 2019, nós votámos contra uma proposta da segunda alteração do decreto legislativo regional do Fundo de Pesca porque considerávamos que era completamente extemporânea, porque não fazia o menor sentido, até porque não haveria um cálculo baseado nesta proposta, que seria passar dos 15 dias interpolados para 10 e dos 10 e dos oito consecutivos para cinco. Obviamente, o colega António Lima falou no assunto e é coerente com a posição do Bloco de Esquerda nessa matéria, que votou a favor da vossa proposta, assim como o PPM estranhamente, no momento também muito difícil em que os fatores de produção têm um custo total do setor, os senhores não replicaram a proposta. Eu não vi o colega Gustavo falar nesta proposta. O Senhor Deputado Paulo Estêvão não quis ir buscar a proposta, a qual votou em 2019 e a nossa posição será, como sempre claro nessa matéria, em coerência com aquilo que nós fizemos no passado.

Depois, esta questão é de extrema importância, mas há uma preocupação neste momento dos pescadores açorianos que os deixam intranquilos, estão instáveis, têm a ver com aspeto muito importante, que é com as áreas marinhas. E aqui lanço um desafio ao Governo Regional dos Açores, tenho pena que o Senhor Presidente do Governo não esteja cá, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bem mais representado!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Também vai-me dizer para me ver ao espelho!

O Orador: ... com certeza por motivos de agenda, não pode estar, mas remeto ao Governo todo, que é a necessidade de prolongar a discussão e a implantação das áreas marinhas. É que isto só pode ser feito e só deve ser feito com a participação ativa de todos os pescadores incluídos no processo. Sempre foi no passado, os cerca de 7% das áreas marinhas que nós temos nos Açores foi sempre com a colaboração, que são eles os principais interessados, da nossa classe piscatória, dos nossos cientistas da Universidade dos Açores, são eles os profundos conhecedores do mar. Não se pode dar continuidade a um processo feito de forma célere, inconsequente e num timing que é quase impossível, porque senão teremos graves problemas sociais no setor. O Grupo Parlamentar do PS está aqui disponível para colaborar a esse nível, porque o mais importante para nós é a defesa, é conciliar a sustentabilidade dos nossos recursos com a sustentabilidade económica do setor das pescas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Gomes.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Senhor Presidente, muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Queria começar por esclarecer, Senhor Deputado Nuno Barata, que e bem, detetou aquilo que é uma gralha, portanto, não é *gameleiras*, será no plural e,

portanto, já solicitamos um pedido de alteração para que em redação final seja alterado, mas naturalmente que é para todos, não é apenas para o feminino, embora nalgumas zonas o género feminino é aquele que mais trabalha nesta área.

Também não podia deixar de lembrar do Partido Socialista, falou em questões de apoios, lembrar os mais de dois milhões de euros que este Governo, nesta Legislatura já apoiou o setor das pescas, nomeadamente através da isenção de taxas de lota, através da isenção do pagamento do gelo e outras situações, foram mais de dois milhões de euros que este Governo apoiou os pescadores em alturas mais complicadas, uma delas teve a ver com o Covid.

Em relação ao diploma em si, há já há sete anos que não se realizavam alterações ao fundo de pesca, isto apesar das reivindicações do setor, dos pescadores, dos parceiros e este Governo, dois anos após a entrada em vigor do seu primeiro orçamento, traz-nos aqui um conjunto de alterações que, na nossa opinião, são muito importantes para o setor, para os nossos pescadores, situações que, como também disse há pouco, já há algum tempo vinham a ser abordadas e pedidas por eles. E, como nunca é demais lembrar, vou enumerar aqui algumas que para nós são muito importantes, portanto, a redução do tempo de paragem pelo mau tempo, de oito para sete dias e de 15 para 13, em dias interpolados, isto num período de 30 dias. Portanto, parece-nos já aqui uma importante conquista.

Outra conquista importante, o aumento do valor da compensação. Também todo o dinheiro que pode vir a mais para o bolso dos pescadores é sempre importante. O tempo de paragem vai passar a contar naquilo que são os descontos para a segurança social, também era uma lacuna e que agora fica resolvida.

Outra questão, também muito importante, tem a ver com a ativação com o processo das candidaturas, portanto, passam a ser em setembro, o que permite

aqui alguma margem para que realmente, quando vier o mau tempo, as candidaturas já estão feitas e é tempo que se ganha na ativação do Fundo.

E também, como já foi dito aqui, o Conselho Administrativo terá mais representação por parte dos parceiros.

A coligação PSD, CDS-PP e PPM também introduziu aqui uma alteração, que para nós é muito importante que tem a ver com a questão do chamado pessoal de terra, nalgumas nalguns portos é pessoal de terra, noutros é gameleiros. Portanto, já há muito tempo que este tipo de trabalhador ficava de fora do Fundo de Pesca e agora abre-se aqui uma porta para que, efetivamente, também possam ser contemplados, porque, apesar de não irem ao mar, desempenham um trabalho muito importante em terra, naquilo que é preparação da faina. Portanto, apesar de não correrem os riscos que quem vai ao mar corre, mas não deixam de ser uma parte importante na pesca.

Finalizo dizendo que a oposição vai criticando e este Governo vai executando.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Há várias formas de fazer oposição, há uma oposição incendiária, uma oposição sem sentido de responsabilidade de que, por exemplo, o Senhor Deputado José San Bento é um lúcido representante, um especialista e há outra forma de fazer oposição, como o Senhor Deputado José Ávila e o Senhor Deputado Mário Tomé que nas intervenções que fizeram, fizeram intervenções ponderadas. Com críticas, como é normal em democracia, assinalando insuficiências que têm que ser melhoradas, mas também tendo a honestidade de assinalar que o diploma melhora, de facto, a situação anterior. Isso é importante e isso só credibiliza quem entra no debate político.

Os senhores deputados assinalaram, de facto, que há uma melhoria significativa do diploma em diversas áreas, que aqui já foram referenciadas, desde logo, pelo Grupo Parlamentar do PPM, mas também por outros grupos parlamentares que já tiveram oportunidade de fazer aqui intervenções nesta matéria.

Eu quero dizer que neste setor os desafios são muito grandes. É evidente que há resultados para apresentar a melhoria, por exemplo, em relação à recuperação da capacidade de frio em toda a Região, que era um processo que, é verdade, o Governo anterior vinha fazendo, que vinha planeando e que, que este Governo, também executou e executou com êxito e, portanto, que vai permitir aumentar muita capacidade da Região nesta matéria e que nos vai permitir, de facto, nos próximos anos, nas próximas operações vamos ter condições excecionais para poder responder às necessidades das nossas embarcações, dos nossos pescadores.

É evidente também que há outro desafio, que considero que é da maior importância, porque o Fundo de Pesca, de facto, responde a questões que têm a ver com a instabilidade própria desta atividade, com a instabilidade também a nível dos rendimentos, mas há outro setor que prepara para o futuro, que é o setor da formação. E aqui há também uma ideia que está a ser implementada, eu diria que é uma ideia, um projeto verdadeiramente de âmbito regional, pensada

por muitos, executada também pelo atual Governo, que é o papel fundamental que a Escola do Mar está a ter, no âmbito da formação. Lembro que só agora, nos últimos meses, mais de 1000 pescadores obtiveram formação através da Escola do Mar e também muitos trabalhadores da Atlânticoline e também na própria Universidade dos Açores e na Portos dos Açores.

Portanto, é um setor que se está a preparar para o futuro, evidentemente com problemas, temos que continuar a recuperar as condições das nossas lotas. Temos que continuar a recuperar um conjunto de instalações que são fulcrais para o setor. Temos que garantir também o escoamento, o mais rápido possível, do peixe, porque isso é fundamental, do ponto de vista da melhoria do rendimento, que tem vindo a acontecer. O valor do peixe tem vindo a crescer. É evidente que temos que descontar neste aumento do rendimento também, aquelas que são as consequências da inflação.

Até em relação ao posicionamento do Bloco de Esquerda nesta matéria, reconhecendo que, de facto, há uma melhoria que é efetuada por parte desta proposta do Governo Regional e também da parte da coligação há também aqui a preocupação de atender a setores que, até agora, estavam desprotegido, ou que eram, pura e simplesmente, ignorados, no âmbito dos apoios que podem ser concedidos nestas circunstâncias e que passam a ter esse apoio.

Portanto, do ponto de vista geral, nós o que consideramos é que não há dúvida, penso que é consensual, que este diploma melhora, de facto, a situação em relação ao fundo de compensação salarial, ao Fundo de Pesca e, portanto, que as novas condições vão beneficiar, de facto, os pescadores.

Quero terminar fazendo uma referência em relação à representatividade no Conselho de Administração do Fundo, que nós consideramos que é fundamental e aqui é dado um assento a um representante do sindicato dos pescadores, a um representante das associações dos pescadores, a um representante das associações de armadores, a um representante da Federação das Pescas, ou seja,

temos um conjunto de outros interlocutores, no âmbito da gestão deste Fundo, que nós consideramos que é fundamental também ouvir várias opiniões, ter várias perspetivas e, portanto, considero que também aqui estamos a conseguir uma melhoria muito significativa destas condições.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O CHEGA associa-se e votará favoravelmente esta proposta que aqui está, porque é justa. Peca por algum compasso de tempo que os pescadores bastante lhe diziam, mas também é verdade que o Senhor Secretário foi dizendo que, a seu tempo e na altura certa, iria apresentar. É de maior justiça.

Da parte do CHEGA, temos tentado estar junto os pescadores sempre que eles nos pedem, sempre que é necessário e aqui foi falado até a questão do frio. A solução que os pescadores apresentaram, na altura, dos atuns e da questão do armazenamento, acabou o Governo por lhes dar razão. Não ao CHEGA, aqui fomos apenas um intermediário, mas sim aos pescadores, porque o que os pescadores nos diziam. E é isto que eles nos vão dizendo constantemente, precisam de ser ouvidos. Eu tenho dito, a perceção que tenho deste mundo das pescas, comparativamente ao outro setor, que é o da lavoura, que os pescadores precisam, cada vez mais, de serem mais unidos, terem mais força, melhor organização, ter gente que saiba falar em nome deles, de uma forma, digamos, mais profissional. Para que nós possamos defender um setor que é muito

importante nos Açores, é olhar para o lado de fora e ver o mar que nós temos e, como dizia aqui o Senhor Deputado Nuno Barata e com muita razão, às vezes aquele que arrisca a vida, aquele que vai ao trabalho é o último elemento da cadeia, é aquele que menos ganha, é aquele que, às vezes, é o mais esquecido e nós também temos que inverter um pouco isso.

Penso e todos pensamos e é uma constatação que nós temos um peixe de qualidade, numas ilhas com mais abundância, noutras menos abundância. Obviamente que temos que continuar a proteger as nossas reservas marítimas, mas também temos que começar a investir na nossa pesca, para que não sejam outros a vir ao nosso mar, ao nosso quintal, tirar a nossa riqueza. Tem que ser os nossos pescadores e o pescador tem que se sentir orgulhosamente um bom armador, um bom empresário, um homem que vê na sua algibeira o fruto do seu trabalho. É isso que os pescadores pedem e é esta mensagem que trago aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Este projeto de decreto legislativo regional que estamos agora a debater, em boa hora vem, em boa hora de forma tardia, mas é preciso entendermos uma coisa, eu entendo que este não é, e de alguma forma, respondendo à intervenção do Senhor Deputado António Lima, quando me dizia em que medida é que este é um apoio social? Sim, é um apoio social, porque, como o senhor sabe, Senhor Deputado, o rendimento, que é provido dos descontos dos pescadores para esse apoio social, não faz-se face à estrutura de custos que é ter este apoio. Portanto, ele é, no meu entender, um Fundo Social porque recorre de outra dotação, para

fazer face ao trabalho social que ele faz, pagando aos pescadores na possível proporção, aquele que é um direito que as pessoas têm, o direito à subsistência, que nas artes da pesca, muitas vezes, não é conseguida pelo labor, porque é condicionada pelo tempo, portanto, porque é condicionada pelo mar e até condicionada pelos fluxos de peixe que são encontrados durante a atividade piscatória.

Portanto, eu entendo que é um Fundo Social, mas também entendo que é um investimento. E é um investimento na medida em que, na região que temos, que é como sabemos todos, rodeada de mar, muito mal estariam os governantes da atualidade, mas de outros tempos também, se não entendessem que a pesca deverá fazer sempre parte das nossas atividades económicas e deverá fazê-lo de forma determinante. Seria um erro brutal não acarinhar a atividade piscatória, mesmo que, se calhar alguns, em outros fóruns possam dizer e até dando voz a algumas más-línguas dessa terra, que às vezes dizem que, quando eles recebem os subsídios, não querem ir para o mar. Mas para mim, a resposta será sempre simples nessas situações. Há aqueles que noutros fóruns dizem que recebem os subsídios e já não vão para o mar. Eu respondo, “então vai tu no lugar deles.” Porque é muito simples, é muito fácil criticar os pescadores quando não podem ir para o mar, como é muito fácil também e já estamos falado disso e muitas vezes se ouve aí falarem mal dos lavradores porque recebem os subsídios a, b e c, quando no resto são profissões que qualquer um de nós pode exercer, antes de criticar.

Por esta razão, vou estar ao lado dessa iniciativa e atendendo às propostas de alteração que entretanto surgiram, não entendo como desajustada ao espírito de iniciativa que as alíneas 7) e 8), ao artigo 7.º-A, proposta do Bloco de Esquerda se desenquadrem do espírito de iniciativa e, em princípio e salvo melhor explicação, acho que faz sentido aprová-las.

Entendo também e salvo melhor observação que há alguma redundância nas propostas de alteração apresentadas pelos partidos que suportam o Governo, relativamente à redação que é proposta para alínea a), do n.º 1, do artigo 5.º mas, mesmo assim, também vou aprovar porque acho que não diminuiu o documento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Rui Martins, faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Relativamente àquilo que tinha sido, não sei se era uma dúvida, mas pelo menos, algo que o Senhor Deputado António Lima tinha referido e que se prende aqui com a questão e que, aliás, fazem a proposta de alteração ao aditamento, 7.º-A e fazem uma proposta que tem a seguinte redação: “na falta dos documentos referidos nas alíneas, os profissionais de pesca, à exceção dos armadores, não podem ser privados da compensação salarial.”

Parece-me que é uma clarificação, é uma proposta, mas eu convidava o Senhor Deputado António Lima, e se o diploma ficar com as duas, não me parece que venha *mal ao mundo* por isso, mas convidava-o a ler o regime sancionatório, o artigo 14.º, logo o primeiro ponto, para ver se temos o mesmo entendimento, ou se não é esse o entendimento que faz, porque diz exatamente assim: “sem prejuízo da entrega da candidatura a que se refere o artigo 7.º-A, determinam a impossibilidade de o armador beneficiar da compensação salarial atribuída pelo Fundo de Pesca.” Ou seja, como há uma definição neste diploma, de armador pescador, a pesca apeada, gameleiros, é inequívoco que, ao se referir a armador, não podem ser qualquer outro profissional do setor, ou seja, apenas o armador é que fica impossibilitado de beneficiar da compensação salarial. Não sei se fará o mesmo entendimento, mas é esse o entendimento que nós fizemos da proposta

do Governo e parece-me que é inequívoco, porque não estamos a falar de forma abstrata, estamos a falar do armador, logo, esse regime sancionatório não se aplica aos pescadores, porque até o Fundo de Pesca é pago de forma nominal aos profissionais que estão no rol e não ao armador, que depois distribui. Porque isso sim, poderia gerar aqui uma situação complicada, em que o armador não recebe, por sua vez, também o pescador não recebe, porque ele não vai pagar aquilo que não recebeu.

E depois até lhe dou mais. Por exemplo, no mesmo artigo 14.º, no regime sancionatório, também o ponto 2 é exatamente pela mesma linha, em que diz: “sem prejuízo do disposto no número anterior e sempre que se verifiquem situações neles previstas, o armador fica impossibilitado de apresentar candidaturas a apoios financeiros.”. Que é, nomeadamente, neste caso o próprio Fundo de Pesca e o apoio que o Governo dá na comparticipação dos seguros, que é o que faz sentido. Se o armador já *prevaricou* ao não colocar no seguro os pescadores, não faz sentido que depois fique habilitado, na mesma, a concorrer a esse apoio. Se ele se ele já recebeu esse apoio indevidamente, porque depois retirou os companheiros do seguro e recebeu o estorno do seguro e, obviamente, não declarou ao Governo esse estorno, será sempre o armador que é prejudicado. Prejudicado, não é prejudicado, que será penalizado pela não apresentação destes documentos.

Por isso, parece-me que se ficar, acaba por ser uma redundância esta proposta do Bloco de Esquerda, no entendimento que nós fazemos, não é necessário. Já tenho um entendimento um bocadinho diferente da proposta que o Bloco - e estamos aqui um bocadinho na especialidade, mas assim abreviamos a discussão – no ponto 8 que o Bloco de Esquerda propõe, relativamente à comunicação da situação às entidades que têm competência de fiscalização, também parece-nos que se calhar pode fazer sentido, porque, pese embora, a Entidade gestora, quem preside à entidade gestora é a Direção Regional das

Pescas e quem fiscaliza, em parte, também é a própria Direção, poderia não fazer sentido estar-se a notificar a si próprio, mas também há, eventualmente, interferência com as questões laborais, inspeção do trabalho e, por isso, isso parece-nos que pode ser uma clarificação abonatória, porque assim garante que todas as entidades que têm competência nesta fiscalização são obrigatoriamente notificadas e, por isso, parece-nos que essa é uma boa proposta. A outra, salvo melhor entendimento, não será necessária, mas obviamente também, se o Senhor Deputado António Lima, tiver outro entendimento, poderá também informar-nos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado João Vasco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Queria fazer uma interpelação à Mesa, Senhor Presidente, se me permite.

Presidente: Faz favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A minha interpelação é no seguimento de um pedido de esclarecimento efetuado pelo Senhor Deputado Nuno Barata, no que concerne aos gameleiros e às gameleiras que, pelos vistos, obteve resposta de um dos membros da coligação, do Senhor Deputado Paulo Gomes, dizendo que se tratava de um lapso e para correção em sede de redação final, se – pode-me ter passado, mas não me parece e gostaria que a Mesa pudesse esclarecer - se, relativamente ao pedido de esclarecimento, Senhor Deputado António Lima fez para o n.º 3, do

artigo 8.º oitavo, no que concerne à nomeação pelo membro do Governo com a tutela, sob proposta dos sindicatos, se consideram que essa proposta é vinculativa? Se isso também é um lapso? Ou, não sendo um lapso, se é mesmo para ficar assim? O que permite que, em qualquer altura, possa ser quem exatamente o Governo entenda, ainda que a proposta seja efetuada pelos sindicatos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Prescindo, Senhor Presidente.

Presidente: Muito bem, tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Para além de também ser importante que o Governo e a coligação se pronunciem sobre a sua tentativa de decidirem, em nome dos sindicatos e da Federação das Pescas, quem representa essas entidades, que julgo eu, essa proposta não passará, isso não é aceitável em democracia, não poderá passar, mas no que respeita àquilo que o Senhor Deputado Rui Martins refere, nós tivemos essa mesma dúvida e fizemos essa análise e a questão é que não é para nós claro, com toda a certeza, que os pescadores terão direito ao Fundo de Pesca pela ausência do seguro, senão vejamos: as candidaturas ao Fundo de Pesca são instruídas com um conjunto de documentos, inclusive as apólices de seguro. Ou seja, se a candidatura não estiver corretamente instruída e se faltarem documentos, em linguagem corriqueira, o pescador não tem acesso ao Fundo de Pesca porque há documentos em falta, não pode ter acesso e se não tem o seguro, não tem acesso. Parece-nos que é esse o entendimento.

Outra coisa, é o regime sancionatório, ou seja, isso não é uma penalização, é não ter direito a receber o Fundo de Pesca. O regime sancionatório é uma sanção, que é, para além de não receber, há uma sanção sobre o armador e há um conjunto de sanções sobre o armador previstas no 14.º. Ou seja, tal como é normal em qualquer candidatura a qualquer tipo de apoio ou subsídio, seja o que for, se alguém instrui a candidatura com documentos em falta é óbvio que se não os suprir, em prazo legal, não terá direito a essa esse recebimento.

Ora, o que nos parece e depende o nosso sentido de voto desta questão. Se esta matéria não ficar clara e não *vem mal ao mundo*, como o Senhor Deputado disse - se ficar uma certa redundância, mas fica claro, como a água que os pescadores não podem ser prejudicados por uma decisão e por uma responsabilidade que não é sua, de modo algum. Por isso, parece-nos que, para além de não *vir mal ao mundo*, por estar, de certa forma, redundante, parece-nos que dá mais segurança e nós ficamos confortáveis para votar favoravelmente na votação final global.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Relativamente à indicação da composição, ou dos membros que compõem o Conselho Administrativo, aquilo que o diploma pretendia dizer é que, sendo indicado por aquelas entidades, cabe - no caso da federação, dos sindicatos, associações - ao membro do Governo nomear aquele que lhe é indicado, porque de outra forma... É vinculativa a indicação que é feita. Portanto, sempre foi assim entendido, quer dizer, não faria sentido ...

Deputado José Ávila (*PS*): Mas se calhar deveria estar lá o vinculativo!

O Orador: ... chegar a indicação de um sindicato e dizer: “este não queremos, vamos indicar um outro.” Foi isso que presidiu esta redação, pode não ter sido, é conseguida, mas é isto o espírito, só assim é que faz sentido, não é?

Relativamente àquilo que o Senhor Deputado António Lima refere quanto ao facto de não ter os documentos. Os documentos do pescador são cruzados com o rol de matrícula e com aquilo que no período contemplado no Fundo de Pesca, saber se a pessoa naquela altura estava a proceder a descontos para a segurança social e se estava no rol de matrícula daquela embarcação.

O que constata-se é que, se o armador não o declarou, mas se tem os descontos feitos à segurança social e se está no rol de matrícula, é evidente que não pode ser lesado por esse facto. Aliás, porque esses dados são cruzados depois, a nível da administração e, portanto, nunca ficará prejudicado por esse facto, provado que integrava o rol de matrícula e que tem os descontos à previdência.

Portanto, penso que isto é relativamente fácil e é perceptível.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Senhor Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Em relação à questão colocada pelo Bloco de Esquerda e reiterada também pelo Partido Socialista, o Governo já transmitiu o seu entendimento nesta matéria, mas à coligação nós consideramos que a questão é relevante, porque, de facto, não está escrito, é melhor que fique uma integração na redação, que fique apenas no espírito e, portanto, evidentemente, a coligação irá fazer essa

alteração, correspondendo àquela que foi a referência do Bloco de Esquerda e também do Partido Socialista e, portanto, ficará assim, mediante auscultação, com caráter vinculativo, dos sindicatos dos pescadores e da Federação das Pescas dos Açores, respetivamente.

E, portanto, é isso que vamos fazer e, já agora, também nesta alteração também vamos corrigir a questão dos gameleiros.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu diria que, este é o Plenário em que o Senhor Deputado Paulo Estêvão do PPM, ora tem assumes de genialidade, ora se transforma numa criança da quarta classe, com as orelhinhas, para fingir que tudo está a correr bem.

Eu, quando era miúdo, vou-vos contar um segredo, ensaiei, por duas ou três vezes, uma situação dessas lá em casa, até que um dia o meu saudoso pai me disse: “Nuno Barata, olha lá! Se tu pões muitas vezes as orelhinhas para comer palha, tu passas mesmo por ser um animal desses.” E eu aprendi, nessa altura, que a gente não se deve fazer muito de uma coisa que não é, para levar a nossa água ao nosso moinho.

Mas, Senhor Deputado Paulo Estêvão, é verdade que foi o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista, através de uma interpelação, que falaram nisso a primeira vez. O senhor costuma estar atento aos apartes, neste caso não estava. Eu já tinha dito, daqui desta bancada: o que faria Paulo Estêvão, se fosse outro Governo qualquer a escrever uma coisa destas num diploma desta natureza? O que faria?

Deputada Ana Luís (PS): Não era bem visto!

O Orador: Estaria elegantíssimo de tanta greve de fome que iria fazer.

Mas há mais, Senhor Deputado Paulo Estevão, não é só corrigir o n.º 3, é eliminar o n.º 4, porque o n.º 4 encerra no espírito do legislador ...

(Aparte impercetível)

O Orador: Não é bodyshaming, é o mais vil bairrismo, que é uma coisa que nos Açores tem servido a alguns, muito bem servidos, para se fazerem representar nesta Câmara e que o Deputado Nuno Barata, que também já foi acusado desse bairrismo, nunca vai deixar que seja promovido nesta Casa, porque quando chegámos a esta Casa somos deputados da Região, não somos deputados do grupo central, do grupo oriental, ou do grupo ocidental dos Açores, nem há pescadores do grupo central, do grupo oriental, ou do grupo ocidental Açores, o que há é pescadores dos Açores e representantes dos pescadores dos Açores, sejam eles, Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo.

Há associações por todo o lado, não há é o direito de, na Casa da Autonomia, na Casa, que tem obrigação de unir os açorianos, em prol de um bem comum, discriminar açorianos por serem daqui, dali ou dacolá. Isto abre a porta a que amanhã, uma associação da ilha da Graciosa, por exemplo, se oponha a que os pescadores de Rabo de Peixe vão para a Graciosa. Tem acontecido. O nosso papel é fomentar o contrário, não é fomentar isto que se está a passar.

E é neste sentido que eu desafio o Senhor Deputado Paulo Estevão, a corrigir o n.º 3 e também a eliminar o n.º 4, já agora, que deixa o diploma muito mais sensato e muito mais açoriano, do que ele está neste momento. ´

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata, vejo que ainda não esqueceu a minha intervenção do polícia sinaleiro e, só isso, explica a sua alegoria do aluno da quarta classe.

Senhor Deputado, eu não faço aqui de conta que está a correr bem, ou que está a correr mal. Eu aquilo que estou a fazer é, democraticamente, a aceitar as diversas sugestões que são apresentadas pelos diversos grupos, aquelas que me parecem que fazem todo o sentido.

E, nesse sentido, é que eu - passo a redundância - fiz aqui referência a que essas referências serão devidamente consideradas e integradas no texto que estamos a propor. Portanto, isto não é fazer de conta, isto é o espírito democrático que me anima em todas as circunstâncias.

Quero dizer-lhe o seguinte, diz, Vossa Excelência: “Devia estar atento aos apartes.” Bom, isso também é um conjunto de exigências. A mim agora exigem-me tudo. Eu já nem consigo dormir, já nem consigo descansar, exigem-me tudo. Tenho que ouvir e ouço sempre e aprendo muito com tudo o que os senhores deputados dizem, agora, ouvir os apartes é já um conjunto de exigências que já me supera e alguns apartes eu faço até por não ouvir. É melhor não ouvir alguns apartes, porque não trazem nada de interessante e, muitas vezes, até são contraproducentes. Portanto, Senhor Deputado, eu farei o possível, para daqui em diante, estar mais atento ainda aos seus apartes, sendo que, com alguns não se aprende nada, muito pelo contrário.

Agora, Senhor Deputado, em relação ao que referenciou, esse não é, de facto, o espírito da coligação, quando aqui referencia que se deve garantir a representatividade geográfica dos grupos ocidental, central e oriental dos Açores. Repare, o Parlamento dos Açores também assegura a representatividade geográfica de todos os deputados dos Açores. Também está garantido são

eleitos deputados pelo círculo eleitoral do Corvo, ou pelo círculo eleitoral das Flores. Ou seja, os Açores são uma região plural, constituída por várias parcelas territoriais e é bom, o espírito é esse, que todas elas estejam representadas nas diversas instituições e, por isso, o nosso espírito é representar todos, com certeza, de uma forma representativa, de uma forma proporcional, de uma forma em que, evidentemente, há uma dimensão diferente entre a ilha do Corvo e a ilha de São Miguel. A ilha de São Miguel está com outra representatividade, muito superior em muitos fóruns. Mas o que nós devemos fazer e o espírito é esse, é que todos estejam representados em diversas instituições e numa instituição desta, sendo a pesca tão importante para as novas parcelas territoriais da Região Autónoma dos Açores, estarem todos representados é uma mais-valia e essa é uma sugestão que eu discordo, Senhor Deputado, peço-lhe desculpa, mas aí não concordo com Vossa Excelência.

Deputado Carlos Silva (PS): Vai alterar ou não vai alterar?

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 18 horas e 20 minutos.

Senhor Deputado Nuno Barata pede a palavra para?

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Para uma intervenção de um minuto.

Presidente: De um minuto, faça o favor. Está a contar.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Muito rapidamente, só para atentarem os Senhores Deputados, a Câmara em geral que, os representantes dos sindicatos de pescadores passam a ser três, os representantes da Federação das Pescas dos Açores passam a ser 3, pelo menos. Ora, isto é aquilo que nós poderíamos dizer, o Governo está a tentar dividir para reinar.

Presidente: Obrigado.

Vamos então fazer um intervalo e regressamos 18 horas e 20 minutos.

Eram 18 horas e 01 minuto.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 23 minutos.

Vamos continuar os nossos trabalhos. Para o efeito, dou a palavra ao Senhor Deputado Mário Tomé, faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Volto a participar no debate, relativamente a uma proposta de aditamento do ponto sete e oitavo ao artigo 7-A do Bloco de Esquerda e também para dar uma informação, porque de facto este assunto já foi discutido em anteriores Legislaturas e com propostas de alteração e, como nós sabemos, o Fundo de Pesca foi introduzido nos Açores em 2002, através do DLR n.º 16/2002-A, de 10 de maio, resultando, obviamente, da adaptação do decreto-lei nacional e, inicialmente, o que é que se constatou? Só para vos dar um exemplo: as embarcações de pesca têm limite de lotação e, muitas vezes, no caso até das embarcações até 10 metros, os mestres referenciavam no rol de tripulação a totalidade da lotação, isto é, os 10 elementos. Não significa que, do ponto de vista efetivo do exercício da atividade, que sejam 10 elementos, que depois fariam seguros para sete, oito elementos. A solução encontrada com a alteração em 2013 foi, de facto, não permitir que isso acontecesse. Isto é, havia, por razões de atualização da cédula marítima, muitas pessoas que estavam

matriculadas nas embarcações e que não exerciam a atividade da pesca e que eram abrangidas pelo Fundo de Pesca. De forma a evitar estas ilegalidades e existir cada vez mais equidade e justiça, foi introduzida a apólice do seguro e, de facto, numa apólice do seguro comprova-se, de facto, que as pessoas que o devem usufruir, verdadeiramente, são aquelas que recebem o Fundo Pesca.

Obviamente, compreendendo a proposta de alteração do Bloco de Esquerda, que acho que é importante, teríamos a curto prazo de encontrar uma solução para que, de facto, esses armadores... não é a questão da punição, porque eu acho que não compete ao Fundo de Pesca, como entidade de gestão deste fundo, ser entidade fiscalizadora. Para isso, existem outras entidades, como a Autoridade Marítima. Quando o armador faz o rol de tripulação e é submetido a uma vistoria, compete, obviamente, à autoridade marítima verificar durante o ano todo se as condições de segurança a bordo existem, se, de facto, os seguros existem, não compete à entidade gestora de um fundo, digamos, fazer denúncias relativamente a situações que não são da sua competência direta. Agora, obviamente que muitos sabemos como é que isto funciona. Muitas vezes os seguros são feitos por um período de seis meses. Esta alteração para o mês de setembro pode ser, de facto, que abrange não só o mês de dezembro e janeiro, mas contemple o facto das pessoas que estão abrangidas pelo seguro durante estes seis meses. De facto, há uma questão de fundo, que não sei como é que podemos também colaborar e resolver, que tem a ver, obviamente, com o circular dos tripulantes por ano e embarcações durante o ano, o que os impede muitas vezes de não ter acesso ao Fundo de Pesca. Portanto, eu penso que se tem feito, ao longo dos anos, alterações que visam beneficiar cada vez mais e com maior justiça estas pessoas. Agora, de facto, temos que encontrar uma solução para estas situações.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Entretanto, estará eventualmente a dar entrada a proposta de substituição integral, que visa aqui corrigir alguns dos assuntos que já havíamos falado e que decorreram também do debate.

Senhor Deputado Mário Tomé, eu acabei por não perceber, agora nesta sua última intervenção, eu não tenho o mesmo entendimento, não sei se fui eu que não percebi, mas podemos aqui esgrimir esse argumento.

A questão é, o que está na proposta, não é que a entidade gestora faça a fiscalização. O que diz é que os processos que são submetidos à entidade gestora, quando a entidade gestora verifica que não há seguro, ou seja, que há um pescador que está a aceder ao Fundo de pesca, mas que o armador até nem tem seguro, ele não é penalizado, mas deve dar também, é uma forma de dar a notificação. Não vai depois investigar, nem nada, nem vai estar a fiscalizar as embarcações. Agora, se o processo chega, há um documento em falta, esse documento constitui uma irregularidade que penaliza o próprio pescador, porque acaba por não estar segurado, o pescador não vai ser penalizado, porque vai receber na mesma o Fundo de Pesca. A entidade gestora tem a evidência que há algum armador que prevaricou, eu deve dar a notificação a dizer: “Nós recebemos aqui este processo e este senhor não tem seguro” e obviamente depois não irá dar seguimento ao processo.

Mas é esse o entendimento.

Ok, pronto, então acho que estou esclarecido.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

A Mesa neste momento não tem mais inscrições.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado José Ávila, faça um favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Fundo de Pesca, de facto, tem a ver com o rendimento. É acionado, sobretudo, quando há quebra de rendimento.

E quando se fala em rendimento, também tem a ver com a administração dos Portos de Pesca dos Açores.

O Senhor Secretário, ultimamente, tem fomentado a mobilidade de pescadores, curiosamente, eu só tenho assistido esse movimento para a ilha Graciosa. Eu queria perguntar ao Senhor Secretário se é por alguma razão especial?

É porque a Graciosa é uma ilha que tem uma plataforma pequena, embora seja rica. Tem uma plataforma pequena e está neste momento debaixo de uma grande pressão que vai prejudicar no futuro os rendimentos dos pescadores daquela ilha. O exemplo disso é o grande esforço que tem sido feito na pesca da lula, por exemplo, que até junho, já tínhamos 100 toneladas, enquanto habitualmente tínhamos sete, oito toneladas de lulas capturadas. O que quer dizer que há um esforço muito grande, sobretudo, no período de desova, que é, como se sabe, à volta do mês de junho.

O que não vejo também, Senhor Secretário, é mobilidade de pescadores de determinados portos que têm dificuldades, é certo, por crise abundância dos recursos nas suas zonas, não os vejo em outras ilhas. Porquê a Graciosa?

Noutro dia contei oito embarcações fora daquele porto de armamento. É muita embarcação para um porto tão pequeno, ainda para mais, com grandes dificuldades, nomeadamente, na operação da lota.

Eu queria que o Senhor Secretário me explicasse, o que é que a Graciosa tem, que São Jorge não tem? Que as Flores não tem? Que o Corvo não tem? A Graciosa tem melhores condições? Ou vamos continuar a ver tendas montadas em cima do porto para os pescadores viverem? Ou vamos ver a indignidade de ver pescadores a dormir nas casas de aprestos?

Senhor Deputado Jaime Vieira, meu prezado e amigo colega e também autarca de reconhecido valor, eu sei, Senhor Deputado, que o Fundo de Pesca é um direito e o senhor insistiu muito que o Fundo de Pesca é um direito. Esqueceu-se foi de dizer que o Fundo de Pesca já é um direito desde 2002, felizmente, por isso é que o Estado a região já investi mais de seis milhões de euros neste mecanismo.

Relativamente, àquilo que o senhor disse, que agora é que era, que agora é que o setor das pescas ia evoluir, perguntava-lhe se 1,33€ por dia vai fazer a diferença?

E também, Senhor Deputado, por último, e para não abordar mais questões que às vezes era preciso abordar, porque o tempo também escasseia, queria-lhe dizer, Senhor Deputado, o senhor está cheio de sorte. O senhor tem ferrugem nas gruas. Pois, o PS quando chegou ao Governo não havia gruas com ferrugem. Sabe porquê? Porque não havia gruas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Essa foi uma intervenção sobre política de pescas que extravasou, e muito, o objeto do nosso debate.

Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A intervenção do Senhor Deputado José Ávila, na nossa opinião, é descontextualizada daquilo que aqui estamos hoje a tratar, que é precisamente um diploma sobre o Fundo de Pesca e relativamente ao Porto da Graciosa, recomendar que o senhor deputado leia o regulamento do porto, que se encontra afixado no mesmo e que estabelece a possibilidade ou a capacidade de atracagem, de estacionamento em seco e em molhado das embarcações que não tem porto de armamento, na ilha Graciosa. Portanto, esse regulamento foi emitido depois de ter sido devidamente negociado com a associação, com as entidades responsáveis, ou melhor, que têm opinião a dar sobre a segurança no porto e é isso que está em vigor, Senhor Deputado, nada mais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Senhor Deputado José Ávila, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Ávila** (*PS*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário Regional das Pescas, eu lamento dizer-lhe, mas o senhor teve dois regulamentos de pesca, com um intervalo de duas semanas. Teve um primeiro que foi retificado num segundo, depois das declarações de um Presidente de Junta de uma das freguesias dos Açores. O senhor alterou, com base numa reunião em que estiveram presentes quatro armadores, Senhor Secretário. Isso não representa os 38 armadores que a Graciosa tem. Portanto, é preciso ter mais cuidado com aquilo que se faz e o senhor vai ser chamado

quando as pescas na Graciosa passarem por uma crise que vai ser muito em breve, Senhor Secretário, infelizmente.

Eu só lhe dou um exemplo, Senhor Secretário, para esclarecê-lo: em 2021 capturou-se na Graciosa sete toneladas de lula, até junho. Em 2022, oito toneladas. O senhor sabe que já ultrapassámos as 100 toneladas em 2023? O senhor sabe o que é que isto quer dizer, neste momento que o senhor anda, e bem, a tratar de questões das reservas, embora o método que anda a utilizar, eu não esteja de acordo e também há muita gente que não está de acordo, nomeadamente as associações, muitas delas, nem sabem o que é que está a acontecer. Queria-lhe queria lhe dizer que...

(Aparte impercetível)

O Orador: Ó Senhor Deputado João Bruto da Costa, o senhor inscreva-se, o senhor venha ao debate, fale na Graciosa, na minha ilha, que também talvez é sua. Ultimamente tem andado esquecida, da sua parte, mas eu aqui continuo a interessar-me pela minha ilha e enquanto houver este tipo de exploração dos recursos da minha ilha, eu vou ficar sempre preocupado.

A melhor reserva que é Graciosa tem ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sempre é uma palavra muito difícil!

O Orador: O Senhor Deputado não me deixa falar!

A melhor reserva que a Graciosa tem é o método que os pescadores utilizam para pescar é, sobretudo, a linha de mão. E o senhor sabe que não é isso que está a acontecer agora. Agora o que está o agora? O que está a acontecer é sobre-exploração do mar da Graciosa e daqui uns dias vamos ter problemas e eu espero que cada um assumo os seus.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Jaime Vieira, faça o favor.

Espero que seja para falar de Fundopesca, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigada, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria dizer, caro amigo e Deputado José Ávila, que esse tipo de discurso, nesta Casa, quando há pouco alguém e o Senhor Deputado da Iniciativa Liberal referia mesmo isso, quando dizia que somos todos Açores, esse tipo de discurso aqui nesta Casa, acho que não abona nada ...

Deputado José Ávila (PS): Pois não!

O Orador: ... aquilo que nós queremos falar dos Açores em uma só voz. Tentar colocar ilhas contra ilhas, eu julgo que não é a melhor opção, nesta altura do campeonato.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Por isso, Senhor Presidente, e respeitando esta Casa e respeitando também aquilo que é tentar falar uma só voz e respondendo também ao Senhor Deputado José Ávila, é verdade que é apenas um aumento de 1,33€, mas também é verdade que as alterações introduzidas neste documento agora, também vão permitir que o mesmo seja acionado muito mais vezes e quando os pescadores assim o necessitarem.

E esta é uma das grandes conquistas deste documento, por isso, costumo dizer que, antes de dar pequenos passos, do que passos nenhuns, e isto é aquilo que quero dizer e afirmar hoje.

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas antes não era assim!

O Orador: Senhora Deputada, a sociedade é dinâmica e nós temos que nos adaptar a ela e aquilo que nós estamos a fazer é mesmo a adaptação à dinâmica da sociedade, porque, como eu já referi, cada vez mais na pesca, e isso tem sido uma realidade, os preços têm vindo a aumentar. Tem vindo a aumentar, não só devido às políticas também da Secretaria, mas também às políticas de transporte que, por exemplo, fazem com que o peixe chegue muito mais rápido ao destino e fresco, e essa é uma da realidade que vos custa aceitar.

Obrigada, Senhor Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.
Senhor Deputado tem extremamente pouco tempo.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, peço que dispense os cumprimentos, porque tem mesmo muito pouco tempo.

Eu alerto a coligação para a proposta de alteração que fez, que não tem esse exequibilidade prática. Os senhores, por exemplo, dizem que o Conselho Administrativo do Fundo de Pesca terá um representante dos sindicatos, que nos Açores são dois. Podem ser três no futuro, um, quatro, nós não sabemos.

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: Termino já.

Mas, depois diz que, a seguir, a audição tem caráter vinculativo. De qual dos sindicatos?

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Espero que com a mesma tolerância que o Senhor Deputado António Lima dizer-lhe que, em relação ao mundo sindical, está muito enganado, porque há sempre uma rotação entre os sindicatos e em que os sindicatos estão de acordo e estabelecem essa rotação de forma negociada e dialogada e, portanto, nunca existiu ...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: ... eu não tenho conhecimento, nunca existiu nenhum problema, quer com este Governo, quer no governo anterior, no âmbito da indicação daqueles que são os seus representantes.

Presidente: Muito obrigado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação.

Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Apenas deixar claro voz, após a intervenção do Senhor Deputado José Ávila, de que, enquanto Secretário Regional do Mar e das Pescas, sou de todo o arquipélago e não apenas como Senhor Deputado, é deputado pelo círculo eleitoral da ilha Graciosa.

Portanto, deixar claro também, por outro lado, que não andei a alterar regulamentos sem serem consensualizados com a associação representativa dos trabalhadores ...

Deputado José Ávila (*PS*): Quatro!

O Orador: Desculpe, se são quatro, se são cinco ou são seis, tratei com a Associação dos Armadores da Graciosa e, portanto, pensamos nós, terem eles legitimidade, para intervir em todo este processo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Vamos votar ou há mais intervenções?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação.

Vamos votar a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 59/XII, 2ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013-A, de 17 de outubro, que

estabelece o regime jurídico do Fundo de compensação salarial dos profissionais da pesca dos Açores.

Vamos votar na generalidade:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra, façam o favor de sentar;

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 59/XI foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do CH, 1 do IL, 1 do PAN, um do Deputado Independente e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Debate e votação na especialidade.

Pergunto se há alguma inscrição para o debate na especialidade?

(Pausa)

Não havendo, vamos votar o primeiro artigo do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O primeiro artigo do diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao segundo artigo do diploma. A primeira proposta de aditamento é efetuada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, proposta de aditamento da alínea c) do n.º1, do artigo 4.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Senhor Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Eu acho que nós não votamos o artigo segundo e o terceiro, votámos só primeiro.

Presidente: Eles fazem parte do artigo 2.º do diploma, pensava eu que podíamos votar em conjunto. Votávamos as alterações e depois votaríamos o artigo segundo do diploma.

Depois, se quiserem alguma votação em separado, é só pedir.

Proposta de aditamento da alínea c), do número 2 ao artigo 4.º, proposta também efetuada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 5.º do diploma que estamos a alterar.

Primeira proposta de alteração é uma proposta de alteração de aditamento das subalíneas i), ii), iii) e iv). É feita pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão:

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração de aditamento foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

Dois votos contra do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Tendo sido aprovada esta proposta, fica prejudicada a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda à mesma alínea e ao menos n.º 1, do artigo 5.º.

Passamos ao artigo ...

Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Para uma interpelação.

Tendo em conta a interpretação que a Mesa faz, de que, eu tinha percebido que estávamos a votar apenas os aditamentos dos pontos 1, 2, 3 e 4 e que iríamos votar a seguir a alínea a), sendo assim, tendo em conta que a Mesa interpreta como prejudicada a nossa aposta de alteração, solicitamos a repetição da votação, porque naturalmente temos uma proposta que preferíamos votar favoravelmente.

Presidente: Então vamos repetir a votação.

Está à votação a proposta apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM de alteração com aditamento das sub alíneas i), ii), iii) e iv):

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão:

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Volta a confirmar-se o mesmo resultado: 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

Dois votos contra do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Está assim prejudicada a proposta do Bloco de Esquerda efetuada para a mesma alínea a) do n.º 1, do artigo 5.º.

Eu não sei se os senhores preferem que se vá votando também os artigos que estão no diploma que estamos a alterar?

Eu estava a pensar votá-los em conjunto.

Então passamos a próxima proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, que faz uma proposta de alteração ao n.º 1, do artigo 7-A: As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento do n.º 7, apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 7.º-A.

Há duas propostas de aditamento, 7 e 8. Posso votá-las em conjunto, ou é melhor em separado? Pode ser em conjunto?

Então há duas propostas do Bloco de Esquerda de aditamento do número 7 e do número 8, ao artigo 7.º-A:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM.

2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 do CHEGA, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Próximas propostas de alteração efetuadas pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, alteração das alíneas d) e e) do n.º 2 do artigo 8.º.

Senhor Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Faço uma intervenção para solicitar os esclarecimentos aos proponentes e para justificar se há alguma confusão nossa, se é de facto assim, porque é que passam de três representantes dos trabalhadores, na alínea d, por exemplo, para um representante dos sindicatos dos pescadores? Mesmo que somemos o representante das associações, passam de três para dois e, portanto, porque é que fazem essa alteração? O que é que justifica que haja essa redução na representatividade dos trabalhadores?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Jaime Vieira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Membros do Governo:

Relativamente ao ponto e à dúvida trazida aqui pelo Deputado Carlos Silva, acima de tudo e ouvindo também o setor, aquilo que este documento procura, e uma vez que há também dois sindicatos dos pescadores, aquilo que nós pretendemos com essa alteração é que toda a gente fique representada e foi isso também um dos pedidos da Federação da Federação das Pescas, porque na altura, apenas o Sindicato dos Pescadores de São Miguel é que estava representado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado, aquilo que aqui está é uma redução da representatividade dos pescadores. Passa de três para um, mesmo que queiramos considerar a associação de pescadores, continua a haver uma redução.

É esse o objetivo da proposta da coligação, é reduzir a representatividade dos pescadores.

Presidente: Senhor Deputado Jaime Vieira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Membros, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Aquilo que nós queremos é ter representatividade do máximo das associações e, neste sentido,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas está a reduzir ?!

O Orador: Estamos a reduzir o número, mas os sindicatos continuam a estar representados e, para nós, o que interessa é haver um elemento de cada associação e de cada sindicato.

Deputada Andreia Cardoso (PS): A intensidade do órgão diminui!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Vamos avançar nas nossas votações.

Senhor Deputado Rui Martins, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

No nosso entendimento, eu confesso que não tinha percebido a dúvida, mas o nosso entendimento é que aqui no diploma diz efetivamente três representantes dos trabalhadores e a nossa proposta é uniformizar. Temos um representante do Sindicato dos Pescadores e temos outro que é das Associações de Pescadores. Reduz o número efetivamente, só que a diferença, o que nós consideramos...

(Apartes impercetíveis)

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados.

O Orador: Eu compreendo qual é que é a dúvida do Partido Socialista, ...

Presidente: Senhor Deputado Rui Martins, faça favor.

Senhoras e Senhores Deputados, vamos permitir ...

Efetivamente os votos são em número, mas a redação anterior dizia apenas: *representantes dos trabalhadores da pesca* e nós, ao colocarmos um representante dos sindicatos e outro das associações, consideramos que abrange efetivamente os setores, pese embora, haja menos um voto dos trabalhadores.

Deputada Ana Luís (PS): É menos um voto na representatividade dos trabalhadores!

O Orador: Isso é factual, só que o que nós consideramos é que a diferença na redação em vigor são três trabalhadores que não especifica. Podiam ser três do sindicato, são trabalhadores e o que nós consideramos é que, por uma questão de uniformização, fica um representante dos sindicatos e outro das associações e são na mesma pescadores.

Eu compreendo e é pertinente a pergunta do Partido Socialista, não é isso que está em causa, mas efetivamente, e termino, o nosso entendimento e peço desculpa ...

Presidente: Termina, tem que terminar mesmo. Estava distraído.

O Orador: ... o nosso entendimento é que assim há uma uniformização, distribuindo pelas associações e sindicatos representativos do setor.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Mais alguma inscrição?

(Pausa)

Vamos avançar para a votação da proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM. Alteração das alíneas d) e e), do n.º 2, do artigo 8.º.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Quero votar em separado as alíneas.

Presidente: Vamos votar primeiro a alínea d), do número 2 do artigo 8.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração da alínea d), do número 2 do artigo 8.º foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, 3 CDS-PP, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do IL, 1 do Deputado Independente.

24 votos contra do PS, 2 do Bloco de Esquerda e uma abstenção do PAN.

Presidente: Vamos votar agora a alínea e), a alteração proposta pelo PSD, pelo CDS-PP, e PPM, ao n.º2, do artigo 8.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração da alínea e) foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do IL, 1 do Deputado Independente.

2 votos contra do Bloco de Esquerda e uma abstenção do PAN.

Presidente: Coloco agora à votação as proposta de aditamento das alíneas f) e g), ao n.º 2 do artigo 8.º, proposta também efetuada pelo PSD, CDS-PP e PPM.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento adas alíneas f) e g) foram aprovadas com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do IL, 1 do Deputado Independente.

2 votos contra do Bloco de Esquerda e uma abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP, e PPM, ao n.º3, do artigo 8.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar;

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao n.º3, do artigo 8.º foi aprovada com 24

votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do IL, 1 do Deputado Independente.

1 voto contra do PAN e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do n.º 4 apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao art.º 8.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar;
Senhor Deputado Carlos Silva, faz favor.

Deputado Carlos Silva (PS): Pode repetir a votação, se faz o favor?

Presidente: Posso, sim senhor, deste aditamento.

Está à votação a proposta de aditamento do n.º 4, do artigo 8.º., proposta pelo PSD, CDS-PP e PPM:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, 3 CDS-PP, 2 do PPM, 1 do Deputado Independente.

2 votos contra Bloco de Esquerda, 1 do IL, 1 do PAN e 24 abstenções do PS.

Presidente: Vamos votar agora o art.º 2.º do diploma, que inclui propostas de alteração a vários artigos do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra, façam o favor se sentar;

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo segundo foi aprovado com 24 votos a favor do PSD, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Os artigos 3.º, 4.º e 5.º não têm propostas de alteração.

Pergunta à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Artigos do diploma da proposta do Governo, posso?

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: Os artigos 3.º, 4.º e 5.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do PSD, do CDS-PP e do PPM ao artigo 6.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração ao artigo 6.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o artigo 6.º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo 6.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Senhora e Senhor Deputado se abstém, façam o favor se sentar.

Secretário: A proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 59/XII foi aprovada com 24 votos a favor do PS, do 20 do PSD 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Senhor Deputado António Lima, para uma declaração de voto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Muito brevemente, como tínhamos anunciado, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda absteve-se nesta proposta de decreto legislativo regional, porque, lamentavelmente não se clarificou na proposta que quem não tem responsabilidade por não ter seguro, que são os trabalhadores da pesca, não deve ser penalizado no seu recebimento. Ou seja, perdeu-se mais uma oportunidade e mais uma vez, e ao contrário do que, quem agora governa, tinha defendido no passado, de se resolver um problema com a justificação eventual de que este problema se deve a eventuais abusos que possam existir.

Ora, os abusos resolvem-se com fiscalização, resolvem-se com regras. Não se resolvem penalizando quem não tem responsabilidade. Este é um problema que se irá manter e se efetivamente esta proposta resolvesse o problema da penalização dos pescadores, por falta de seguro, como diziam os proponentes, então a proposta do Bloco de Esquerda que clarificava esse aspeto teria sido aprovada. Não foi aprovada, o que quer dizer que o problema manter-se-á e, nesse sentido, nós não poderíamos votar favoravelmente, porque esta tinha sido e é uma questão de princípio, desde há vários anos, da parte do Bloco de Esquerda.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Senhor Deputado José Ávila, faça favor.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Esta, de facto, foi uma alteração a um diploma que esteve nesta Casa em 2016 e que foi preparado por todos os partidos que aqui se faziam representar e, por isso, foi um diploma consensual, houve cedências de parte a parte e tinha sido consensual.

No entanto, achamos que, apesar de termos votado favoravelmente esta iniciativa do Governo, achamos que há aqui uma clara diminuição da representação dos trabalhadores da pesca e isso, quanto a nós, é negativo e mancha este diploma e não tinha havido necessidade disso.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Está a ver, Senhor Deputado Nuno Barata, e peço desculpa, não posso referir-me na declaração de voto a outros deputados, mas eu tinha boas indicações de que o diploma seria aprovado, por ampla maioria dos deputados desta Casa. Apesar de Vossa Excelência ter muito mais experiência do que eu, já cá está desde a Legislatura 96 a 2000...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Como? Isso não é verdade, está cá intermitentemente. Assim já está correto.

Mas, Senhor Presidente, estava eu a dizer que a, apesar da minha menor experiência, eu tenho tido a percepção de que, pelas declarações proferidas pelos diferentes grupos parlamentares que este diploma apresentado pelo Governo recolheria um amplo apoio.

E esse apoio mede-se sempre pela votação final, e a verdade é que todos os grupos e representações parlamentares e o Senhor Deputado Independente votaram favoravelmente e que não teve, com exceção do Bloco de Esquerda, que o diploma não teve nenhum voto contra.

Portanto, é uma ampla maioria que, aliás, com justiça devo dizer, que é natural que assim suceda, porque a base deste diploma é anterior e tinha sido consensualizada em anterior Legislatura e, portanto, nesse sentido, já significa uma visão, à partida, mais consensualizada, em relação a este instrumento.

Por isso é que a percepção não estava errada. Há avanços e há avanços significativos nesta matéria, mas eu quero, muito sinteticamente, referir apenas um, porque todos os outros temas já foram debatidos, que é o facto de o Governo trazer aqui um diploma que consensualizou amplamente no âmbito deste setor. Isso é muito importante, ou seja, ouviu, consensualizou com os agentes do setor e a modificação que aqui se fez foi largamente consensualizada e isso é importante num setor como as pescas, em que é fundamental que exista um esforço, uma consensualização de posições, no sentido continuar a melhorar um setor, que é um setor estratégico para a Região Autónoma dos Açores e em que estas melhorias que se têm vindo a acentuar, são fundamentais para que cresça o rendimento dos pescadores e as sua exposição perante fenómenos climáticos possa ser menor e é isso que se consegue neste diploma.

Portanto, eu penso que o Governo está de parabéns, os pescadores também e esta Câmara pela aprovação, quase unânime, deste diploma.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Têm menos representantes mas estão de parabéns!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Membros do Governo:

Hoje, com a aprovação deste diploma deu-se mais um passo importante, rumo àquilo que nós pretendemos, que é dignificação do setor das pescas.

Este é um documento que representa uma vitória. Uma vitória não para o Governo, uma vitória não para os partidos que o apoiam, mas para os pescadores. Logicamente que há preocupações que nós também, comungamos delas e que, efetivamente, o diploma vai dar a resposta efetiva, no que diz respeito, por exemplo, à questão dos pescadores que na altura da candidatura não tiverem seguro, o diploma é claro e vai abarcar estes mesmo pescadores.

Neste sentido, quero dizer que fizemos com convicção, acreditamos que ele será extremamente importante para o setor e mesmo naquilo que defende o Partido Socialista, que vai haver uma perca de representatividade dos pescadores, nada muda porque continuamos 4 elementos do Governo Regional e 4 elementos do setor. Aliás, foi um documento que ouvimos e acedemos a todos os pedidos de alteração, por parte do setor das pescas, por isso, esse documento é muito do próprio setor das pescas nos Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Não havendo mais manifestações para declarações de voto, vamos avançar para o ponto 9 da nossa Agenda - Projeto de Resolução n.º 165/XII, a promoção do livro e da leitura na Região Autónoma dos Açores, como uma das estratégias de combate à pobreza e à exclusão social. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS. Para a sua apresentação tem a palavra a Senhora Deputada Marta Matos.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Obrigada, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista já fez a apresentação desta iniciativa no plenário do passado mês de maio. De qualquer forma, aproveito a oportunidade para relembrar a Câmara de forma breve, aqueles que são os seus pressupostos essenciais.

O programa Ler Açores foi um programa criado pelo anterior Governo do Partido Socialista e com uma missão e um objetivo primordial de promover o livro e a leitura na nossa Região.

Foi um programa criado no âmbito de uma visão e de uma estratégia alargada e transversal, reunindo o plano regional de leitura, a rede de leitura pública e a rede regional de bibliotecas escolares, num programa unificado, articulado com a estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social e com o ProSucesso, rentabilizando os recursos pré-existentes ao congregar os projetos desenvolvidos pelas três bibliotecas públicas, pelas bibliotecas escolares e pelas bibliotecas municipais, alargado aos museus regionais e de ilha, às IPSS's e casas do povo, às sociedades recreativas e filarmónicas e envolvendo a sociedade açoriana.

Foi um programa criado para se estender a médio prazo, com horizonte 2030 e com este propósito primordial de criar as condições para que todos os açorianos e todas as açorianas das nove ilhas da nossa Região, de todos os estratos sociais da população, de todas as idades, desde os mais jovens, aos menos jovens, pudessem contactar com o livro e com a leitura. No entanto, decorridos praticamente três anos desta governação, não existem evidências de operacionalização deste programa e não se conhecem as ações desenvolvidas pelo Governo Regional, no sentido de estimular as práticas de leitura entre todos os açorianos, porque para o Partido Socialista ler continua a ser uma ferramenta essencial no combate à desinformação, no combate ao insucesso, no combate à exclusão social, uma ferramenta essencial na construção de uma cidadania ativa, plena e responsável.

Aquilo que nós propomos com este projeto de resolução é precisamente que o atual Governo dê sequência e operacionalize efetivamente o programa Ler Açores, em tempo de ser eficaz o seu desenvolvimento no ano letivo 2023-2024 e que, para além disso, atualize no portal da educação a informação relativa a este programa, onde, por exemplo, e ao contrário daquilo que foi afirmado pela Senhora Secretária, em comissão, a última lista de livros recomendados disponível, continua a ser a lista relativa ao ano letivo 2020-2021.

Obrigada, Senhor Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhora Deputada Nídia Inácio.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo: O projeto de resolução apresentado pelo PS, a promoção do livro e da leitura na Região Autónoma dos Açores, como uma das estratégias de combate à pobreza e à exclusão social. No projeto, é referido que ler é uma das formas mais eficientes de adquirir conhecimento. Uma das melhores formas de combate, inclusivamente, ao insucesso, ao desinteresse e à desinformação.

Eu acrescento: ler estimula o raciocínio, a concentração, aumenta a imaginação, o vocabulário, desenvolve o pensamento crítico e a criatividade. A leitura realmente proporciona liberdade de pensamento.

A leitura é uma estratégia que contribui para o combate à pobreza e à exclusão, certíssimo.

As bibliotecas escolares: é preciso lembrar que, com este Governo todas as bibliotecas das unidades orgânicas da Região Autónoma dos Açores passaram a pertencer à rede regional de bibliotecas escolares, ao contrário do que acontecia anteriormente, em que os critérios eram tão restritivos, havendo na altura apenas 21 bibliotecas escolares, integradas na rede regional de bibliotecas escolares.

Para estas bibliotecas, atualmente, foram adquiridos cerca de um milhar de livros. Foram admitidos mais 42 livros ao plano regional da leitura, no ano de 2022-2023.

As bibliotecas escolares continuam a realizar um trabalho de excelência para toda a comunidade educativa. Dão provas do seu dinamismo, executam inúmeras atividades, ao nível da literacia, da leitura, encontros com escritores, fazem a hora do conto, promovem oficinas do livro, fazem o empréstimo do livro, adquirem obras de escritores açorianos e não só, também fazem

intercâmbios com as bibliotecas regionais e com as bibliotecas municipais e muitas delas participam em concursos de âmbito regional e nacional. Relembro, no mês passado, Catarina Costa foi agraciada aqui nesta Casa, uma aluna da Escola Básica e Integrada dos Biscoitos, que conquistou o primeiro lugar na fase nacional do concurso nacional de leitura, em Torres Vedras.

As bibliotecas escolares regionais e municipais continuam a elaborar os seus planos de atividades e respetivos relatórios, continuam a trabalhar afincadamente em prol da comunidade.

Estamos a trabalhar no combate à pobreza e à exclusão social com as bibliotecas escolares, mas sobre esta matéria, muito mais tem sido feito.

Todos nós sabemos que a pobreza é uma situação alarmante, é intolerável e uma grave ameaça aos direitos humanos fundamentais.

A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável define as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030 e procura mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns.

Dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, o primeiro é a erradicação da pobreza e esta ação deve ser acompanhada de estratégias que melhorem a saúde, a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento económico, ao mesmo tempo que combatem as alterações climáticas e preservam os ecossistemas.

O legado que o Governo do PS deixou não é uma boa referência, no que diz respeito à pobreza e à exclusão social nos Açores, mas este Governo de Coligação está a trabalhar para diminuir a taxa de exclusão nos Açores.

Este Governo de Coligação implementou diferentes medidas, a fim de combater a pobreza e tornar a vida dos açorianos melhor. Está a trabalhar com pessoas e para as pessoas. Primeiro, ouve os açorianos; segundo, conhece o terreno; terceiro, age no terreno, Senhor Deputado João Costa. Age depois de ouvir e conhecer o terreno.

E relembre o que já fizemos pelos açorianos, a fim de mitigar a pobreza nos Açores: a implementação do programa Nascer Mais, o apoio à natalidade, o aumento do número de vagas em creche e catl, com vista a assegurar as necessidades das famílias.

O Governo Regional, este ano, assegurou a abertura de mais 444 vagas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Atualmente, temos na Região Autónoma dos Açores 3.556 vagas gratuitas em creches.

Contrariamente, em Portugal continental, infelizmente, as famílias estão a viver um problema muito sério, ...

Deputada Ana Luís (PS): E aqui não?!

A Oradora: ... falta de vagas nas creches. Já temos famílias a ponderarem ficar em casa para cuidar dos filhos e assim ficam com problemas no rendimento mensal, para fazer face às despesas familiares. Creches e amas grátis através do regime de isenção para todos os escalões.

Senhor Deputado João Costa e por que razão falo nisso? Porque, também por essa via, a garantia de termos mais crianças, desde tenra idade, em contato com os livros, a serem estimuladas para a leitura, acompanhadas por educadores de infância e outros profissionais de educação.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Mas mais, este Governo também implementou os pontos de apoio ao estudo, tendo há dias aprovado uma resolução que visa a aquisição de serviços de implementação de pontos de apoio ao estudo, pelo período de 36

meses, através de concurso público, com um preço de base de 2,2 milhões de euros.

Mais, este Governo promoveu o Programa de Mérito.

Implementação do programa de apoio ao pagamento das propinas e estudantes do ensino superior, implementação do programa de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior.

São os apoios sociais deste Governo Regional da Coligação que estão a reduzir a pobreza nos Açores, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Alexandra Manes (BE): Ninguém diria!

A Oradora: ... através de uma política de proximidade.

O programa Ler Açores é também uma estratégia para o combate à pobreza.

Ainda que no portal da educação dos Açores, falte atualizar a lista de publicações do ano de 2022-2023 ...

Deputada Ana Luís (PS): Não é só! É em várias áreas!

A Oradora: ...e que o programa esteja a ser revisto, devido à não adequação das faixas etárias a que se destina o plano regional de leitura, a verdade é que as nossas bibliotecas nunca pararam de trabalhar e de dinamizar um vasto conjunto de atividades para todas as faixas etárias. Há, de facto, uma outra preocupação que deve merecer reflexão e que decorre da aferição da população que está inscrita nas bibliotecas regionais, mas mesmo não tendo atingido a percentagem que gostaríamos, a realidade é que as bibliotecas dão nota de um acréscimo de livros requisitados para empréstimo domiciliário.

Na próxima reunião do Conselho Regional de Cultura serão tratados os assuntos que foram alvo de reflexão.

Sim, porque agora, com este Governo, este órgão ganhou novas funções. Uma vez era abundantemente utilizado como um órgão para apresentação apenas de legislação, sem haver, de facto, espaço para o devido aconselhamento. Agora, é

diferente e todos trabalham em conjunto e têm em conta os contributos dos parceiros que estão no terreno.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É assim que este Governo trabalha.

Saibamos todos estar unidos e confiantes nesta função de bem servir a população dos Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhora Deputada Alexandra Manes tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo. Numa entrevista, Paulo Freire aponta para a importância da leitura, referindo: "(...) eu não leio para formar-me; eu me formo também lendo..." E esta referência deste famoso pedagogo, resume de forma exemplar a importância da leitura no crescimento e formação da pessoa como sujeito ativo na construção como pessoa.

A prática da leitura atravessa as nossas relações com o outro e com o mundo. Experienciamos, conhecemos e interpretamos com um quadro conceptual que se enriquece a cada frase.

Quando alguém lê, não está apenas traduzindo o que um autor quis dizer, e sim construindo sentido e significado, a partir do material que o autor fornece. Encontramos um ponto de partida e construímos conhecimento a partir da bagagem e das vivências que ele próprio carrega.

A leitura dá acesso a uma variedade de informações, possibilitando múltiplas experiências sociais e culturais, colocando-nos em contato com as nossas emoções, percepções sobre o mundo, sobre o outro e sobre nós mesmos.

No entanto, o hábito de leitura não está presente em todas famílias por várias razões. Um delas é claramente a impossibilidade económica para a sua aquisição, pois numa região pobre, marcada pela prática do ordenado mínimo e pela precariedade, a escolha do pagamento das contas mensais e a comida na mesa, o livro é colocado de lado. E não são os livros que são caros, são as pessoas que ganham mal.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas os livros também são bem caros!

A Oradora: A proposta aqui em debate permite, sem olhar a estratificações, permite que todas as pessoas, de todas as idades, possam ter acesso a livros, criando esse hábito.

Para além disso, e num período marcado pelas notícias falsas (fake news), o hábito da leitura permite que todas pessoas desenvolvam competências para filtrar a informação e saber distinguir aquilo que algumas pessoas entendem fazer passar como verdades.

Basta consultar o site do Governo Regional para perceber o desrespeito que o programa LER Açores é alvo, por parte do atual Governo. Sem qualquer vestígio da sua operacionalização.

Senhora Deputada Nídia Inácio, com todo o respeito, parece-me que não viu que essa proposta se dirige a várias faixas etárias, tem vários públicos-alvo e não só a infantil. E, Senhora Deputada, já existem vários equipamentos que permitem uma leitura, sem recorrer ao abate de árvores, mas registei com agrado a preocupação com o ambiente e mais tarde, lembrarei disso.

E agora passo mostrar aqui o que podemos encontrar no site do Governo Regional, relativamente aos livros recomendados: Não foram encontrados resultados.

Plano Regional de Leitura, pasmem-se, não foram encontrados resultados.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não devia ter abatido essas árvores!

Deputada Délia Melo (PSD): Não fez bem a pesquisa!

A Oradora: Senhoras e Senhores Deputados, não é o meu computador, recorri a vários computadores para me certificar que não seria o meu computador com algum atrito convosco.

A verdade é que o respeito pela leitura nesta Região é este: Não foram encontrados resultados!

Relativamente aos indicadores sociais, dos quais a Senhora Deputada Nídia Inácio referiu, Senhora Deputada, permita-me que lhe diga, mas a senhora está num estado tal, de negação, ou então não está atualizada nos últimos indicadores.

E, por questões partidárias, ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, parece que estão crianças, jovens e pessoas adultas a serem privadas deste programa.

A presente proposta, como já devem ter percebido, tem o apoio do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra a Senhora Deputada Célia Pereira.

(*) **Deputada Célia Pereira (PS):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Esta manhã ouvimos aqui o Senhor Presidente do Governo Regional, de certa forma, a assumir que está aberta a campanha e, portanto, a Senhora Deputada Nídia, na sua intervenção, deu continuidade a essa campanha, porque, mais do que falar do da proposta de resolução e do programa Ler Açores fez, sobretudo, campanha das medidas do Governo.

Mas, Senhora Deputada, lembro-lhe aqui, a propósito do programa ler Açores, que em fevereiro de 2022, o PSD Açores afirmava que queria apostar na

educação para acabar com os piores indicadores sociais. Nesse mesmo mês de fevereiro e para essa ocasião, o sociólogo e investigador Professor da Universidade dos Açores, Fernando Diogo, alertou para a estagnação da taxa de abandono escolar precoce da educação e formação entre os 18 e 24 anos, nos Açores, que já é mais alta da Europa e que aumentou de 23.2, referente a 2020, para 26.5, referente a 2021 e sobre 2022 ainda desconhecemos este indicador.

Foi-nos também referido e assumido, repetidamente, aqui nesta Câmara, e a propósito da educação e da luta contra a pobreza, que efetivamente e agora cito palavras do Senhor Vice-Presidente: "Só há uma fórmula para sair da pobreza, que é a educação e é a aposta que o Governo está a fazer." Quando temos um programa? Que é ambicioso.

Que está diretamente relacionado com a promoção do sucesso escolar que passa, como todos concordamos, pela leitura, pela literacia, independentemente, da idade. Que tem nessa inovação a grande estratégia de conseguir unir no mesmo objetivo, uma rede de instituições e de recursos da Região no mesmo propósito. Que tem a grande ambição de atuar em rede, de forma integrada e articulada, também, não apenas ao nível da educação, como ao nível do combate à pobreza, estando também referenciado na estratégia de luta contra a pobreza. Como é que podem - esta é a pergunta que lhe faço, Senhora Secretária, deixar cair este programa? Porque não é desculpa para o facto de o mesmo não estar a ser operacionalizado com a força motriz que merece, o facto de ter que ser revisto os escalões etários da seleção de livros. Todo este programa estava pensado, definido e de forma estratégica, pronto a ser operacionalizado, em que cada uma das entidades parceiras, em cada um dos setores, sabia exatamente aquilo que lhe competia e para aquilo que estava mobilizado.

A Senhora Deputada Nídia referiu que as bibliotecas continuam, de forma exemplar, a fazer o seu papel, implementando os seus planos de atividade. É um facto e o plano de atividades do programa Ler Açores, que é feito dele? Quem é que o conhece? O que é que está a ser feito? Em que medidas e com que meios é que está a ser articulado, de forma integrada, com a estratégia de luta contra a pobreza, com a diversidade de instituições que estão mobilizadas para o mesmo?

São estas as respostas que nós queremos ouvir da Senhora Secretária Regional. É por esta falta de informação e por esta falta de operacionalização, que o Partido Socialista traz, hoje, a esta Casa, esta proposta de resolução.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM informa que vamos votar favoravelmente esta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Em primeiro lugar, é preciso aqui...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Soou-me a ameaça!

O Orador: Soou a ameaça? Eu digo que vou votar a favor.

Realmente!

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, depois explique-me então a ameaça de quem diz que vai votar favoravelmente. Quem afirma aqui nesta neste Hemiciclo que vai votar favoravelmente. O Partido Socialista, nesta Legislatura, habituou-se a ficar sozinho, agora não quer companhia, nem no Plano de Leitura pode ter companhia.

Eu acho é que, em relação a esta matéria, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, já que iniciámos esta conversa, o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, levou algum tempo a perceber que o Programa Ler Açores era importante, porque a data em que foi implementado, veja bem, em resolução do Conselho de Governo é de 28 de maio de 2020, estava Vossa Excelência quase a fazer as malas para sair do Governo Regional.

E, por isso, depois de 24 anos de poder, foi muito tempo para perceber realmente a importância de um programa deste tipo. Devo dizer com justiça, enquanto ex-presidente do Conselho Executivo que as nossas escolas já estavam a fazer este esforço e a biblioteca, não de forma muitas vezes coordenada, de âmbito regional, mas que todas as instituições de carácter cultural e educativo já faziam este esforço, do ponto de vista de implementar a leitura, de favorecer a leitura, de promover a leitura na nossa escola, nos nossos jovens e junto também dos encarregados de educação. Portanto, era um esforço quer feito de uma forma geral, embora não de forma coordenada, como depois este programa pretendeu fazer.

A verdade é que o programa também não teve tempo para ser implementado. O Partido Socialista lembrou-se muito tarde de colocar um programa deste tipo a funcionar, tinha outros de carácter mais sectorial, que não funcionaram, mas este foi colocado muito tarde e a verdade é que não foi implementado, não tiveram tempo, o Partido Socialista não teve tempo. Também de quem é a culpa? A culpa é de quem durante 24 anos não o fez. durante 24 anos não o fez. Agora, em relação à matéria, de facto, quando se faz estas referências no projeto de resolução é sempre para que não se vote favoravelmente. Mas como para nós é importante que esta matéria, que é importante para nós e que não utilizamos como arma de arremesso político, porque é uma matéria em que estamos verdadeiramente empenhados, como é uma matéria que nós consideramos que é importante ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas isso é coisa que passe pela cabeça de alguém?!

O Orador: ... que reúna o conjunto da sociedade açoriana e que não seja um projeto, como estamos empenhados, apesar disso, nós votamos favoravelmente este projeto de resolução.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E que não se diga que a Senhora Secretária não está, neste momento e nos meses anteriores, a preparar a reformulação deste programa, para que o programa possa ser aplicado com sucesso, é isso que tem vindo a ser feito, para que possa ser aplicado com sucesso e que algumas das áreas em que foram detetadas fragilidades sejam corrigidas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Claro que sim!

O Orador: Finalmente, Senhora Deputada Alexandra Manes, se Vossa Excelência me apresenta uma folhinha com letra deste tamanho e depois quer mostrar ao Plenário, eu digo-lhe já que isso não funciona, porque eu não consigo ler. Os meus eram sempre cartazes grandes, ...

Deputada Alexandra Manes (BE): É para poupar papel!

O Orador: ... com informação que se podia ler. O seu não se pode ler. Agora, diz assim: *não encontrado*. Eu sei lá o que é que Vossa Excelência lá escreveu. Imagine que escreveu lá: *Governo do Bloco de Esquerda*. Como não há nenhum governo: *não encontrado*.

Eu não sei o que é que Vossa Excelência escreveu, de facto, na procura, mas o que lhe posso dizer é que encontrará sempre o Grupo Parlamentar do PPM na valorização da leitura, como instrumento importante do combate à pobreza, sim; à integração social, sim; de combate à desigualdade, sim, porque a informação é fundamenta e porque a sociedade só progride através do conhecimento e o conhecimento só se adquire através da leitura e, por isso,

nessa luta, Senhora Deputada, estamos do mesmo lado, mas Vossa Excelência tem que apresentar um cartaz decente, em relação a esta matéria.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Alexandra Manes pede a palavra para?

(* **Deputada Alexandra Manes (BE):** Para uma interpelação.

Presidente: Faz favor, tem a palavra para uma interpelação.

(* **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

É só para informar que vou fazer chegar à Mesa, para distribuir pelas Senhoras e pelos Senhores Deputados, aquilo que o Senhor Deputado Paulo Estêvão disse não conseguir ler e realmente não conseguia porque não tem nada aqui.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(* **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Como já foi aqui referido por várias intervenções antes da minha, os hábitos de leitura são da maior importância para a formação da consciência própria dos cidadãos e para o desenvolvimento desses mesmos cidadãos, proporcionando assim, a prazo, melhor qualidade de vida das pessoas, definições mais concretas e mais objetivas e mais bem fundamentadas, daquelas que são as decisões que são necessárias tomar ao longo da vida.

É ainda importante e, nalguns casos, recorrendo aos hábitos de leitura, ocupar um tanto que muitas vezes, hoje, é dedicado indevidamente às redes sociais. O tempo que se perde tantas vezes nalgumas camadas sociais, nos Tiktoks, nos influencers, tudo situações que são impróprias para a formação da consciência, principalmente dos nossos jovens. Por essa razão, é da maior importância que se fomentem hábitos de leitura.

Mas, não podemos esquecer que este poderá ser um esforço inglório se não for acompanhado de outras metas. O que é certo é que, nos últimos 20, 25, 30 anos, no nosso país e na nossa Região também e isso não é responsabilidade do Governo a ou b, isto foi um sentimento que se foi instalando na população que a meritocracia é algo que não tem valor.

O ensino foi-se desvalorizando, o bom aluno foi-se comparado ao aluno assim-assim e o aluno assim-assim foi se comparando ao baldas. Isto, a prazo, traz essa realidade, as pessoas hoje, os nossos jovens, estão cada vez, apesar do acesso que tem em inúmeras ferramentas que lhes permita fomentar o crescimento intelectual, hoje estão cada vez mais presas essas ferramentas eletrónicas que destroem mais do que constroem.

E é importante que neste tempo se faça um ponto de situação.

É importante que se repense o ensino, até dos próprios testes, onde cada vez mais se recorre às respostas de escolha múltipla, onde não desenvolve o pensamento de jovens onde não lhes cria pensamento e traz, obviamente, atraso no crescimento dos nossos jovens.

Portanto, esses Planos de Leitura, obviamente, que são importantes, mas têm que ser acompanhados também de uma outra realidade que tem que começar a acontecer nas escolas.

Muito obrigado.

Presidente. Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP)**: Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Depois destas intervenções que me antecederam, sem dúvida que há algo que nos une, que é a reconhecer a importância da leitura para uma cidadania mais ativa, uma sociedade mais dinâmica, mais autónoma, mais participativa e, sem dúvida, que isso consegue-se com uma sociedade mais qualificada e acho que é unânime reconhecer a importância que a leitura tem para este desiderato.

Efetivamente, o Partido Socialista traz-nos aqui esta iniciativa, o Programa Ler Açores resulta de uma resolução, como já foi dito, de 2020.

E um programa unificado que reúne o Plano Regional de Leitura, à rede de leitura pública e à rede regional de bibliotecas escolares e, como já foi dito, também até no âmbito da própria audição à Senhora Secretária Regional e, na qual todos tivemos a oportunidade de uma audição presencial e na qual todos tivemos oportunidade de colocar as nossas questões, aquilo que nos foi transmitido é que efetivamente, em novembro de 2022, em reunião do Conselho Regional de Cultura, que este assunto do programa Ler Açores foi abordado, foi discutido e que transmitiram a importância de proceder a alterações a este programa e foi isso que foi decidido, não pela Senhora Secretária, mas sim nesta reunião do Conselho Regional de cultura.

Foi também assumido por parte da tutela a importância deste programa, de dar continuidade a este programa, mas promovendo esta necessidade de proceder a alterações a várias questões que tinham sido colocadas.

É preciso também reconhecer aquele que tem sido o trabalho, quer nas bibliotecas escolares, nas bibliotecas regionais, nas bibliotecas municipais, que têm tido sempre um trabalho muito ativo, muito dinâmico, mantendo assim as suas atividades na promoção da leitura, na promoção da literacia, com a hora do conto, a promoção também de autores de livros e isso é um trabalho que tem sido desenvolvido e é necessário reconhecer também isso a estas bibliotecas.

Daquilo que já foi dito também queria dizer e naquilo que concerne e que foi transmitido pela Deputada do Partido Socialista, quanto à aposta na educação, e fazer crer e não sei se é por repetir várias vezes para achar que isso se torna verdade, que este Governo não tem feito uma aposta na educação. Então gostaria de perguntar, se não é uma aposta na educação a valorização da carreira do docente que tem sido feito, as creches gratuitas, as bolsas de estudo ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... o apoio ao pagamento de propinas, valorizar o prémio de mérito. Se isto não é uma aposta na educação, então é o quê?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

E até pode, a Senhora Deputada, entender que não era esta a aposta que se devia fazer na educação, até pode entender isso, agora, dizer que isto não é uma aposta e que estas medidas não são uma aposta na educação, acho que isso não pode fazer, porque são, sem dúvida, uma aposta na educação e a importância que este Governo dá à educação.

O que concerne neste projeto de resolução, sem dúvida e aquilo que foi transmitido, é que o Governo pretende manter este programa. Este programa, como qualquer outro, não é intocável, está a ser revisto por aqueles que interagem no programa, que avaliam o programa e que entendem que este deve ser alterado e é esse trabalho que está a ser desenvolvido.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Nuno Barata tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Sobre este projeto de resolução do Partido Socialista, apenas poucas palavras, desde já, para dizer que nos associámos, votando favoravelmente esta resolução, até porque acreditamos que o livro é, de facto, um caminho para agarrar o chamado *elevador social*.

Senhora Deputada Alexandra Manes, os livros não são caros. Há os caros, os caríssimos, há os que custam muito dinheiro e, por isso, até podem ser baratos e há os que não custam dinheiro nenhum e são caríssimos. Depende da qualidade e da avaliação que cada um faz no final da leitura sobre aquilo que leu.

Há uns anos, usava-se numa campanha publicitária a frase: *Ler jornais é saber mais!* Pois, *ler livros é viajar, sem sair do lugar*, como alguém escreveu um dia e confesso que, desta vez, se o Senhor Deputado Paulo Estevão aqui estivesse, tinha-me apanhado, porque se ele me perguntasse quem foi, eu não saberia responder.

Senhora Deputada Alexandra Manes, fico triste, porque Vossa Excelência procurou no Google: *Ler Açores* e encontrou uma página em branco. Nem imagina a tristeza que eu tenho. Eu tenho andado à procura dos congressos do PPM e ainda não encontrei nenhum. Mas não é chamado para aqui este assunto, foi só uma pequena graça.

A Iniciativa Liberal, obviamente, vai associar-se a esse projeto de resolução do Partido Socialista, porque entende que é, de facto, fundamental procedermos a um reforço dessa estratégia, um reforço de todas estas medidas e, sobretudo, no processo de aquisição de livros para as bibliotecas escolares, para as bibliotecas públicas e arquivos, até mesmo, apelo daqui aos senhores autarcas, para as

bibliotecas municipais, não só adquirir autores açorianos, mas também fazer um esforço de aquisição de livros editados por editores açorianos e que não seja sempre do mesmo e toda a gente sabe do que é que eu estou a falar.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu não podia ter outro discurso que não fosse este, o livro é importante, porque a minha profissão é mesmo esta. Para quem não sabe, e durante muitos anos, a única coisa que fazia eram livros. Não escrevia, fazia livros e sei a importância que tem, sei o custo que tem e é verdade, os livros são caros, mas tem muito haver com os custos de produção e a falta de procura. Então os manuais escolares não são caros, são um roubo. Ainda há dias comprei a 40€ cada manual escolar. É para deixar qualquer um de pernas para o ar.

(Aparte impercetível)

O Orador: Eles são gratuitos quando eles existem, Senhor Deputado, quando existem! Quando não existem temos que pagar por eles, mas pronto, isso é outra questão.

Os hábitos de leitura são importantes e recordo aqui algumas coisas boas que a nossa sociedade teve. Eu apanhei as bibliotecas itinerantes, penso que muitos de nós apanhamos, penso que era à quarta-feira, lá em São Roque, já não me recordo e aprendi a ler, aprendi a ser curioso, a procurar a ciência, os dinossauros, etc.

Pronto, era o que era, não é? Nós não tínhamos acesso ao Google, não tínhamos acesso a nada. Às vezes conto essas coisas aos meus filhos, eles ficam um

bocado abismados. Para ver um dinossauro tive que arranjar lá no carrinho e vi lá o boneco do dinossauro. Hoje há dinossauros em todo o lado. Ainda no outro dia, vi aqui no Museu da Assembleia.

O CHEGA vai aprovar isso, porque acho que é de grande importância, mas também levanto aqui algumas questões: os hábitos de leitura, etc., começam em casa e se os pais não têm os hábitos de leitura, ou se não têm o prazer de ter alguns livros. Eu tenho alguns que me marcaram na vida e um é um escritor que morreu há pouco tempo, Milan Kundera que eu quis passar aos meus filhos e disse: *vocês têm que ler isto*. Apesar de eles ainda serem um pouco novos, mas tem que ler isto.

Se os pais não tiverem este hábito, se os familiares, os tutores, se não houver nada disso, nada disso serve. Encher bibliotecas de livros, e falou-se aqui da do papel dos municípios e é verdade que os municípios têm um papel muito importante nisto, de proximidade. Eu lembro-me de na Lagoa termos uma R4 a fazer essa parte que fazia a Gulbenkian. Agora, se não há o hábito de abrir o livro, a única coisa para que ele serve, e eu conheço muito boa gente, é para fazer métodos de prateleira, depois aparecerem por trás com os livrinhos e eles estão novos, sem uma *dobrazinha*.

Isto também não serve para nada, os hábitos de leitura constroem-se lendo o livro. Eu confesso, eu, pessoalmente, Deus nosso senhor disse: a partir de agora, já não consegues ler um livro normal, tem que ser um livro com letras muito grandes, mas sinto falta daquele momento em, como dizia o Senhor Deputado Nuno Barata, nós viajamos, nós vamos para outro mundo, nós aprendemos.

A primeira vez que andei de avião foi lendo livros. A primeira vez que eu conheci outros mundos foi lendo livros. E, hoje, eu sei que aos meus filhos, já não lhes preciso dizer isso, mas tenho que lhes dar esta cultura e peço a cada pai, a cada educador que ponha um livro na mão de cada miúdo. Esta coisa, e tenho tido essa conversa com a Senhora Secretária, dos tablets e da tecnologia,

é tudo muito bonito e tudo é bom, o problema é quando a utilização não é má, é péssima.

Os livros sim, a tecnologia também sim e os pais, acima de tudo, saberem vigiar, saberem educar e saberem dar o exemplo.

No Natal, já que estamos a falar nisso e estamos perto, em vez de oferecerem coisas fúteis, ofereçam livros, ficam para a vida.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Secretária Regional, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*):

Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Creio que todos nós estamos de acordo, até pelas intervenções que tenho aqui ouvido, para a importância da literacia, na formação e no fomento do progresso, quer individual, quer coletivo e, portanto, na essência estaremos de acordo quanto ao teor dos objetivos da proposta de resolução.

Queria aqui chamar a atenção, aliás, para o último relatório Pisa, que ressalva que os alunos com mais hábitos de leitura, são precisamente os filhos de pais que hábitos de leitura têm.

E portanto, aqui, ressalvando que o nosso principal desafio é endereçarmo-nos àqueles que têm menos hábitos de leitura, ou que até não os têm. Isso não está, necessariamente, associada à condição económica, mas há uma correlação e, aliás, as nossas bibliotecas não é de hoje, não é da governação socialista, é de há muitos anos, que as nossas bibliotecas, em toda a Região e por todo o país têm tido um aturado trabalho na disponibilização de manuais e, portanto, de livros e, portanto, há livros para todos os preços, como dizia o Senhor Deputado Nuno Barata, mas as nossas bibliotecas, quer escolares, quer municipais, quer

regionais, facultam-nos gratuitamente. Portanto, o problema não será somente a nível de preço, mas essencialmente a nível das populações e das famílias que não têm hábitos de leitura.

Não obstante, haja aqui alguma confusão entre o Plano Regional de Leitura e o Programa Ler Açores, como disse, concordamos na essência com a projeto de resolução do Partido Socialista, sendo que, reconheço que há uma necessidade de atualização da página da Direção Regional da Educação, no que concerne ao Plano Regional de Leitura. Mas como consta, quer da minha audição, quer dos pareceres que foram facultados no âmbito dos pedidos que foram fornecidos pela Comissão dos Assuntos Sociais, pelas várias bibliotecas regionais e municipais e, até mesmo, pela própria rede regional de bibliotecas escolares, tem havido um aturado trabalho, no âmbito da promoção da leitura e, portanto, também do próprio Ler Açores.

Gostaria de salientar algum trabalho que nesse âmbito que foi feito: para começar, integrámos todas as escolas da rede regional de bibliotecas escolares, que era uma coisa que não acontecia e que está agora avaliado como tendo sido uma medida francamente positiva, porque permite uma maior articulação entre as próprias bibliotecas nesta promoção da leitura.

Também fiz referência, na Comissão dos Assuntos Sociais, da aquisição de livros para as nossas escolas, que fechado o ano de 2022, haviam sido perto de 1000 livros adquiridos para as nossas bibliotecas e em que tínhamos incluído 42 livros no Plano Regional de Leitura 2223.

Além do mais, gostaria aqui de lembrar e destacar que continuamos a concorrer ao concurso nacional de leitura e, inclusivamente, este ano, tivemos uma aluna, Catarina Costa, da EBI dos Biscoitos, aluna do terceiro ciclo, que foi a vencedora a nível nacional.

De qualquer forma, há também trabalho que tem de vir a ser desenvolvido e também gostaria de apresentar a esta Câmara as diligências que já começámos a

tomar também, com vista ao futuro e, portanto, neste âmbito, Senhora Deputada Célia Pereira, a manter e a tentar melhorar o próprio Ler Açores.

No último Conselho Regional de Cultura, foi feita uma avaliação, quer da atuação desse Conselho relativamente a dinâmicas anteriores - poderei voltar aqui se necessário - , quer no que respeita ao próprio programa Ler Açores, e os senhores conselheiros, unanimemente, entenderam que há uma série de problemas com o programa. Que não o punham em causa, não é essa ideia que quero transmitir, mas com vista à necessidade da sua atualização, da sua melhoria, no sentido de ele estar a gerar problemas de operacionalização. Estes problemas têm a ver, por um lado, com o próprio conflito entre a Comissão e o Conselho Científicos que estão criados no Ler Açores e também a desadequação das faixas etárias e dos subprogramas que não têm articulação e, nalguns casos, gera problemas na seleção de livros, entre o que está definido no Ler Açores e as próprias faixas etárias que existem e que classificam os nossos ciclos e níveis de ensino.

Estes próprios subprogramas têm sobreposição de conflitos. Para além disso, também foi apontado como problemas ao nível dos próprios critérios de seleção destes livros para o Plano Regional de Leitura. Entendeu também o Conselho Regional de Cultura, que é preciso incrementar a participação e a integração das bibliotecas municipais. E também deliberou o Conselho Regional de Cultura, é este o trabalho que nós estamos a fazer, que ao longo deste ano devíamos então reunir os pareceres e os relatórios, quer das bibliotecas, quer da rede regional de bibliotecas escolares e também o relatório do próprio Plano Regional de Leitura para, numa próxima reunião do Conselho Regional de Cultura, que estimamos para em breve, podermos, não somente, apresentar esse plano, que os senhores conselheiros disseram que nunca havia sido feito, apresentar esse relatório, pôr à apreciação do Conselho Regional de Cultura e, por outro lado, também apresentar, na sequência desse relatório, um

plano de intervenção para o ano seguinte, para que o Conselho Regional de Cultura o possa fazer e depois possamos dar andamento a ele. Esperamos nas próximas semanas dar então cumprimento a isso.

Para além disso, também ficou deliberado que, na sequência desta avaliação ao Ler Açores, feita pelo Conselho Regional de Cultura, que competia à Secretaria Regional e à Direção Regional dos Assuntos Culturais, apresentar nessa próxima reunião do Conselho Regional de Cultura uma ante proposta legislativa de revisão e de melhoria do Ler Açores, para que pudéssemos suscitá-la à apreciação das senhoras e senhores conselheiros, numa forma e numa atuação concertada e, para depois, posteriormente, podermos então fazer a sua apreciação em Conselho de Governo.

E, portanto, concluindo, há iniciativas feitas e tomadas pelo Governo dos Açores, quer no que respeita à promoção da leitura nos vários órgãos, mas ainda há trabalho a fazer e acabei aqui de explicar e explicitar quais são.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Vamos encerrar os nossos trabalhos.

Até amanhã.

Boa noite.

Eram 20 horas e 04 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que faltaram à Sessão

Partido Socialista (PS)

Lubélio de Fraga Mendonça

Deputados que entraram durante a Sessão

Partido Social Democrata (PSD)

Marco José Freitas da Costa

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Partido Popular (CDS/PP)

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

A redatora, Sara Azevedo